



Segunda-feira, 1 de Dezembro de 2014

III Série – N.º 231

GOV PUBS

J08 0017 3835



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 790,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA

	Ano
As três séries	Kz: 470 615.00
A 1.ª série	Kz: 277 900.00
A 2.ª série	Kz: 145 500.00
A 3.ª série	Kz: 115 470.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

IMPRESA NACIONAL - E. P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

e-mail: impresanacional@impresanacional.gov.ao

Caixa Postal N.º 1306

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da *internet* no site www.impresanacional.gov.ao, onde poderá *online* ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do *Diário da República* nas três Séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que até 15 de Dezembro de 2014 estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2015, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2015, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços em vigor, acrescidos do Imposto de Consumo de 2% (dois por cento):

As três séries	Kz: 470 615,00
1.ª série	Kz: 277 900,00
2.ª série	Kz: 145 500,00
3.ª série	Kz: 115 470,00

2. T logo seja publicado o preço definitivo os assinantes terão prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95.975,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2015.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- Estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;*
- As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2014 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.*

SUMÁRIO

Pangaea Luxury Group, Limitada.

Grupo Arutim Pereira, Limitada.

Jemachi, Limitada.

Diteck, Limitada.

Auto Universal Acessórios, Limitada.

Cooperativa de Prestação de Serviços Agrários Kuvata, SCRL.

Associação Para União dos Povos de Angola.

MANU — Concept, Construção Civil e Engenharia, Limitada.

SG2I — Sociedade Gestora de Investimentos Imobiliários, Limitada.

Pulp, Limitada.

Criative Press, Limitada.

Sociedade Easygo, Limitada.

Antónia Augusto Sebastião (SU), Limitada.

CRISMARTA — Comércio Geral e Prestação de Serviços, Limitada.

Imocontinente, S. A.

Massilva Business, Limitada.

Ismamy Comercial, Limitada.

Organizações Ajussange & Filhos, Limitada.

Toleni & Filhos, Limitada.

Fomel & Filhos, Limitada.

J. G. Pro (SU), Limitada.

IBERÁFRICA (ANGOLA) — Empreendimentos Comerciais e Industriais, Limitada.

Carlito da Costa & Filhos, Limitada.

Tawala (SU), Limitada.

Aires Redes (SU), Limitada.

Yumajor Comercial (SU), Limitada.

Geongol (SU), Limitada.

Mádia Kanga & Filhos, Limitada.

Global Teca Investimentos, Limitada.

E. A. M. E., Limitada.

Calidi, Limitada.

Macunji & Irmãos, Limitada.

Jakilunas, Limitada.

Kerissa, Limitada.

C. A. M. — Companhia de Alimento de Malanje, Limitada.

Dgenuino, Limitada.

Sadrak & Filhos, Limitada.

Organizações Inocência de Almeida (SU), Limitada.

Anjo Jep Drilling & Logistics, Limitada.

Escritura Pública de Justificação Notarial referente ao Prédio Urbano, sito em Luanda no Bairro Rangel, Avenida Brasil, sob o n.º 8-RA-275 adquirido por Sucessão Mortis Causa de Belmira Miguel Timor Pimenta.

ELECTRO — Vendas, Equipamentos e Instalações Eléctricas, Limitada.

ERA — Energias Renováveis de Angola, S. A.

Sociedade MB e I, Limitada.

M. G. A. F. OIL & Gás, Limitada.

Soja Carvalho & Filhos, Limitada.

Reston, Limitada.

Über Brands, Limitada.

Conservatória do Registo Comercial do Huambo.

«Maria de Fátima Branquinho de Almeida».

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

«D. A. S. P. — Prestação de Serviços».

Conservatória dos Registos da Comarca do Bié.

«Leopoldino Júlio Bilonga da Cruz».

Conservatória do Registo Comercial do Huambo — SIAC.

«João Domingos Moreira».

Conservatória do Registo Comercial de Lobito.

«J. J. A. S. A.».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda.

«Felismina Serafim Dias».

«Casa Avô Chaxa — Comercial».

«Neves Paulo Albano».

«Nganzí Mfumu».

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro.

«AUGUSTO ANTÓNIO TAVARES — Comércio a Retalho».

«Elsa Odexe-Frio».

«MADEIRA CLARA EMÍLIO — Prestação de Serviços».

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge — Posto do SIAC.

«Manuel Pascoal Nhangá João».

«Deodeth Suzana Figueiredo Gombo».

«Afonso Matumona Neves Zage».

«Edson Ambrósio Cupalala Lopes da Silva».

«Rundi António Zaiacana».

«João Carlos Sango Quissoma».

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge.

«Miriam Lourenço Cabundi Paxe».

«José Santos de Laura».

«Josina Engrácia de Lemos».

«Domingas Avelino Cosmo Santana».

«Aristides Panda Domingos Simão».

Conservatória dos Registos do Uíge.

«Pedro Paxe Pembele».

«H. L. P. — Comercial de Higino Laurindo Panzo».

«Jorge Wilson Alexandre Pinto».

«M. J. C. — Comercial & Serviços de Makuntuala de Jesus Canga».

«Aurora Samba José Pedro».

«Marta Narciso Alberto».

«Zito João Alberto Moraes».

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo no Uíge.

«Silvestre João Tuca».

«Cagido Lopes».

«Massakala Emanuel».

«Beatriz Odete Ernesto Madigila».

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo.

«Madalena Juliana & Filhos, Limitada».

Conservatória do Registo Comercial do Kwanza-Sul.

«RUF — Comercial».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché

Único da Empresa — Anifil.

«L. P. P. B — Comércio Geral & Prestação de Serviços».

«A. J. B. D. A. — Comércio Geral & Prestação de Serviços».

Loja de Registos do Namibe.

«H. S. I.».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — SIAC.

«Vieira Gaspar Vieira».

Conservatória dos Registos da Comarca do Bié.

«Rudy Lourenço Tambu Sanga».

Pangaea Luxury Group, Limitada

Aumento do objecto e alteração parcial do pacto social da sociedade «Pangaea Luxury Group, Limitada».

Certifico que, por escritura de 12 de Agosto de 2014, lavrada com início a folhas 29, do livro de notas para escrituras diversas n.º 366, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, compareceu como outorgante:

Carina Dinamene Gonçalves de Matos Sardinha, casada com João de Sousa Sardinha, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Huambo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro e Avenida Comandante Valódia, n.º 87, 4.º andar, Apartamento 12, que outorga neste acto por si individualmente e em representação do sócio Rui Jorge Pereira da Costa Lopes, casado com Djamilia Patrícia Gomes Ferreira da Costa Lopes, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Rua Comandante Gika, n.º 187, 2.º andar, Apartamento E;

Declara a outorgante:

Que, a mesma e o seu representado, são os únicos e actuais sócios da sociedade comercial por quotas denominada «Pangaea Luxury Group, Limitada», com sede social em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Joaquim Kapango, Casa n.os 8/10, constituída por escritura datada de 20 de Agosto de 2013, com início a folha 74, verso, a folha 75, do livro de notas para escrituras diversas n.º 162-A, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção Guiché Único, sob o n.º 2650-13, titular do Número de Identificação Fiscal 5417236764, com o capital social de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia Carina Dinamene Gonçalves de Matos Sardinha e outra quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Rui Jorge Pereira da Costa Lopes.

Que, pela presente escritura e conforme acta avulsa de Assembleia Geral, datada de 19 de Maio de 2014, os sócios de comum acordo decidem aumentar o objecto social da sociedade, alterando assim o artigo 3.º do pacto social, que passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social, comércio, incluindo o comércio online, confecção de artigos de vestuário, incluindo lingerie e swimwear, acessórios, relógios, malas, sapatos, jóias, bijuteria, óculos, perfume, cosméticos, livros e CD's, comércio de utilidade doméstica, de artigos de desporto, artigos eléctricos e electrónicos, comércio de artigos e acessórios diversos para casa, incluindo velas, fragâncias, linho, turcos, algodão, seda, cortinados, palamenta de cozinha, vidros, porcelanas e cristais, cutelaria, pequenos electrodomésticos, inox, cerâmica e alumínio, acessórios e apliques de casa de banho, tapetes e carpetes, quadros, arte, pintura, serigrafia, estatuetas e artigos de decoração diversa, comércio de doçaria, incluindo chocolates, doces e

artigos de confeitaria diversa, publicação, incluindo publicação online de panfletos, catálogos, revistas, livros e outros de natureza similar e/ou idêntica, importação e exportação de mercadoria, acima referida, prestação de serviços de alfaiataria, camisaria e de costura, prestação de serviços de agência de viagens, operadora de turismo e outros serviços similares, prestação de serviços de cartão de crédito, gestão e processamento de base de dados, participação no capital social de outras sociedade, propriedade e manutenção de marcas e patentes, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

Declara ainda a mesma que mantém-se firme e válidas todas as demais disposições não alteradas pela presente escritura.

Assim o disse e outorgou.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 14 de Agosto de 2014. — O ajudante, *ilegível*.
(14-12900-L02)

Grupo Arutim Pereira, Limitada

Certifico que, por escritura de 30 de Setembro 2014, lavrada com início a folhas 9, do livro de notas para escrituras diversas n.º 225-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Arutim Emanuel da Gamba Pereira, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Precol, Rua 7, Casa n.º 10, que outorga neste acto por si e como representante legal do seu filho menor, Diógenes Amadeu Chissuata Pereira, de 6 anos de idade, natural de Luanda e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 1 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE GRUPO ARUTIM PEREIRA, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Grupo Arutim Pereira, Limitada», com sede social na Província de Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Município de Luanda, Bairro Margoso, Rua Amílcar Cabral, Casa n.º 100, podendo

transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro medico, clínica geral, saúde, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio, Arutim Emanuel da Gamba Pereira, e a outra quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Diógenes Amadeu Chissuata Pereira, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Arutim Emanuel da Gamba Pereira, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. Os sócios-gerentes poderão delegar mesmo a pessoas estranhas a sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-16187-L02)

Jemachi, Limitada

Certifico que, por escritura de 3 de Setembro de 2014, com início de folhas 61 a folhas 62, do Livro de Notas n.º 2-A/2014, para escrituras diversas do 2.º Cartório Notarial da Comarca do Huambo — SIAC, perante mim, David Manuel da Silva Velhas, Licenciado em Direito, Notário de 1.ª Classe do referido Cartório, compareceram:

Primeiro: — Madureira Cativa Chivangulula, solteiro, maior, natural da Caála, Província do Huambo, residente habitualmente no Bairro Sassongue II, casa sem número, titular do Bilhete de Identidade n.º 000744602HO038, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 10 de Janeiro de 2014, que outorga neste acto por si individualmente e como representante legal de seus filhos menores Ricardo Livulo Mário Chivangulula, natural do Huambo, Bernardino Mário Chivangulula, de 7 anos de idade, natural do Huambo, e Aurora Chapuculua Mário Chivangulula, de 2 anos de idade, natural da Caála, Província do Huambo, com ele conviventes;

Segundo: — Jefilia Nalissimo Mário, solteira, maior, natural do Lobito, Província de Benguela, residente habitualmente no Bairro Sassongue II, casa sem número, titular do Bilhete de Identidade n.º 003368993BA039, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 3 de Outubro de 2013;

Foi constituída entre eles e os representados do primeiro outorgante uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada sob a denominação de «Jemachi, Limitada», com sede no Huambo.

Está conforme.

2.º Cartório Notarial da Comarca do Huambo — SIAC, no Huambo, 3 de Setembro de 2014. — O Notário-Adjunto, *Benjamim S. Lumbwambwa*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
JEMACHI, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Jemachi, Limitada», com sede na Cidade do Huambo, Bairro

Sassonde, podendo, no entanto, abrir filiais, agências, sucursais ou outras formas de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início, para todos os efeitos legais, a partir da data da presente escritura.

ARTIGO 3.º

O seu objecto social é o ensino, educação, atendimento à primeira infância, ensino primário, primeiro ciclo e segundo ciclo do ensino secundário, técnico-profissional, educação de adultos, formação média normal, educação especial, salas de estudo, ensino superior, prestação de serviços, comércio por grosso e a retalho, ginásio, construção civil, obras públicas e particulares, agricultura, produção animal, caça e silvicultura, pesca, *rent-a-car*, salão de beleza, hotelaria e turismo, actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas, moagem, creche, serralha, peixaria, informática, mobiliária, estação de serviços, formação profissional, comércio de telefones com seus acessórios, boutique, decoração e arte, geladaria, representação comercial, publicidade, *marketing*, carpintaria, marcenaria, caixilharia, jardinagem, fabrico de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, perfumaria, venda de material de escritório, relações públicas, discoteca, indústrias transformadoras, extractivas, actividades financeiras, actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas, distribuição de electricidade, educação, saúde, farmácia, venda de medicamentos e de materiais hospitalares, saneamento, higiene pública e actividades similares, transportes, armazenagem e comunicações, agência de viagens, compra e venda, reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico, escola de condução, segurança privada e patrimonial, exploração mineira, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 120.000,00 (cento e vinte mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado pelos sócios em cinco quotas distribuídas da seguinte forma: duas quotas iguais com o valor nominal de Kz: 42.000,00 (quarenta e dois mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Madureira Cativa Chivangulula e Jefilia Nalissimo Mário, e outras três quotas iguais com o valor nominal de Kz: 12.000,00 (doze mil kwanzas) cada uma, para os sócios Ricardo Livulo Mário Chivangulula, Bernardino Mário Chivangulula e Aurora Chapuculua Mário Chivangulula, respectivamente.

ARTIGO 5.º

O capital social poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido pelos sócios na proporção das suas quotas ou na forma como se vier a acordar.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas é livre entre os sócios, mas quando feita a estranhos carecerá do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios quando dele não quiser usar.

ARTIGO 7.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelos sócios Madureira Cativa Chivangulula e Jefilia Nalissimo Mário, que dispensados de caução, ficam desde já nomeados gerentes, bastando a assinatura de qualquer um deles para obrigar validamente a sociedade.

1. Os sócios-gerentes poderão delegar noutro sócio ou em pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

2. É proibido aos sócios-gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como avals, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º

A Assembleia Geral, quando a lei não prescreva formalidades especiais para a sua convocação, será convocada pela gerência por cartas registadas, dirigidas aos outros sócios com, pelo menos, 15 dias de antecedência.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos durante o exercício económico, depois de deduzida a percentagem de cinco por cento (5%), pertencente ao fundo de reserva legal e social serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuará com os sobreviventes ou capazes e com os herdeiros do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota permanecer indivisa na sociedade.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recair arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca do Huambo, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março imediato a que disser respeito.

ARTIGO 14.º

Na omissão regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais, as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislações aplicáveis.

(14-16627-L13)

Diteck, Limitada

Data do acto: 18 de Agosto de 2014;

Local: BUE, situado no Município Huambo, Bairro Académico;

Oficial Público: — Faustino Yulombo, na qualidade de Conservador de 3.ª da Conservatória dos Registos do Huambo.

Identificação dos Intervenientes:

- a) nome: Alberto Chindandi;
- b) estado civil: Solteiro;
- c) natural: Huambo, Município do Huambo;
- d) residente no Huambo, Município Sede, Bairro Cidade Baixa;
- e) titular do Bilhete de Identidade n.º 002202238HO034, emitido aos 10 Outubro de 2011;
- f) nome: Rodrigues Pedro César Vicente;
- g) estado civil: Solteiro;
- h) natural: Huambo, Município do Huambo;
- i) residente no Huambo, Município Sede, Bairro Benfica;
- j) titular do Bilhete de Identidade n.º 001222282HO031 emitido aos 25 de Agosto de 2014;
- k) nome: Martins Gavino de Almeida;
- l) estado civil: Solteiro;
- m) natural Huambo, Município do Huambo;
- n) residente no Huambo, Município Sede, Bairro Benfica;
- o) titular do Bilhete de Identidade n.º 003353464HO034, emitido aos 9 de Setembro de 2014.

Verifiquei a identidade dos intervenientes pela exibição dos referidos bilhetes de identidade prospectivamente, e disseram os outorgantes:

Que pelo presente acto, constituem entre si:

1.º

A sociedade comercial que adopta a denominação de «Diteck, Limitada», com sede na Província do Huambo, Comuna Sede, Bairro Benfica, Rua Paulo Dias de Novais, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País, com o NIF: 5127000806.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração do presente acto de constituição.

3.º

A sociedade tem como objecto social, o comércio a retalho e prestação de serviços e formação profissional, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 quotas, uma no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Alberto Chindandi, Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente ao sócio Rodrigues Pedro César Vicente e outra de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente ao sócio Martins Gavino de Almeida, respectivamente.

5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

6.º

A gerência da sociedade, em todos os seus actos e contractos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Alberto Chindandi, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução sendo necessária apenas sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contractos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos (8) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o

sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro do Tribunal Provincial do Huambo, com expressa renúncia a qualquer outro.

13.º

Os anos sociais serão correspondentes os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

14.º

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

Assim os intervenientes declaram constituir o acto, nos termos exarados.

Documentos arquivados:

O presente acto de constituição foi lido e assinado, e que o conteúdo do mesmo exprime a vontade das partes.

(14-16668-L13)

Auto Universal Acessórios, Limitada

Alterada parcialmente por aumento do seu capital social «Auto Universal Acessórios, Limitada».

Certifico que, por escritura de 22 de Setembro de 2104, com início de folhas 80, a folhas 81 verso, do livro de notas n.º 89-A, para escrituras diversas do 1.º Cartório Notarial da Comarca do Huambo, a cargo de Moisés Kassoma, Mestre em Direito, Notário do referido Cartório, compareceram:

Primeiro: — Salomão Albino, solteiro, maior, natural de Bailundo, Província do Huambo, residente habitualmente no Huambo, Bairro Cidade Alta, Rua Gago Coutinho, que outorga este acto por si e como mandatário de João Baptista Simão, solteiro, maior, natural do Huambo, onde habitual-

mente reside na Rua de Moçambique, Cidade Baixa e ainda em representação dos seus filhos Nelson Chilala Albino, solteiro, maior, Euclides Chivinda Albino, solteiro, maior, Hélder Venâncio Sondunda Albino e Edgar Baptista Manuel Albino, solteiro, maior, todos naturais do Huambo e residentes habitualmente em Luanda e Huambo, respectivamente;

Segundo: — Osvaldo Jerónimo Manuel Albino, solteiro, maior, natural do Huambo, onde habitualmente reside no Bairro Cidade Alta, Largo Baptista, Casa n.º 73;

Terceiro: — Júlio Manuel Albino, solteiro, maior, natural do Huambo, onde habitualmente reside na Cidade Alta, Rua Gago Coutinho, Casa n.º 7;

E, pelo primeiro outorgante, foi dito:

Que, ele e o seu representado João Baptista Simão, são os únicos e actuais sócios da sociedade denominada «Auto Universal Acessórios, Limitada», com sede nesta Cidade do Huambo, Bairro Cidade Baixa, Rua Mariano Machado, constituída por escritura de 9 de Junho de 1992, lavrada com início de folhas 1 verso, do Livro de Notas n.º 188-A, para escrituras diversas, do 1.º Cartório Notarial da Comarca do Huambo e alterada parcialmente por aumento do seu capital social, por escritura de 18 de Abril de 1995, lavrada com início de folhas 11 verso do Livro de Notas n.º 52, para escrituras diversas, também do 1.º Cartório Notarial da Comarca do Huambo, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas).

Que, em reunião da Assembleia Geral extraordinária realizada aos 23 de Setembro de 2013, o sócio João Baptista Simão, manifestou a intenção de retirar-se definitivamente da sociedade e nada mais tendo a ver com a mesma, cedendo a respectiva quota que detém na sociedade, a favor da respectiva sociedade.

Pelo primeiro outorgante foi dito:

Que, em consequência desta cessão feita a favor da sociedade «Auto Universal Acessórios, Limitada», admite para a sociedade os seus representados Nelson Chilala Albino, Euclides Chivinda Albino, Hélder Venâncio Sondunda Albino e Edgar Baptista Manuel Albino, bem como são admitidos para a sociedade o segundo e terceiro outorgantes, respectivamente.

E, pelo segundo e terceiro outorgantes, foi dito:

Que, aceitam a sua admissão para a sociedade nos precisos termos exarados.

Que, sendo agora eles primeiro outorgante e os seus representados Nelson Chilala Albino, Euclides Chivinda Albino, Hélder Venâncio Sondunda Albino e Edgar Baptista Manuel Albino, bem como segundo e terceiro outorgantes, os únicos e actuais sócios da sociedade «Auto Universal Acessórios, Limitada», alteram o objecto social da referida sociedade, bem como aumentam o seu capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), para Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), cujo aumento verificado é de Kz: 90.000,00 (novecentos mil kwanzas).

Que, em consequência destes actos, alteram a redacção dos artigos 3.º e 5.º do pacto social, que passam a ter a seguinte redacção.

ARTIGO 3.º

O seu objecto social é a exploração do comércio geral, misto a grosso e a retalho, importação e comercialização de viaturas ligeiras e pesadas, diversas peças auto sobressalentes, serviços de camionagem, compra e venda de viaturas diversas, prestação de serviços, construção civil, obras públicas e particulares, compra e venda de materiais de construção civil, venda de frescos e congelados, indústria, exploração de fazendas agrícolas, transporte de passageiros e de mercadorias diversas, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e não seja proibido por lei.

ARTIGO 5.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), distribuído e representado pelos sócios em (sete) quotas assim distribuídas (uma) quota do valor nominal de Kz: 700.000,00 (setecentos mil kwanzas), pertencente ao sócio Salomão Albino e seis quotas iguais do valor nominal de 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), cada uma, para os sócios Euclides Chivinda Albino, Nelson Chilala Albino, Hélder Venâncio Sondunda Albino, Edgar Baptista Manuel Albino, Júlio Manuel Albino e Osvaldo Jerónimo Manuel Albino, respectivamente.

Assim o disseram e outorgaram.

Foi feita a alteração Parcial do Pacto social da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação «Auto Universal Acessórios, Limitada», com sede no Huambo.

Está conforme.

1.º Cartório Notarial da Comarca do Huambo, no Huambo, aos 29 de Setembro de 2014. — O Notário-Adjunto, *Jerónimo Relógio Ngunza*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE AUTO UNIVERSAL ACESSÓRIOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Auto Universal Acessórios, Limitada» sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tem a sua sede e principal estabelecimento nesta Cidade do Huambo, na Rua Mariano Machado, podendo no entanto abrir filiais, agências, sucursais e outras formas de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro, onde convenha aos objectivos sociais.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para efeitos legais a partir da data da celebração da escritura do pacto social.

ARTIGO 3.º

O seu objecto social é a exploração do comércio geral, misto a grosso e a retalho, importação e comercialização de viaturas ligeiras e pesadas, diversas peças auto sobressalentes, serviço de camionagem, venda e compra de diversas viaturas, prestação de serviços, construção civil, obras públicas e particulares, compra e venda de materiais de construção civil, venda de frescos e congelados, indústria, exploração de fazendas agrícolas, transporte de passageiros e de mercadorias diversas, podendo no entanto explorar qualquer outro ramo da actividade industrial, comercial, desde que não seja proibido por lei.

ARTIGO 4.º

A sociedade por deliberação da Assembleia Geral, tendo em conta o seu vasto objecto, respeitando os condicionamentos legais, poderá investir o seu capital com participação de várias sociedades comerciais ou industriais, podendo até tomar o controlo das mesmas como verdadeira «Holding», ou associar-se a quaisquer outras sociedades nacionais ou estrangeiras nos termos legais.

ARTIGO 5.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), distribuído e representado pelos sócios em (sete) quotas assim distribuídas (uma) quota do valor nominal de 700.000,00 (Setecentos Mil Kwanzas), para o sócio Salomão Albino e seis quotas iguais e do valor nominal de 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), cada uma, para os sócios Euclides Chivinda Albino, Nelson Chilala Albino, Hélder Venâncio Sondunda Albino, Edgar Baptista Manuel Albino, Júlio Manuel Albino e Osvaldo Jerónimo Manuel Albino, respectivamente.

ARTIGO 6.º

O capital social poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral de sócios e o aumento será dividido na proporção das quotas ou outra forma a acordar para o efeito.

ARTIGO 7.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante juros e condições que se acharem convenientes.

ARTIGO 8.º

A cessão das quotas é livre entre os sócios, mas quando feita a estranhos, carecerá do consentimento da sociedade à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido a outro sócio se dele não quiser usar.

ARTIGO 9.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos em juízo e fora dele activa ou passivamente serão exercidas pelo sócio Salomão Albino, que

dispensado de caução é desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio-gerente poderá delegar aos outros sócios ou a pessoa estranha a sociedade parte ou todos os seus poderes de gerência ora lhe conferidos se necessário outorgando para o efeito o respectivo mandato competente em nome da sociedade.

2. É proibido à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais tais como avales, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

ARTIGO 10.º

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva formalidades especiais para a sua convocação, poderão ser feitas por meio de cartas, correspondências e/ou bilhetes-postais registados, dirigidos aos sócios, com um aviso prévio de pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência. Caso algum ou alguns dos sócios se encontrem a residir fora do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para possibilitar a comparência dos mesmos.

ARTIGO 11.º

Os lucros líquidos durante o exercício económico, depois de deduzida a percentagem de 5% para o fundo de reserva legal e social, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como das perdas se as houver.

ARTIGO 12.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer um dos sócios, continuará com os sobreviventes ou capazes e com os herdeiros do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota permanecer indivisa na sociedade.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão anos civis e os balanços serão dados a 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março imediato a que disser respeito.

ARTIGO 14.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, será unicamente competente o Foro da Comarca do Huambo.

ARTIGO 15.º

Em todos os casos omissos e não previstos no presente estatuto, regularão as deliberações sociais e as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, vigente em Angola.

(14-16677-L13)

Cooperativa de Prestação de Serviços Agrários Kuvata, SCRL

Certifico que, com início a folhas 19 verso a 38, do livro de notas para escrituras diversas n.º B-15, deste Cartório Notarial, a cargo de Vicente Muanda, Notário desta Comarca, se acha lavrada a escritura de seguinte teor:

Constituição da «Cooperativa de Prestação de Serviços Agrários «Kuvata S. C. R. L.».

No dia 14 de Abril de 2009, no Cartório Notarial da Comarca de Cabinda, perante mim, Vicente Muanda, Notário desta Comarca, compareceram como outorgantes:

Inácio André Maria, solteiro, maior, natural de Cabinda, residente nesta cidade no Bairro A Lufa Continua, titular de Bilhete de Identidade n.º 000469250CA036, de 3 de Maio de 2007, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Luanda.

Simão Congo, casado sob o regime de comunhão de bens com Margarida Lelo Capita Congo, natural de Cabinda, residente nesta cidade no Bairro Simulambuco, titular do Bilhete de Identidade n.º 000069561CA014, de 11 de Fevereiro de 1998, emitido pelo Arquivo de Identificação de Luanda.

Luciano Domingos, casado sob o regime de comunhão de bens adquiridos com Angelina Kumbo de Fátima, natural de Kaluquembe/Huila, residente nesta cidade no Bairro Fútila, titular do Bilhete de Identidade n.º 000242640HA016 de 3 de Agosto de 2006, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Luanda.

Renato Américo Chimpolo, solteiro, maior, natural de Cabinda, residente nesta cidade no Bairro 4 de Fevereiro, titular do Bilhete de Identidade n.º 000510412CA031, de 6 de Novembro de 2001, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Luanda.

António Tati Luis, solteiro, maior, natural de Cabinda, residente nesta cidade no Bairro Chiueca, titular de Bilhete de Identidade n.º 000445767CA034 de 8 de Agosto de 2001, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Luanda, que outorgam em nome e em representação da «Cooperativa de Prestação de Serviços Agrários Kuvata, S.C.R.L.».

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos seus referidos documentos, as qualidades em que todos intervêm e as suficiências dos seus poderes para este acto, verifiquei-as pelos documentos no fim mencionados.

E pelos outorgantes foi dito:

Que, pela presente escritura e no uso dos poderes que lhes foram conferidos em Assembleia Geral, é constituída, uma sociedade Cooperativa de responsabilidade limitada, com a denominação «Cooperativa de Prestação de Serviços Agrários» Kuvata «S. C. R. L.», com sede na Província de Cabinda, Município de Cabinda, concretamente no Bairro Lombo Lombo.

Que a sociedade tem por objecto social o estipulado no artigo 3.º do estatuto e possui o capital social do montante de setenta e cinco mil kwanzas, como referencia o artigo 4.º do estatuto.

Que esta sociedade vai reger-se pelo respectivo estatuto que faz parte integrante desta escritura que é um documento elaborado em separado, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 78.º, do Código do Notariado, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 55.º, da Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro, cujo conteúdo eles outorgantes têm perfeito conhecimento, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram:

- a) O documento complementar a que atrás se fez alusão;
- b) Certificado de admissibilidade, passado pelo Gabinete de Auditoria Jurídica do Ministério da Justiça;
- c) Acta constituinte dos cooperadores;
- d) Relação nominal dos membros fundadores da Cooperativa;
- e) Acta que nomeia os outorgantes para a outorga e assinatura deste acto.

Aos outorgantes e na presença simultânea de todos, fiz em voz alta a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo.

Assinados: — Inácio André Maria, Simão Congo, Luciano Domingos, Renato Américo Chimpolo e António Tati Luis.

O imposto do selo do acto Kz: 275.00.

Conta registada sob o n.º 47/2009.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca de Cabinda, em Cabinda, aos 21 de Maio de 2009. — O Notário, *Vicente Muanda*.

ESTATUTO DA COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÁRIOS KUVATA, SCRL

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º (Constituição e denominação)

1. Entre os agricultores abaixo assinados e os que aderirem ao presente estatuto é constituída, nos termos da Lei Vigente na República de Angola, uma Cooperativa Agrária de responsabilidade limitada que adoptará a denominação de «Cooperativa de Prestação de Serviços Agrários Kuvata, SCRL», abreviadamente «Kuvata, SCRL».

2. A cooperativa é dotada de personalidade jurídica, autonomia financeira e obedece aos princípios democráticos de livre adesão e demissão dos seus membros, participação económica, gestão e administração democráticas pelos membros.

ARTIGO 2.º (Sede e duração)

A «Kuvata, SCRL» terá a sua sede e jurisdição na Província de Cabinda Município de Cabinda, mais concretamente no Bairro do Lombo Lombo, podendo para a concretização dos seus objectivos, implantar-se nos restantes Municípios e no País em geral, com duração indeterminada, contando-se o seu início a partir da data da constituição.

ARTIGO 3.º (Objectivos)

1. A Cooperativa tem por objectivos principais:

- a) O aproveitamento e valorização dos produtos das explorações agrícolas dos seus membros;
- b) Contribuir para o desenvolvimento técnico e económico das mesmas explorações e para a defesa dos interesses dos seus membros.

2. Para a realização dos seus objectivos a Cooperativa propõe-se em especial:

- a) Promover a colocação no mercado dos produtos provenientes das explorações agrícolas dos seus membros, visando a sua máxima valorização;
- b) Adquirir ou facilitar a aquisição de sementes seleccionadas, plantas e outros produtos com garantia de origem e qualidade necessários aos seus membros;
- c) Adquirir, para fornecer aos membros, adubos, pesticidas, alfaías, material agrícola e tudo o mais que directa ou indirectamente tenha aplicação nas suas explorações agrícolas;
- d) Adquirir, para alugar aos seus membros, máquinas ou alfaías agrícolas;
- e) Orientar os seus membros na escolha do tipo de exploração e das culturas mais adequadas às necessidades dos mercados;
- f) Promover o transporte, em comum, dos produtos dos membros;
- g) Estabelecer prémios para os membros cujas explorações se distingam pela utilização de técnicas mais aperfeiçoadas e alta produtividade;
- h) Criar, quando julgar necessário e possível, uma Caixa de Crédito mútuo para o financiamento da produção agrícola dos seus membros;
- i) Contrair empréstimos, quer na banca particular, quer em organismos estatais de crédito, quer ainda nos organismos de coordenação económica e de ONG, para aplicar em obras de interesse colectivo;
- j) Alugar, adquirir ou construir os edifícios e armazéns indispensáveis à realização dos seus objectivos;
- k) Coligar-se com outras cooperativas formando uniões, federações e confederações de cooperativas;
- l) Transformar-se em outras associações ou agrupamentos de carácter não cooperativo.

CAPÍTULO II Do capital social

ARTIGO 4.º (Capital social)

1. O capital inicial mínimo da «Kuvata SCRL» é de Kz: 75 000,00 (setenta e cinco mil kwanzas) e será subscrito equitativamente pelos membros fundadores.

2. O capital social subscrito por cada membro será realizado, em dinheiro ou bens, no prazo máximo de três anos, em prestações semestrais, designando-se por Jóia a primeira prestação que será paga de uma só vez no acto da inscrição do membro.

3. O capital social será elevado sempre que se proceda à admissão de novos membros.

ARTIGO 5.º (Subscrição e transmissão do capital)

1. A subscrição do capital social é nominativa e os direitos advindos não podem ser doados ou vendidos senão à Cooperativa.

2. Só é permitida a transmissão dos direitos do capital subscrito por sucessão legítima, caso os herdeiros pretendam e possam inscrever-se na Cooperativa.

3. O capital social subscrito pelos membros que peçam a demissão ou que tenham de ser demitidos e, ainda, o pertencente a herdeiros que não possam ou não pretendam inscrever-se, será sempre resgatado pela Cooperativa por um valor nunca superior ao nominal subscrito.

4. O pagamento a que se refere o parágrafo anterior será feito segundo as possibilidades da Cooperativa.

CAPÍTULO III Dos Membros

ARTIGO 6.º (Membros possíveis)

1. Podem ser membros da «Kuvata SCRL» os agricultores individuais maiores de 18 anos e os empresários agrícolas que directa e efectivamente exerçam a exploração agrícola na Província de Cabinda.

2. O número de cooperadores será ilimitado, mas nunca inferior a seis.

ARTIGO 7.º (Admissão e inscrição de membros)

1. A admissão de membros é feita por deliberação da Assembleia Geral da Cooperativa.

2. O pedido de admissão para membro da Cooperativa é feito por escrito ao Conselho Directivo, que o submeterá à primeira reunião da Assembleia Geral.

3. O candidato a membro que obtiver resolução favorável à sua admissão, será desde logo inscrito e entra imediatamente no gozo dos seus direitos desde que tenha satisfeito o disposto no parágrafo 2.º do artigo 3.º e pago a sua Jóia.

4. A inscrição de membros far-se-á em livro especial donde constará com referência a cada membro:

- a) Identificação pessoal e domicílio;
- b) Data de admissão, datas e motivos das penalidades, exoneração ou exclusão.
- c) Averbamento das prestações do capital subscrito;
- d) Outros elementos que possam ser úteis à Cooperativa.

ARTIGO 8.º
(Direitos dos membros)

São direitos dos membros da Cooperativa:

- a) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais da Cooperativa;
- b) Participar com voz e voto na adopção de deliberações nas reuniões dos órgãos cooperativos de que sejam membros;
- c) Participar nas actividades da cooperativa que visem o cumprimento do seu objecto social;
- d) Requerer e receber informações necessárias para o exercício dos seus direitos e para o cumprimento das suas obrigações;
- e) Ser informado sobre o andamento da cooperativa;
- f) Requerer a convocação da Assembleia Geral nos termos estatutários;
- g) Usufruir dos benefícios que advenham das actividades em comum dos membros;
- h) Beneficiar e utilizar os bens da Cooperativa destinados ao uso comum dos membros;
- i) Apresentar a sua demissão.

ARTIGO 9.º
(Deveres dos membros)

Os membros da Cooperativa têm os seguintes deveres:

- a) Respeitar os princípios cooperativos, as leis, o estatuto e os regulamentos internos da organização;
- b) Assistir e participar nas reuniões da Assembleia Geral e dos demais órgãos para as quais forem convocados;
- c) Aceitar e exercer os cargos sociais para que tenham sido eleitos, salvo motivo justificativo de escusa, com zelo, dedicação, dinamismo e competência;
- d) Acatar as deliberações validamente adoptadas pelos órgãos sociais;
- e) Participar das actividades da cooperativa e prestar contas do trabalho ou serviço que lhes competir;
- f) Guardar segredo sobre assuntos e dados da Cooperativa cuja divulgação seja susceptível de prejudicar os interesses da mesma;
- g) Não realizar actividades concorrenciais com as desenvolvidas pela Cooperativa;
- h) Efectuar os pagamentos previstos no estatuto e regulamentos internos da cooperativa;
- i) Contribuir para o bom-nome e reputação da Cooperativa bem como para a realização das actividades desta.

ARTIGO 10.º
(Demissão de membros)

1. Os membros podem solicitar a sua demissão, no fim de um exercício social, com pré-aviso de 30 dias, sem prejuízo da responsabilidade pelo cumprimento das suas obrigações como membros da Cooperativa.

2. Ao cooperador que se demitir será restituído o montante do capital realizado nos termos dos números 3 e 4 do artigo 5.º do estatuto.

3. O valor nominal referido no número anterior será acrescido da quota-parte dos excedentes repartíveis a que tiver direito relativamente ao último exercício social, na proporção da sua participação, ou reduzido, se for caso disso, na proporção das perdas acusadas no balanço do exercício do qual surgiu o direito ao reembolso.

ARTIGO 11.º
(Disciplina)

Serão punidos disciplinarmente os membros que cometam alguma das seguintes infracções:

- a) Não acatar o estatuto, regulamentos internos e as deliberações dos corpos gerentes;
- b) Injuriar, difamar e atentar contra o prestígio e bom-nome da Cooperativa;
- c) Injuriar, difamar ou ofender os corpos gerentes da Cooperativa ou qualquer dos seus membros, delegados ou representantes durante ou por causa do exercício das suas funções;
- d) Furtar, burlar, defraudar ou praticar actos ilícitos de que derivem prejuízos morais ou materiais para a Cooperativa;
- e) Não efectuar os pagamentos previstos no estatuto e regulamentos internos da cooperativa, nos prazos estipulados;
- f) Ser condenação por crimes com sentença transitada por julgado;
- g) Administração danosa e a declaração de falência dolosa da Cooperativa.

ARTIGO 12.º
(Sanções)

1. As sanções aplicáveis são:

- a) Advertência;
- b) Censura registada;
- c) Multa;
- d) Suspensão temporária de direitos;
- e) Perda de mandato;
- f) Expulsão.

2. A pena de suspensão de direitos até 3 meses é aplicável aos membros que mantenham em atraso os pagamentos previstos no estatuto e regulamentos da Cooperativa, 60 dias após o prazo fixado.

3. A pena de expulsão é aplicável aos membros que mantenham em atraso os pagamentos previstos no estatuto e regulamentos da Cooperativa por tempo superior a 180 dias após o prazo fixado, sem motivo justificado e depois de previamente avisados por comunicação escrita.

4. Os casos previstos e puníveis pela aplicação das penas de suspensão de direitos e de expulsão funcionam automaticamente pelo simples decurso dos prazos.

5. As restantes penalidades são aplicadas tendo em conta a gravidade da infracção e todas as circunstâncias que possam influir numa decisão justa.

6. A excepção da pena de advertência, a aplicação das restantes penas será precedida de processo escrito.

7. As penas previstas nas alíneas a), b), c) e d) são aplicadas pela Direcção Executiva, com recurso para a Assembleia Geral.

8. A aplicação das penas de perda de mandato e expulsão são da competência exclusiva da Assembleia Geral.

9. O recurso interposto da aplicação de qualquer pena não tem efeito suspensivo.

ARTIGO 13.º (Exclusão)

1. Perdem a qualidade de membros da Cooperativa:

- a) Os que assim o solicitarem por forma expressa, em carta-dirigida à Direcção Executiva;
- b) Os que forem sancionados com a pena de expulsão;
- c) Os membros que se demitirem das suas funções dos cargos para que hajam sido eleitos e/ou nomeados.

2. O membro expulso só pode inscrever-se novamente mediante revisão do processo em que apresente factos novos que não pudessem ter sido invocados antes da decisão a rever.

CAPÍTULO IV Dos Órgãos da Cooperativa

ARTIGO 14.º (Órgãos)

1. Os órgãos da Cooperativa são:

- a) A Assembleia Geral;
- b) A Direcção Executiva;
- c) O Conselho Fiscal.

2. Os membros dos órgãos da Cooperativa são eleitos de entre os cooperadores por um período de 3 anos, sendo permitida a reeleição por apenas dois mandatos consecutivos.

3. Os membros dos órgãos da Cooperativa desempenham as suas funções gratuitamente.

4. Os membros dos órgãos da Cooperativa não podem ocupar simultaneamente cargos na Assembleia Geral, Direcção Executiva e Conselho Fiscal.

5. As deliberações dos órgãos da Cooperativa são tomadas à pluralidade de votos, achando-se presentes a maioria dos seus membros.

6. Aos actos ou resoluções tomadas pelos órgãos da Cooperativa contrários à lei, ao estatuto ou às deliberações da Assembleia Geral, não obrigam a Cooperativa, ficando pessoal ilimitada e solidariamente responsáveis todos os nela intervenientes.

ARTIGO 15.º (Eleições)

1. As eleições realizam-se 30 dias antes do fim do mandato anterior, na data que for marcada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

2. A eleição dos membros dos órgãos da Cooperativa é feita em escrutínio secreto pela maioria dos votos presentes à Assembleia Geral.

3. As listas são impressas em papel branco, de iguais características, contendo, para cada um dos órgãos, o nome dos candidatos propostos e respectivos cargos.

4. As propostas de candidatura a integrar as listas, são dirigidas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, devendo dar entrada na Sede da Cooperativa até 30 dias antes da data prevista para as eleições.

5. As propostas de candidatos devem ser subscritas por um mínimo de 10% de membros efectivos no pleno gozo dos seus direitos.

6. A Direcção Executiva por si e dentro do mesmo prazo pode também apresentar uma proposta de candidatos.

7. A publicitação das listas concorrentes será feita nos 15 dias que antecedem a data marcada para as eleições pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

8. No acto de eleição, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral nomeará dois escrutinadores que não poderão ser candidatos a cargos dos órgãos da Cooperativa.

9. Cada membro da Cooperativa, depois de verificada a sua identidade e qualidade de eleitor pelos escrutinadores, introduzirá o seu voto na urna.

10. Não é permitido o voto por procuração a favor de um membro e/ou por correspondência.

11. Encerrada a votação procede-se de imediato à contagem dos votos e ao escrutínio.

12. Terminado o apuramento são proclamados os eleitos e o Presidente da Mesa da Assembleia Geral designará, imediatamente, 1 dia, dentro dos 8 dias seguintes, para o acto de posse.

ARTIGO 16.º (Substituições)

1. No caso de renúncia ou caducidade do mandato por motivo disciplinar ou por morte do presidente de qualquer órgão social, o respectivo órgão, na primeira reunião ordinária subsequente ao facto, elege de entre os seus membros um novo presidente e coopta um novo membro.

2. No caso de renúncia ou caducidade do mandato por motivo disciplinar ou por morte de outros membros de qualquer órgão social, o respectivo órgão coopta um novo membro.

3. Nos casos previstos nos números anteriores, os substitutos exercem funções até ao termo do mandato do respectivo antecessor.

SECÇÃO I
Assembleia Geral

ARTIGO 17.º
(Composição)

A Assembleia Geral é composta por todos os membros da Cooperativa no pleno gozo dos seus direitos e constitui o seu órgão soberano.

ARTIGO 18.º
(Competência)

A Assembleia Geral nas suas decisões que não contrariem as disposições estatutárias e a legislação em vigor, compete-lhe fundamentalmente:

- a) Eleger e destituir os titulares dos órgãos da Cooperativa;
- b) Apreçar e votar o plano anual de actividades e o orçamento para o exercício seguinte, apresentados pela Direcção Executiva;
- c) Apreçar e votar o relatório anual e as contas do exercício, apresentados pela Direcção Executiva, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- d) Deliberar sobre propostas de alteração do estatuto;
- e) Deliberar sobre a admissão de novos membros, a expulsão e readmissão de cooperadores, a perda de mandato dos órgãos sociais da Cooperativa e ainda, funcionar como instância de recurso aquando da aplicação de sanções;
- f) Deliberar sobre os aumentos do capital social bem como, fixar o valor da jóia, taxas e demais contribuições a pagar pelos membros da Cooperativa;
- g) Fixar, sob proposta da Direcção Executiva, a remuneração e demais regalias dos gestores e empregados da Cooperativa;
- h) Aprovar os regulamentos necessários à prossecução dos objectivos da Cooperativa;
- i) Deliberar sobre a aceitação de doações, heranças e legados;
- j) Decidir sobre a fusão, cisão e dissolução da Cooperativa;
- k) Deliberar sobre todos os assuntos que não estejam compreendidos nas competências específicas dos restantes órgãos.

ARTIGO 19.º
(Mesa da Assembleia Geral)

A Mesa da Assembleia Geral é constituída pelo Presidente e por dois secretários, eleitos pela Assembleia Geral da Cooperativa (1).

ARTIGO 20.º
(Reuniões da Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano, no mês de Janeiro, para apreciação e votação do plano de actividades e do orçamento do exercício bem como, para a apreciação e votação do relatório e contas do exercício anterior da Direcção Executiva e, ainda, de três em três anos, na data indicada pelo Presidente, para a eleição dos órgãos da Cooperativa.

2. A Assembleia Geral reúne-se extraordinariamente quando os interesses da Cooperativa o aconselhem, por iniciativa da Mesa, da Direcção Executiva, do Conselho Fiscal ou de 2/3 dos membros no pleno gozo dos seus direitos.

No caso da Cooperativa conter menos de 20 membros a Mesa da Assembleia Geral será constituída apenas por um presidente, que exercerá simultaneamente as atribuições previstas para os secretários.

3. As reuniões da Assembleia Geral são convocadas pelo Presidente da Mesa, por meio de aviso tornado público, com uma antecedência mínima de 15 dias, com a indicação da ordem de trabalhos, o dia, a hora e o local da reunião.

4. A Assembleia Geral considera-se legalmente constituída com a presença de, pelo menos, a metade dos membros no pleno exercício dos seus direitos.

5. Se à hora marcada não estiverem presentes o número de membros referidos no número anterior do presente artigo, a Assembleia Geral reúne-se validamente uma hora depois, em segunda convocatória, com a presença ou representação de dez por cento dos membros no pleno gozo dos seus direitos.

6. Salvo as deliberações sobre alterações ao estatuto, fusão, cisão e dissolução da Cooperativa e sobre a readmissão de ex-membros expulsos, em que se exige a maioria respectiva de 3/4 e 2/3 dos votos dos membros presentes, todas as deliberações são tomadas por maioria simples.

ARTIGO 21.º
(Atribuições dos membros da Mesa)

1. Compete ao Presidente da Mesa:

- a) Convocar a Assembleia Geral e dirigir os seus trabalhos.
- b) Conferir posse aos membros eleitos para os órgãos da Cooperativa.
- c) Assinar o livro de actas das reuniões da Assembleia Geral.
- d) Exercer quaisquer outras atribuições que lhe sejam confiadas pela Assembleia Geral.

2. Compete aos Secretários:

- a) Preparar, expedir e mandar publicar convocatórias e avisos;
- b) Redigir as actas e todo o expediente necessário às reuniões da Assembleia Geral;
- c) Ler e dar seguimento adequado à correspondência e outros documentos enviados à Assembleia Geral.

SECÇÃO II
Direcção Executiva

ARTIGO 22.º
(Composição)

A Direcção Executiva é o órgão de administração, gestão e representação da Cooperativa e integra os seguintes membros eleitos pela Assembleia Geral

(2):

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário;
- d) Tesoureiro;
- e) Conselheiro (s).

ARTIGO 23.º
(Competência)

Compete à Direcção Executiva:

- a) Exercer a administração, gestão e representação da Cooperativa de modo a garantir a realização dos seus objectivos;
- b) Velar pelo cumprimento da lei, do estatuto e dos regulamentos internos da Cooperativa e executar as deliberações da Assembleia Geral;
- a) No caso da Cooperativa conter menos de 10 membros, a Direcção Executiva será constituído apenas por um Presidente, que exercerá simultaneamente as atribuições previstas para os restantes membros;
- b) Nas Cooperativas com menos de 20 membros, a Direcção Executiva será constituído por 3 membros (presidente, secretário e tesoureiro);
- c) Nas Cooperativas com menos de 50 membros, a Direcção Executiva será constituído por 5 membros (Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, Conselheiro);
- d) Nas Cooperativas com mais de 50 membros, a Direcção Executiva será constituído por 7 membros (presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e 3 conselheiros);
- c) Assegurar o relacionamento com os órgãos do Governo, entidades e organismos governamentais, não governamentais e privados em todos os assuntos de interesse para a Cooperativa;
- d) Elaborar e submeter ao parecer do Conselho Fiscal e à aprovação da Assembleia Geral, o relatório anual e as contas do exercício, bem como o plano de actividades e o orçamento para o exercício seguinte;
- e) Representar a Cooperativa em quaisquer actos ou contratos em juízo e fora dele;
- f) Contratar e gerir o pessoal necessário às actividades da Cooperativa;
- g) Adquirir os bens necessários ao equipamento e funcionamento da Cooperativa, velar pela correcta utilização e conservação dos mesmos e alienar aqueles que julgue dispensáveis;
- h) Administrar e gerir os fundos da Cooperativa e contrair empréstimos;

- i) Abrir contas bancárias, sendo obrigatória a assinatura do Presidente e de outro membro indicado pela Direcção Executiva;
- j) Aplicar sanções nos termos do presente estatuto;
- k) Solicitar a convocação extraordinária da Assembleia Geral.

ARTIGO 24.º
(Formas de obrigar a Cooperativa)

A Cooperativa fica obrigada com as assinaturas conjuntas de dois membros da Direcção Executiva, salvo quanto aos actos de mero expediente em que basta a assinatura de um deles.

ARTIGO 25.º

a) (Reuniões da Direcção Executiva.)

1. A Direcção Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que o Presidente o convoque, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos seus membros.

2. As reuniões só poderão ser realizadas quando estiverem presentes a maioria dos seus membros.

3. As deliberações serão tomadas por decisão da maioria dos votos dos membros presentes, reservando-se ao Presidente o voto de qualidade.

ARTIGO 26.º
(Atribuições do Presidente)

Compete ao Presidente:

- a) Representar a Cooperativa em juízo e fora dele;
- b) Presidir às reuniões da Direcção Executiva;
- c) Autorizar os pedidos de compras e a contratação de força de trabalho eventual;
- d) Solucionar os casos de urgência, submetendo-os em seguida à aprovação da Direcção Executiva;
- e) Obrigar a Cooperativa com a sua assinatura juntamente com a de outro membro designado pela Direcção Executiva;
- f) Elaborar o relatório anual e apresentá-lo à Assembleia Geral;
- g) Supervisionar todos os serviços e actividades da Cooperativa;
- h) Exercer quaisquer outras atribuições que lhe sejam confiadas pela Assembleia Geral.

ARTIGO 27.º
(Atribuições do vice-presidente)

Compete ao vice-presidente:

- a) Substituir o Presidente nas suas ausências ou impedimentos;
- b) Coadjuvar o presidente no exercício das suas funções;
- c) Exercer quaisquer outras atribuições que lhe sejam confiadas pela Direcção Executiva.

ARTIGO 28.º
(Atribuições do secretário)

Compete ao secretário:

- a) Preparar todos os assuntos para a apreciação do presidente e da Direcção Executiva;
- b) Preparar, expedir, receber e arquivar a correspondência e toda a documentação da Cooperativa;
- c) Manter actualizado o cadastro individual dos cooperadores;
- d) Executar as tarefas de expediente corrente da Cooperativa;
- e) Exercer quaisquer outras atribuições que lhe sejam confiadas pela Direcção Executiva, e pelo Presidente.

ARTIGO 29.º
(Atribuições do tesoureiro)

Compete ao tesoureiro:

- a) Movimentar os fundos da Cooperativa e assinar conjuntamente com o Presidente ou o seu mandatário, os cheques ou documentos referentes à movimentação de valores monetários;
- b) Arrecadar receitas, saldar as despesas autorizadas, emitindo e assinando os respectivos comprovativos;
- c) Elaborar os balancetes mensais da Cooperativa;
- d) Elaborar o balanço anual da Cooperativa e apresentá-lo à Assembleia Geral;
- e) Inventariar e manter actualizado o património da Cooperativa;
- f) Exercer quaisquer outras atribuições que lhe sejam confiadas pela Direcção Executiva e pelo Presidente.

ARTIGO 30.º
(Atribuições do Conselho(s))

Compete ao Conselho(s):

- a) Coadjuvar os restantes membros no exercício das suas funções;
- b) Supervisionar os serviços e actividades da Cooperativa designados pela Direcção Executiva;
- c) Velar pelo cumprimento da lei, do estatuto, dos regulamentos internos e das deliberações da Assembleia Geral;
- d) Lhe (s) sejam exercer quaisquer outras atribuições que confiadas pela Direcção Executiva e pelo Presidente;

SECÇÃO III
Conselho Fiscal

ARTIGO 31.º
(Composição)

O Conselho Fiscal é o órgão de controlo e fiscalização da Cooperativa e é constituído pelo Presidente, 1 Secretário e 1 Relator, eleitos pela Assembleia Geral da Cooperativa (3).

ARTIGO 32.º
(Competência)

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar trimestralmente a escrita e toda a documentação Cooperativa;
- b) Elaborar o relatório sobre a sua acção fiscalizadora durante o ano e emitir o parecer sobre o relatório e contas do exercício, o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte;
- c) Apresentar ao Conselho Directivo as propostas que considerar adequadas para a melhoria da situação patrimonial e financeira da Cooperativa;
- d) Emitir os pareceres que lhe sejam solicitados pelos outros órgãos da Cooperativa;
- e) Verificar o cumprimento da lei, do estatuto, dos regulamentos internos e das decisões da Assembleia Geral.

ARTIGO 33.º
(Reuniões)

1. O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, a convocação do seu Presidente, por iniciativa deste, e por solicitação de qualquer dos seus membros ou Direcção Executiva.

2. As reuniões só poderão ser realizadas quando estiverem presentes a maioria dos seus membros.

3. O Conselho Fiscal delibera por maioria de votos dos membros presentes, reservando-se ao Presidente o voto de qualidade.

ARTIGO 34.º
(Atribuições dos membros)

1. Ao Presidente compete convocar e presidir às reuniões e representar o Conselho Fiscal.

2. Ao secretário compete tratar de todas as questões relativas ao expediente do Conselho Fiscal e elaborar as actas das reuniões.

3. Ao relator compete redigir os pareceres do Conselho Fiscal e quaisquer outras funções que lhe tenham sido confiadas.

CAPÍTULO V
Do Património, Fundos, Reservas e Distribuição de Excedentes

ARTIGO 35.º
(Património)

O património da Cooperativa é formado por todos os bens existentes no acto da sua constituição e pelos que vierem a ser adquiridos, devendo, em cada ano, ser devidamente actualizado o respectivo inventário.

ARTIGO 36.º
(Fundos)

Constituem fundos da Cooperativa:

- a) As subscrições de capital, jóias e demais quotizações a que os membros se obriguem;
- b) Os rendimentos dos seus bens próprios;
- c) As doações, legados, heranças e respectivos rendimentos;

- d) Os subsídios, donativos, participações e financiamentos de que seja beneficiária;
- e) O produto de subscrições e de outras actividades.

ARTIGO 37.º
(Reserva legal)

1. A reserva legal máxima obrigatória da Cooperativa será igual ao montante do capital subscrito pelos cooperadores e destina-se a cobrir as eventuais perdas de exercício.

2. Para a constituição daquela reserva reverterão anualmente 5% das jóias e os excedentes líquidos dos exercícios.

3. Se os prejuízos forem superiores ao montante da reserva legal, a diferença será exigida aos cooperadores, proporcionalmente às operações realizadas por cada um deles, devendo a reserva legal ser reconstituída até ao nível em que se encontrava.

ARTIGO 38.º
(Reserva para educação e formação cooperativas)

1. A reserva para educação e formação Cooperativa é destinada à formação cultural e técnica dos cooperadores, dos trabalhadores da cooperativa e da comunidade.

2. O montante desta reserva é fixado pela Assembleia Geral, revertendo para a mesma:

- a) A parte das jóias que não for afectada à reserva legal;
- b) 1% dos excedentes anuais líquidos;
- c) Os donativos e os subsídios que forem especialmente destinados à finalidade da reserva;
- d) Os excedentes anuais líquidos provenientes das operações realizadas com terceiros que não sejam afectados a outras reservas.

3. As formas de aplicação desta reserva serão determinadas pela Assembleia Geral.

4. A Direcção Executiva deve integrar anualmente no plano de actividades, um plano de formação para a aplicação desta reserva.

ARTIGO 39.º
(Outras reservas)

1. Por deliberação da Assembleia Geral e/ou pela legislação aplicável às cooperativas, poderão ser criadas na Cooperativa outras reservas.

2. O modo de formação, de aplicação e de liquidação serão da competência da Assembleia Geral se não previstos na legislação aplicável.

ARTIGO 40.º
(Distribuição de excedentes)

1. Os excedentes anuais líquidos, com excepção dos provenientes de operações realizadas com terceiros, que restarem depois das reversões para as diversas reservas, poderão retornar aos cooperadores, na proporção das operações realizadas por cada um deles.

2. Não pode se proceder à distribuição de excedentes entre os cooperadores, nem criar-se reservas livres, antes de se terem compensado as perdas dos exercícios anteriores ou,

no caso de haver sido utilizada a reserva legal para compensar essas perdas, antes de se ter reconstituído a reserva legal ao nível anterior ao da sua utilização.

CAPÍTULO VI
Da Dissolução e Liquidação

ARTIGO 41.º
(Causas de dissolução)

A Cooperativa dissolve-se por:

- a) Deliberação da Assembleia Geral;
- b) Diminuição do número de membros abaixo do mínimo legal;
- c) Fusão ou cisão da Cooperativa;
- d) Falência da Cooperativa;
- e) Decisão judicial transitada em julgado.

ARTIGO 42.º
(Liquidação)

1. A Assembleia Geral que deliberar a dissolução deve eleger uma Comissão Liquidatária, composta por cinco membros, à qual conferirá os poderes bastantes para proceder à liquidação da Cooperativa.

2. A Comissão Liquidatária apresentará as contas à Assembleia Geral ou ao Tribunal, conforme os casos que determinaram a dissolução da Cooperativa.

3. A última Assembleia Geral ou o Tribunal, conforme os casos, designarão quem deve ficar depositário dos livros e documentos da Cooperativa, que deverão ser conservados pelo prazo de 10 anos.

ARTIGO 43.º
(Destino do património)

Satisfeitas as despesas decorrentes do processo de liquidação, o saldo será aplicado pela seguinte ordem:

- a) Pagamento dos salários e das prestações decididas aos trabalhadores da Cooperativa;
- b) Pagamento dos restantes débitos da Cooperativa, das obrigações e de outras prestações eventuais dos membros da Cooperativa;
- c) Reembolso do capital subscrito pelos cooperadores.

ARTIGO 44.º
(Escritura pública de extinção)

A comissão liquidatária outorgará a escritura pública de extinção, que incluirá a aprovação do balanço final de liquidação.

CAPÍTULO VII
Das Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 45.º
(Primeira Assembleia Geral)

Após a aprovação do presente estatuto numa Assembleia Constituinte, a Comissão Instaladora desenvolverá as diligências necessárias à convocação da primeira Assembleia Geral para a eleição dos órgãos sociais da Cooperativa.

ARTIGO 46.^o
(Símbolos e logótipo)

A Assembleia Geral da Cooperativa aprovará o seu emblema e logótipo que poderão ser usados como bandeira, medalha ou galhardete.

ARTIGO 47.^o
(Resolução de dúvidas)

As dúvidas que existirem na interpretação e aplicação do estatuto, bem como as omissões serão resolvidas pela Assembleia Geral.

(14-16699-L14)

Associação Para União dos Povos de Angola

Certifico que, com início a folhas 66 do Livro de Notas para escrituras diversas n.º 988-B do 1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da Associação Para União dos Povos de Angola, abreviadamente «AUPA»

No dia 18 de Agosto de 2014, em Luanda, no 1.º Cartório Notarial, perante mim, o Notário Licenciado, Amorbelo Vinevala Paulino Sitongua, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Fernando Pedro Gomes, solteiro, maior, natural de Ambriz, Província do Bengo, residente habitualmente em Luanda, Rua Marechal Broz Tito, Casa n.º 26 Z 7, Bairro Patrice Lumumba, no Distrito Urbano da Ingombota, titular do Bilhete de Identidade n.º 001631583BO036, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, aos 29 de Abril de 2005;

Segundo: — Gabriel Faustino de Adriana, solteiro, maior, natural de Ambriz, Província do Bengo, residente habitualmente em Luanda, casa s/n.º, Bairro Cerâmica, Município do Cacuaco, titular do Bilhete de Identidade n.º 004738149BO047, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, aos 29 de Abril de 2010;

Terceiro: — Manuel Cosme, solteiro, maior, natural de Ambuíla, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, Casa n.º 116, Zona 16, Bairro Ngola Kiluange, no Distrito Urbano do Sambizanga, titular do Bilhete de Identidade n.º 000024979UE016, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, aos 6 de Outubro de 2008;

Quarto: — David Kayove, solteiro, maior, natural do Cubai, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, casa s/n.º, Bairro Balumuca, Município do Cacuaco, titular do Bilhete de Identidade n.º 002517754BA032, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, aos 28 de Fevereiro de 2012;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura é constituída uma associação sem fins lucrativos denominada Associação Para União dos Povos de Angola abreviadamente «AUPA», com sede na Cidade de Luanda, capital da República de Angola, Município do Cazenga, Zona 18, Rua Nunes Gabriel, Casa n.º 115, 441 - Edel, Bairro Hoji-ya-Henda.

Que, esta associação vai reger-se pelo respectivo estatuto, que faz parte integrante desta escritura, que é um documento elaborado em separado, nos termos e para os efeitos do número dois do artigo setenta e oito do Código do Notariado, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 55.º da Lei 1/97, de 17 de Janeiro, cujo conteúdo eles outorgantes têm perfeito conhecimento, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Certificado de admissibilidade emitido pelo Gabinete de Assuntos Técnico Jurídicos do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, aos 21 de Julho de 2014;
- b) Documento complementar que atrás se fez alusão;
- c) Lista Nominal dos Associados;
- d) Acta de Constituição da Associação;

Aos outorgantes e na presença simultânea de todos, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de noventa dias.

**ASSOCIAÇÃO PARA UNIÃO DOS POVOS
DE ANGOLA «AUPA»**

**CAPÍTULO I
Disposições Gerais**

ARTIGO 1.^o
(Denominação)

1. Para todos os efeitos, esta organização denominar-se-á «Associação Para União dos Povos de Angola, abreviadamente AUPA».

ARTIGO 2.^o
(Natureza)

1. A AUPA é uma pessoa colectiva, autónoma, de utilidade pública, dotada de personalidade jurídica, financeira e administrativa;

2. A AUPA é uma associação filantrópica, voluntária, apartidária, laica, interessada no desenvolvimento socioeconómico e sociocultural de Angola e dos angolanos;

3. Os fundos, rendimentos, bens e o património da associação são utilizados exclusivamente na promoção dos objectivos definidos no artigo 5.º do presente Estatuto.

4. A AUPA é uma associação cívica para educação e na defesa dos interesses dos menos favorecidos.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

1. A AUPA tem como objecto social:

- a) A promoção e melhoria das condições de vida das populações mais carenciadas em todo, território nacional;
- b) A promoção do desenvolvimento rural, nos domínios da agricultura, agro-pecuária, saúde, educação, lazer, formação de artes e ofícios, exploração florestar e inertes;
- c) Participar na elaboração, análise, recolha e a divulgação da história contemporânea de Angola e dos angolanos;
- d) Lutar para a erradicação do analfabetismo, promover a cultura da leitura e a investigação científica;
- e) Defende os direitos cívicos e interesses dos angolanos, nomeadamente dos antigos combatentes, das viúvas, dos órfãos de guerra, das mães solteiras dos deficientes e dos idosos.

2. Para a prossecução dos fins a que se propõe, a associação concebe e promove a gestão de projectos de desenvolvimento económico e social, captando para o efeito, financiamentos internos e externos, bem como promover cooperativas agrícolas, saneamento básico, água potável, etc.

3. Promover a inovação e o empreendedorismo rural;

4. Cooperar com as instituições do Estado (Governo) e com todas as organizações governamentais e não-governamentais que defendem os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, bem como os direitos civis, económicos e culturais;

5. Promover a assistência social no domínio da saúde, criando centros de saúde e farmácias.

ARTIGO 4.º
(Sede)

A AUPA tem a sua sede na Cidade de Luanda, Capital da República de Angola, Município do Cazenga, Zona 18, Rua Nunes Gabriel, Casa n.º 115, 441 - Edel, Bairro Hoji-ya-Henda, podendo ser transferida para qualquer outro ponto da cidade de Luanda, mediante a aprovação da Assembleia.

ARTIGO 5.º
(Âmbito)

1. A AUPA — Associação para União dos Povos de Angola é uma associação de âmbito nacional e internacional podendo para efeitos abrir delegações ou representações em outros países.

2. A AUPA tem uma duração por tempo indeterminado.

ARTIGO 6.º
(Filiação)

1. A AUPA poderá filiar-se em outras associações congéneres desde que tal se mostre útil, com base nos princípios da reciprocidade de vantagens e do respeito pela soberania da República de Angola.

CAPÍTULO II
Dos Princípios e Atribuições

ARTIGO 7.º

A AUPA orienta-se pelos seguintes princípios:

De solidariedade e fraternidade entre os membros, da não-discriminação de qualquer natureza, da livre decisão, direcção e gestão democráticas, do auxílio e benefícios mútuos.

Da prestação de contas pelos órgãos eleitos pela Assembleia.

Da elegibilidade e livre revogação dos órgãos eleitos pela Assembleia Geral;

Da prática participativa.

CAPÍTULO III
Associados

SECÇÃO I
Admissão e Categorias

ARTIGO 8.º
(Procedimentos para admissão)

Os procedimentos para admissão de membros são os seguintes:

1. Formulação de pedido de admissão à AUPA por escrito ou verbalmente ou mediante aval de dois membros da associação;

2. O candidato é considerado membro a partir do momento em que a sua admissão é aceite e proceda ao pagamento da jóia e quotas.

ARTIGO 9.º
(Admissão)

1. Pode ser membro qualquer pessoa singular ou colectiva de nacionalidade angolana, com a idade não inferior a catorze anos e que se encontre no pleno gozo dos seus direitos civis.

2. A adesão à AUPA é livre, desde que para fins não contrários à lei ou a moral pública, sem necessidade de qualquer autorização.

3. Os menores com idade inferior a catorze anos têm o direito de aderir a associação, desde que previamente autorizados, por escrito, por quem detém a autoridade paternal.

4. Os candidatos das forças armadas ou policiais no activo não devem ser membros da AUPA.

5. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte da AUPA, nem ser obrigado por qualquer modo a permanecer na associação.

6. A AUPA pode exigir a saída de qualquer um dos seus associados, mediante pré-aviso que, no entanto, nunca pode ser superior a três meses e mediante acto comprovado que lese gravemente a Associação e a Constituição da República.

ARTIGO 10.º
(Categoria de membro)

1. A AUPA tem as seguintes categorias de membros:

- a) Membros fundadores;
- b) Membros Efectivos;

- c) Membros Honorários;
- d) Membros Beneméritos;
- e) Membros Institucionais;

2. Membro fundador é aquele que subscreveu a Acta da Assembleia Constituinte da Associação.

3. Membro efectivo é aquele que adere a associação nos termos previstos no presente estatuto.

4. Membro honorário é a pessoa singular ou colectiva que contribua de forma relevante para a dignificação e o prestígio da associação.

5. Membro benemérito é aquela pessoa singular ou colectiva que contribua significativamente com donativos à associação para a prossecução dos seus fins,

6. Membro institucional são associações nacionais ou estrangeiras interessadas a prossecução dos objectivos da associação.

§Único: — A outorga de títulos de membro honorário e benemérito é da competência da Assembleia Geral sob proposta do Conselho directivo..

SECÇÃO II

Dos Direitos e Deveres dos Membros

ARTIGO 11.º

(Direitos dos membros)

Os membros da AUPA gozam dos seguintes direitos:

- a) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais da associação;
- b) Participar com o direito de opiniões e voto na Assembleia Geral;
- c) Participar nas actividades programadas pela associação;
- d) Ter direito à informação e ser informado;
- e) Apresentar sugestões e propostas para a elaboração e cumprimento dos planos da associação;
- f) Consultar os documentos fundamentais da associação nomeadamente actas, conclusões; e outros documentos que repute de interesse para o membro;
- g) Recorrer de qualquer sanção aplicada desde que considere injusta;
- h) Renunciar ao direito de pertencer à associação;
- i) Possuir documento que o identifique como membro da Associação;

ARTIGO 12.º

(Deveres dos membros)

1. Os membros da AUPA têm os seguintes deveres:

- a) Pagar pontualmente a jóia e a quota,
Exercer com zelo, brio, dedicação, seriedade, isenção, transparência e responsabilidade, o cargo para que foi eleito ou designado e as tarefas que lhe foram incumbidas;
Tomar conhecida a associação,
Cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias;
Contribuir por todos os meios para o prestígio da associação;

Utilizar os bens da associação de forma adequada e racional;

Participar nas reuniões e justificar as suas ausências;

Respeitar os superiores hierárquicos (órgãos eleito);

§Único: — A suspensão, não desobriga o membro do pagamento de quota, jóia e contribuições.

CAPÍTULO IV

Associação

SECÇÃO I

Dos Órgãos Sociais e Formas de Eleição

ARTIGO 13.º

(Enunciação de órgãos sociais)

São órgãos sociais da AUPA:

- 1. Da Assembleia Geral;
- 2. Presidente do Conselho Directivo;
- 3. Presidente do Conselho Fiscal.

ARTIGO 14.º

(Eleições)

1. As eleições dos titulares dos órgãos da associação são feitas pela Assembleia Geral de membros no pleno gozo dos seus direitos;

2. O mandato dos órgãos da Associação é de 5 anos, podendo os mesmos serem reeleitos por mais um mandato.

SECÇÃO II

Assembleia Geral e sua Composição

ARTIGO 15.º

1. O Conselho da Assembleia Geral é composto de três membros;

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário.

ARTIGO 16.º

(Competência da Assembleia Geral)

A Assembleia Geral compete:

- 0. Aprovar e alterar os Estatutos;
- 1. Eleger os corpos sociais;
- 2. Aprovar o orçamento;
- 3. Restabelecer o valor da jóia e da quota;
- 4. Decidir sobre a expulsão dos membros;
- 5. Decidir sobre a aceitação de doação, heranças e legados;
- 6. Aprovar os relatórios do Conselho Directivo e do Conselho Fiscal;
- 7. Deliberar sobre todos os assuntos respeitantes à vida da associação que não sejam da competência do Conselho Directivo.

ARTIGO 17.º

(Mesa da Assembleia Geral)

1. A Mesa da Assembleia Geral é constituída pelo Presidente, Vice-Presidente e um secretário.

ARTIGO 18.º
(Reunião da Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente por iniciativa do Presidente ou de 2/3 dos membros.

2. A Assembleia Geral reúne-se com vista a proceder ao balanço das actividades, discussão e a provação dos relatórios de contas do ano anterior e eleições dos órgãos sociais.

3. A Assembleia Geral é convocada com 30 dias de antecedência, por meio de aviso público, com indicação da ordem de trabalho, o dia, a hora e o local da reunião do quórum da assembleia-geral

1. Sempre que a Mesa não esteja completa por falta de um membro eleito, deverá ser eleito um ou mais membros pela assembleia-geral a ocupar o (s) lugar(es) em falta, excepto se verificar a falta de todos os elementos atrás citados, caso este que terá de se proceder a anulação da reunião da Assembleia Geral em causa de responsabilidades dos membros da Assembleia Geral.

2. Cada membro da Assembleia Geral é pessoalmente responsável pelos seus actos e solidariamente por todas as medidas tomadas de acordo com todos os restantes membros da Assembleia Geral.

3. Os membros da Assembleia Geral respondem penalmente, civil, jurídica e solidariamente pela violação do estatuto e todos os prejuízos causados à AUPA.

ARTIGO 19.º
(Deliberações)

As deliberações são tomadas por maiorias simples dos votos dos seus membros, sendo com tudo necessário os votos de 2/3 dos membros para deliberar sobre a alteração do estatuto e afastamento de qualquer membro.

ARTIGO 20.º
(Conselho Directivo e sua composição)

1. O Conselho Directivo é o órgão executivo da associação e é composto por:

- a) Secretário-geral;
- b) Directores nacionais e provinciais;
- c) Chefes dos departamentos nacionais;

2. Ao Conselho Directivo cabe a coordenação e execução de todas as tarefas de carácter urgente e inadiáveis da competência da Assembleia Geral excepto as constantes do artigo 16.º;

3. Cabe ainda ao CD, aprovar em fazer cumprir os regulamentos dos órgãos internos da associação previstos neste estatuto.

4. A representação da AUPA e juízo e fora dele é feita pelo presidente ou por quem ele delegar.

5. Cada responsável eleito (a) responde civil e criminalmente pelo seu acto.

ARTIGO 21.º
(Responsabilidades dos membros do Conselho Directivo)

1. Todo, membro do Conselho Directivo que se demita deliberadamente em plenas funções a que foi eleita (atri-

buída) e justificar as causas da sua demissão e aguardando as deliberações dos superiores hierárquicos, responderá penalmente, civil e solidariamente pelas decisões a que foi a favor durante o tempo em que foi membro da Direcção.

ARTIGO 22.º
(Competências do Conselho Directivo)

O Conselho Directivo compete:

- a) Definir a linha de actuação da associação nos vários sectores que lhe compete intervir;
- b) Elaborar anualmente e submeter ao Conselho Fiscal para apreciação e aprovação da Assembleia Geral, o orçamento e o plano de actividade para ano seguinte bem como o balanço, relatório de conta do exercício fiscal;
- c) Executar o plano da actividade e as deliberações da Assembleia Geral;
- d) Deliberar sobre a admissão dos membros bem como sobre a sua demissão ou expulsão propor à Assembleia Geral a concessão do título de membro honorário e benemérito;
- e) Colaborar com os organismos e entidades oficiais em todas as matérias de interesses cultural social, cívica e entre outro desde que estejam inseridas nos objectivos da associação;
- f) Discutir e aprovar programas e projectos de desenvolvimento e viabilizar subsídios para os implementar;
- g) Nomear os elementos da associação que devem representar nos casos achados necessários e nos eventos em que participar;
- h) Constituir comissões e grupos de trabalho sempre que conveniente;
- i) Representar a associação tanto em juízo como fora dele;
- j) Contratar e gerir o pessoal necessário às actividades da associação;
- k) Gerir o património da associação;
- l) De um modo geral participar em todas e quaisquer actos necessários a salvaguarda dos princípios organizativos e da defesa dos interesses da associação.

ARTIGO 23.º
(Reuniões do Conselho Directivo)

O Conselho Directivo (CD) reúne-se mensalmente em sessão ordinária por convocação do presidente ou do seu substituto extraordinariamente sempre que é necessário.

SECÇÃO III
Conselho Fiscal

ARTIGO 24.º
(Composição do Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal é composto de três membros

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Vogal.

2. Quando se mostre conveniente, a Assembleia Geral pode deliberar que as funções do Conselho Fiscal sejam exercidas por uma empresa de auditoria, ou membros competentes dentro da associação ficando assim suspensa temporariamente as suas actividades.

ARTIGO 25.º
(Competências do Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal é órgão da AUPA a quem compete analisar, fiscalizar e dar a conhecer sobre os assuntos mais importantes da associação.

2. O Conselho Fiscal para a concretização dos seus objectivos é dotado de regulamento próprio.

ARTIGO 26.º
(Reuniões do Conselho Fiscal)

O Conselho Fiscal reúne-se mensalmente em sessão ordinária por convocação do seu presidente extraordinariamente sempre que necessário.

As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas por maioria dos membros presentes.

O Presidente do Conselho Fiscal assiste as reuniões do Conselho Directivo sempre que for convidado.

CAPÍTULO V
Património e das Receitas

ARTIGO 27.º
(Património)

O Património da AUPA é constituído por todos os bens existentes no acto da sua constituição e pelos que vierem a ser adquiridos, devendo em cada caso ser devidamente actualizados os respectivos inventários.

ARTIGO 28.º
(Receitas)

1. As receitas da associação provêm de:

- a) Jóias e quotas mensais dos membros;
- b) Donativos, subsídios, doações e legados;

2. A AUPA, para concretização das suas atribuições, pode criar um fundo de apoio ao desenvolvimento.

ARTIGO 29.º

CAPÍTULO VI
Regime Disciplinar

Para efeito do presente estatuto, considera-se infracção disciplinar o comportamento lesivo do membro que, culposamente, viole os deveres neles consignados nestes estatutos e no regulamento interno e disciplinar da AUPA.

ARTIGO 30.º
(Infracção)

Ação disciplinar:

1. A acção disciplinar a aplicar é exigida independentemente de qualquer outra e deve reger-se pelo presente estatuto e pelo regulamento disciplinar a ser elaborado pelo Conselho Directivo ou por quem este delegar.

2. A acção disciplinar é exercida pelo Conselho Directivo ou pela Assembleia Geral consoante a gravidade da infracção.

ARTIGO 31.º
(Sanções disciplinares)

São as seguintes, as sanções a aplicar aos membros:

- a) Admoestação;
- b) Censura registada;
- c) Suspensão;
- d) A expulsão de membro consiste na perda definitiva da qualidade de membro, quando a sua conduta seja prejudicial aos interesses da associação.

ARTIGO 32.º
(Reclamações e recursos)

Das decisões proferidas no âmbito da acção disciplinar, cabe a reclamação ao órgão que as proferir, e se mantiverem as decisões, pode o interessado recorrer ao Conselho Directivo e à Assembleia Geral que decide em definitivo.

§Único: — decorridos dois anos sobre a sanção de expulsão, o membro sancionado pode solicitar a sua readmissão, se a sua conduta assim o justificar. Neste caso, a proposta é feita por um mínimo de dez (10) membros no pleno gozo dos seus direitos e submetida à apreciação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VII
Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 33.º
(Regulamentos internos)

Cada órgão social da associação deve apresentar para aprovação da Assembleia Geral respectivo regulamento, consoante se trate do regulamento do Conselho Directivo ou Conselho Fiscal.

ARTIGO 34.º
(Distinções e louvores)

A Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Directivo pode atribuir distinções e louvores aos membros e personalidades que se destaquem pela sua actividade em prol do engrandecimento da associação, bem como se destaquem de um modo geral em prol do bom desenvolvimento socioeconómico e cultural do nosso País.

ARTIGO 35.º
(Alteração do estatuto, extinção, liquidação e destino dos bens da associação)

1. Os estatutos da AUPA, só podem ser alterados pela Assembleia Geral, convocada expressamente para o efeito com a aprovação de 2/3 dos seus membros.

2. A AUPA extingue-se por deliberação de seus membros, em Assembleia Geral, convocada para o efeito excepcionalmente a extinção pode ocorrer por decisão judicial.

3. Deliberada a extinção, em Assembleia Geral, a AUPA nomeia uma comissão liquidatária integrada por quaisquer dos seus membros para proceder à liquidação

4. Extinta a AUPA se lhe existem bens que lhe tenha sido doado ou deixados com qualquer encargo ou que estejam afectados a um certo fim, tribunal, a requerimento do Ministério Público, dos liquidatários, de qualquer associado ou interessado, ou ainda de herdeiros do doador ou do autor da deixa testamentária, ou atribuir, com o mesmo cargo ou afectação, a outra pessoa colectiva.

5. Os bens não abrangidos pelo número anterior têm o destino que lhe for fixado pela comissão liquidatária ou por deliberação dos associados, sem prejuízo do disposto em leis especiais.

6. Na falta da fixação ou de lei especial, o tribunal, a requerimento do Ministério Público, da comissão liquidatária ou de qualquer associado ou interessado, determina que sejam atribuídos à outra pessoa colectiva ou ao Estado, assegurando, tanto quanto possível, a realização dos fins da pessoa extinta.

ARTIGO 36.º
(Símbolos)

1. A Associação é simbolizada pela sigla AUPA.

2. A insígnia da AUPA será encontrada por um concurso público.

ARTIGO 37.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que surgirem da aplicação e interpretação do presente estatuto, serão resolvidas pelo Conselho Directivo, com base no mesmo estatuto e respectivo regulamento interno, e com base na lei das associações em vigor e demais legislação aplicável.

ARTIGO 38.º
(Entrada em vigor)

O presente estatuto entra em vigor na data da sua aprovação pelo Ministério da Justiça da República de Angola.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 30 de Setembro de 2014. — A ajudante, *Lúzia Maria J. Quiteque Zamba*. (14-16848-L01)

**MANU — Concept, Construção Civil
e Engenharia, Limitada**

Certifico que, com início a folhas 57 do livro de notas para escrituras diversas n.º 1-E, do Cartório Notarial da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Cessão de quotas, e alteração parcial do pacto social na sociedade «MANU — Concept, Construção Civil e Engenharia, Limitada».

No dia 2 de Outubro de 2014, em Luanda, e no Cartório Notarial da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, perante mim, Daniel Wassuco Calambo, o seu respectivo notário compareceram como outorgantes:

Primeiro: — João Paulo dos Reis Pereira de Aguiar, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, no Município da Ingombota, Rua Rainha Ginga, Casa n.º 74, titular do Bilhete de Identidade n.º 00486688LA048, emitido pela Direcção Nacional de Identificação de Luanda, aos 10 de Setembro de 2010;

Segundo: — José Miguel Gonçalves Rodrigues Costa, casado, com Isabel Maria Pinto de Brito, sob regime de comunhão de bens adquiridos, natural de Bougado-S Martinho Santo Tirso, residente em Luanda no Município da Ingombota, Rua Rainha Ginga, Casa n.º 74, titular do Passaporte n.º M492204, pelos serviços de Estrangeiro e Fronteira-SEF, República Portuguesa aos 5 de Fevereiro de 2013;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos, a qualidade em que os outorgantes intervêm e a suficiência dos seus poderes para este acto, verifiquei-as em face dos documentos que no fim menciono e arquivou.

E, pelos outorgantes foi dito:

Que, os outorgantes são os presentes os actuais e únicos sócios da sociedade comercial «MANU — Concept, Construção Civil e Engenharia, Limitada», com sede em Luanda, rua Rainha Ginga, Município da Ingombota, Número de Identificação Fiscal 5401183585, constituída por escritura de 5 de Julho de 2013, lavrada com início a folha 3, do livro de notas n.º 1/C, da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, com capital social de Kz 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais, do valor nominal de Kz; 100.000,00, (cem mil kwanza), cada.

Que, conforme deliberação expressa na Acta Avulsa 1/14 datada de 28 de Julho de 2014, pela presente escritura, praticam os seguintes actos:

Cessão de quotas que o segundo outorgante José Miguel Gonçalves Rodrigues Costa, detentor de uma quota liberada do valor nominal de Kz: 100.000,00, (cem mil kwanzas) livre de penhor, encargos ou responsabilidade.

Que, pela presente escritura, cede pelo seu valor nominal ao sócio neófito José Manuel Caniço de Oliveira.

Disseram que o primeiro e o segundo, outorgantes:

Que, aceitam as referidas cessões nos seus exactos termos.

Que, estas cessões foram feitas com todos os correspondentes direitos e obrigações e pelo valor nominal da quota cedida, já integralmente pagas, pelo que, dão as cessões por efectuadas.

Que em consequência dos actos precedentes, alteram parcialmente o pacto social nos seus artigos quarto e sexto do pacto social, o qual passa a ter a seguinte nova redacção.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais, do

valor nominal de Kz: 100.000,00, pertencente ao sócio João Paulo Pereira dos Reis de Aguiar e outra de igual valor nominal de Kz: 100.000,00, pertencente ao sócio José Manuel Caniço de Oliveira.

ARTIGO 6.º

A gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios

João Paulo Pereira dos Reis de Aguiar e José Manuel Caniço de Oliveira, que, desde já, ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução, e com remuneração a fixar pela Assembleia Geral da sociedade obriga-se assinatura conjunta ou individual, para validar sociedade.

Finalmente disseram que, mantêm-se válidas as cláusulas não alteradas por esta escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Certidão Comercial da Sociedade;
- b) Acta Avulsa n.º 1/14;
- c) Diário da República.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

Cartório Notarial da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, em Luanda, aos 6 de Outubro de 2014. — A 2.ª ajudante, ilegível. (14-16849-L01)

SG21 — Sociedade Gestora de Investimentos Imobiliários, Limitada

Certifico que, com início a folhas 8, do livro de notas para escrituras diversas n.º 973-A, do 1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Divisão, cessão de quotas e alteração parcial do pacto social da sociedade «SG21 — Sociedade Gestora de Investimentos Imobiliários, Limitada».

No dia 20 de Junho de 2011, no 1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, perante mim, Amorbelo Vineval Paulino Sitôngua, respectivo Notário, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — João Alves Rodrigues, natural de Portugal, casado, titular do Passaporte n.º J777478, emitido pelo Governo Civil de Lisboa, em 26 de Dezembro de 2008, residente ocasionalmente em Luanda, no Hotel Presidente (Le President Meridien), em Luanda, que outorga neste acto, na qualidade de procurador, em nome e representação de sua filha Maria João Seabra e Melo Rodrigues, solteira, maior, natural de Luanda, portadora do Bilhete de Identidade n.º 003842695LA038, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 24 de Junho de 2008, residente no Bairro e Município da Maianga, Zona 5, n.º 16;

Segundo: — José Pacavira Narciso, natural do Sambizanga, Luanda, casado, residente em Luanda, no Município da Samba, Bairro Vila do Gamek, Rua 9, Casa n.º 925, Zona 3, titular do Bilhete de Identidade n.º 000124824LA034, emitido a 27 de Março de 2007, pela Direcção Nacional de Identificação, Contribuinte Fiscal n.º 102031904HO0346, que outorga neste acto como legal representante da sociedade «MARSANTO — Pesca e Sua Industrialização, Importação e Exportação, Limitada», sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede social em Luanda, na Vila do Gamek, Casa n.º 925, República de Angola, apresentada para matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o número 15 do livro-diário de 11 de Fevereiro de 1998, Contribuinte Fiscal n.º 5401123850;

Terceiro: — Stevelanio dos Santos António de Sousa, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Gizela Ariete Manuel Dias de Sousa, natural de Luanda, onde reside na Rua 9, Bairro Gamek, n.º 925, Município da Samba, titular do Bilhete de Identidade n.º 000990235LA036, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 18 de Outubro de 2010;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos referidos documentos de identificação que exibiram, a qualidade em que intervêm o primeiro e segundo outorgantes e a suficiência dos respectivos poderes por procuração e acta, respectivamente, que arquivo.

E pelo primeiro outorgante foi dito que:

A sua representada é sócia da sociedade comercial por quotas denominada «SG21 — Sociedade Gestora de Investimentos Imobiliários, Limitada» com sede provisória na Rua Comandante Dack Doy, n.º 110, Bairro Azul, Município da Ingombota, Luanda, constituída por escritura outorgada a 13 de Dezembro de 2007, no 4.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, lavrada a folhas 62.3 do respectivo livro de notas para escrituras diversas n.º 465-D, com o capital social de Kz: 370.000,00 (trezentos e setenta mil kwanzas) e matriculada da Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 318-08, representado por duas quotas uma com o valor nominal de Kz: 246.666,66 (duzentos e quarenta e seis mil seiscentos e sessenta e seis kwanzas e sessenta e seis centimos), correspondente a 66,66 % (sessenta e seis vírgula sessenta e seis por cento), titulada pela sua representada, Maria João Seabra e Melo Rodrigues, outra com o valor de Kz: 123.333,33 (cento e vinte e três mil trezentos e trinta e três kwanzas e trinta e três centimos), correspondente a 33,33 % (trinta e três vírgula trinta e três por cento), titulada pela representada do segundo outorgante, a sociedade «MARSANTO — Pesca e Sua Industrialização, Importação e Exportação, Limitada».

Que, pela presente escritura, com conhecimento e autorização da sociedade é de todos os sócios, divide a quota da sua representada no valor nominal de Kz: 246.666,66 (duzentos e quarenta e seis mil seiscentos e sessenta e seis

kwanzas e sessenta e seis cêntimos) em três (3) quotas uma (1) com o valor nominal de Kz: 197321,00 (cento e noventa e sete mil trezentos e vinte e um kwanzas), correspondente a 53,33% (cinquenta e três vírgula trinta e três por cento) do capital social, uma no valor nominal de Kz: 30.845,67 (trinta mil oitocentos e quarenta e cinco kwanzas e sessenta e sete cêntimos), correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), e outra com o valor nominal de Kz: 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos kwanzas), correspondente a 5% (cinco por cento) do capital social.

Que, com autorização da sociedade e de todos os sócios, cede a quota da sua representada com o valor nominal de Kz: 30.845,67 (trinta mil oitocentos e quarenta e cinco kwanzas e sessenta e sete cêntimos), correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento) do capital social à representada do segundo outorgante, pelo respectivo valor nominal, que já recebeu, dando desse pagamento competente quitação.

Que, com autorização da sociedade e de todos os sócios, cede a quota da sua representada com o valor nominal de Kz: 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos kwanzas), correspondente a 5% (cinco por cento) do capital social ao terceiro outorgante, pelo respectivo valor nominal, que já recebeu, dando desse pagamento competente quitação, sendo desse modo admitido como sócio o terceiro outorgante.

Pelo segundo e terceiro outorgantes foi dito:

Que, o segundo em nome da sua representada e o terceiro em nome próprio aceitam as cessões nos termos exarados e que a representada do segundo outorgante unifica as duas quotas, respectivas, uma no valor nominal de Kz: 123.333,33 (cento e vinte e três mil trezentos e trinta e três kwanzas e trinta e três cêntimos), correspondente a 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) e outra no valor nominal de Kz: 30.845,67 (trinta mil oitocentos e quarenta e cinco kwanzas e sessenta e sete cêntimos), correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), em uma única quota com o valor nominal de Kz: 154.179,00 (cento e cinquenta e quatro mil cento e setenta e nove kwanzas), correspondente a 41,67% (quarenta e um vírgula sessenta e sete por cento) do capital social.

Disseram todos os outorgantes:

Que, em consequência do precedente, por esta escritura, alteram o artigo 4.º do pacto social passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 4.º
(Capital social)

O capital social da sociedade, integralmente realizado em dinheiro, é de Kz: 370.000,00 (trezentos e setenta mil kwanzas), equivalente a USD 5.000,00 (cinco mil dólares dos Estados Unidos), representado pelas seguintes quotas.

a) Uma com o valor nominal de Kz: 197.321,00 (cento e noventa e sete mil trezentos e vinte e um kwanzas), correspondente a 53,33% (cinquenta

e três vírgula trinta e três por cento) do capital social, pertencente à sócia Maria João Seabra e Melo Rodrigues;

b) Uma com o valor nominal de Kz: 154.179,00 (cento e cinquenta e quatro mil cento e setenta e nove kwanzas), correspondente a 41,67% (quarenta e um vírgula sessenta e sete por cento) do capital social, pertencente ao sócio «MAR-SANTO — Pesca e Sua Industrialização, Importação e Exportação, Limitada»; e

c) Uma com o valor nominal de Kz: 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos kwanzas), correspondente a 5% (cinco por cento) do capital social, pertencente ao sócio Stevelanio dos Santos António de Sousa.

Assim o disseram e outorgaram feita por minuta.

Instruem o acto:

- a) Uma certidão emitida pela Conservatória do Registo Comercial de Luanda;
- b) Uma procuração; e
- c) Acta da Assembleia Geral da sociedade «MAR-SANTO — Pesca e Sua Industrialização, Importação e Exportação, Limitada».

Aos outorgantes e na presença simultânea de todos, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do respectivo conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias, a contar da presente data.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 20 de Junho de 2011. — A Ajudante, *Luzia Maria J. Q. Zamba*.
(14-16852-L01)

Pulp, Limitada

Certifico que, por escritura de 9 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 95 do livro de notas para escrituras diversas n.º 12-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notária, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, e Eduardo Sapalo, Notário-Adjunto, foi constituída entre:

Primeiro: — Manuel Ernesto Tomé, casado com Maria Venâncio Tomé, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Kwanza, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Capolo I, Casa n.º 228;

Segundo: — Leonel de Jesus Pereira Baptista Pires, casado com Luzia Dias dos Santos Pires, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Sambizanga, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro São Paulo, Rua de Benguela, n.º 338;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 9 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE PULP, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Pulp, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Marçal, Rua da Brigada, n.º 130, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, venda de material didáctico e informático, comercialização de utensílios de cozinha, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Leonel de Jesus Pereira Baptista Pires e Manuel Ernesto Tomé, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, sendo necessárias as suas assinaturas, para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios é nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-16888-L15)

Criative Press, Limitada

Certifico que, por escritura de 8 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 91 do livro de notas para escrituras diversas n.º 12-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito e Eduardo Sapalo, Notário-Adjunto do referido Cartório, foi constituída entre:

Primeiro: — Egdula Correia, solteira, maior, natural do Huambo, província com o mesmo nome, residente habitualmente em Luanda, no Município de Belas, Bairro Talatona, Condomínio Talatona Plaza 4-BJ;

Segundo: — Germano Henrique Ramiro Baptista, solteiro, maior, natural do Huambo, província com o mesmo nome, reside habitualmente em Luanda, Município de Belas, Bairro Talatona, Condomínio Terraços do Atlântico, Apartamento E2E;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 10 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE CRIATIVE PRESS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Criative Press, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Talatona, no Condomínio Talatona Plaza 4-BJ, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto a prestação de serviços, acessória de imprensa, organização de eventos, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Egdula Correia e Germano Henrique Ramiro Baptista, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem a ambos os sócios, que ficam desde já

nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando as assinaturas dos dois gerentes, para obrigar validamente à sociedade.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar à sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que ele possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-16891-L15)

Sociedade Easygo, Limitada

Certifico que, por escritura de 13 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 11 do livro de notas para escrituras diversas n.º 13-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, e Eduardo Sapalo, Notário-Adjunto, foi constituída entre:

Primeiro: — Nuno Filipe Folgado Valente, solteiro, maior, natural de Barreiro, Portugal, residente habitualmente em Luanda, Município de Belas, Bairro Urbanização Nova Vida, Rua n.º 15, Casa n.º 26;

Segundo: — Ricardo Jorge Castelbranco e Silva, casado com Yara Jandira Ribeiro Quissua e Silva, sob regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Belas, Bairro Talatona, Condomínio Business Park, 3.º Andar A-Z;

Terceiro: — António do Nascimento da Rosa Ferreira de Ceita, solteiro, maior, natural de Malanje, Província com o mesmo nome, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Saturnino Oliveira n.º 14915;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 11 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

PACTO SOCIAL
SOCIÉDADE EASYGO, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Sociedade Easygo, Limitada», com sede social em Luanda, Município de Belas, no Bairro Projecto Nova Vida, Rua 15, n.º 26.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sociedade durará por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente da escritura pública.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

1 A sociedade tem por objecto social recuperação e gestão de crédito mal parado, consultoria Jurídica financeira, gestão imobiliária, desenvolvimento de *softwares*, comércio de *software* e de *hardware*, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, indústria de aproveitamento e transformadora, recolha e tratamento de resíduos sólidos, prestação de serviços em geral, gestão imobiliária, consultoria, agricultura e agro-pecuária, captura, transformação e comercialização de pescado, tecnologias de informação, actividades de prestação de serviços no ramo petrolífero,

mineração e exploração de minerais preciosos e não preciosos, hotelaria e turismo, transportes, segurança, actividade bancária, promotora de financiamentos bancários, comércio geral por grosso e a retalho, importação e exportação geral de bens e serviços, recuperação, compra e venda de activos, gestão de dados de informações comerciais, *rent-a-car*, gestão de *marketing* e publicidade, energias renováveis podendo dedicar-se a qualquer outra actividade permitida por lei mediante deliberação dos sócios desde que seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital social)

1. O capital social da sociedade é de Kz: 105.000,00 (cento e cinco mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas iguais no valor nominal de 35.000,00 (trinta e cinco mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Nuno Filipe Folgado Valente, Ricardo Jorge Castelbranco e Silva e António do Nascimento da Rosa Ferreira de Ceita, respectivamente.

2. Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, nos termos e condições que estabelecerem.

ARTIGO 5.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios Nuno Filipe Folgado Valente, Ricardo Jorge Castelbranco e Silva e António do Nascimento da Rosa Ferreira de Ceita, que dispensados de caução ficam desde já nomeados gerentes.

2. A sociedade obriga sempre as assinaturas dos gerentes nomeados ou dos seus procuradores.

3. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como, letras de favor, fianças, abonação ou documentos semelhantes.

4. A remuneração dos gerentes é independente da distribuição dos resultados e será acordada pelos sócios.

ARTIGO 6.º
(Cessão de quotas)

A cessão total ou parcial de quotas entre os sócios é livre. Porém, quando feita a estranhos fica dependente do consentimento prévio da sociedade.

ARTIGO 7.º
(Dissolução)

1. A sociedade dissolve-se por acordo dos sócios e nos demais casos legais.

2. Dissolvida a sociedade, todos serão liquidatários e à liquidação e partilha, procedendo como então acordarem.

3. Na falta de acordo e se algum dos sócios o pretender, será o activo social licitado em globo, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 8.º
(Morte ou interdição dos sócios)

Pela morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade continuará com os sobreviventes ou capazes e com os herdeiros ou representantes do sócio falecido, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota estiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Assembleias Gerais)

1. As Assembleias Gerais serão convocadas, quando a lei não prescreva outras formalidades, por carta dirigida aos sócios, com 30 (trinta) dias de antecedência. Se qualquer dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação será feita com a dilatação suficiente para que possa comparecer.

2. Caso alguém não possa comparecer, este poderá fazer-se representar por pessoa estranha à sociedade, devendo comunicar por escrito à Assembleia Geral da sua decisão.

ARTIGO 10.º
(Lucros)

Os lucros líquidos apurados, deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens, quando devidas, serão repartidos pelos sócios na proporção das suas quotas, assim como as perdas, se as houver.

ARTIGO 11.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado como Foro competente o da Comarca de Luanda, com renúncia expressa a qualquer outro.

ARTIGO 12.º
(Ano social)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados a todos os dias 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a todos os dias 31 de Março imediato.

ARTIGO 13.º
(Omissões)

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(14-16915-L03)

Antónia Augusto Sebastião (SU), Limitada

Leandra Augusto Sumbo de Almeida Gomes, Licenciada em Direito, Conservadora de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Anifil.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 5 do livro-diário de 14 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, Antónia Augusto Sebastião, solteira, maior, residente em Luanda, Distrito Urbano da Samba, Bairro Nelito Soares, Rua Fernão de Sousa n.º 49, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada, «Antónia Augusto Sebastião (SU), Limitada» registada sob o n.º 546/14, que se vai reger nos termos constantes dos artigos seguinte.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Anifil, em Luanda, 14 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
ANTÓNIA AUGUSTO SEBASTIÃO (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Antónia Augusto Sebastião (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Viana, Bairro Zango III, Rua 14, n.º 174, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, centro infantil, o comércio geral, prestação de serviços, hotelaria e turismo e similares, indústria, agro-pecuária, pesca, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, padaria, geladaria, pastelaria, boutique, representações, impressões, salão de cabeleireiro, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, realizações de actividades culturais

e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, cyber-café, electricidade, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que a sócia acorde e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, representado por 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) pertencente à sócia-única Antónia Augusto Sebastião.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída da sócia cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem à gerente-única Antónia Augusto Sebastião, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. A sócia-única poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões da sócia-única de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ela assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento da sócia-única, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo esta nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12 de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, 1/04 de 13 de Fevereiro.
(14-16916-L03)

CRISMARTA — Comércio Geral e Prestação de Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 13 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 13 do livro de notas para escrituras diversas n.º 13-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

- *Primeiro:* — Maria Inês Chivinga Lopes, casada com Wilson David de Oliveira Lopes, sob regime de comunhão de adquiridos, natural de Huambo, Província de Huambo, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Camama;

Segundo: — Marta Josefa Chivinga, solteira, natural de Caluquembe, Província de Huila, residente habitualmente em Luanda, Município de Cacuaco, Bairro Cacuaco, Rua 16, n.º 23;

Terceiro: — Teresa Cristina Chivinga, solteira, natural de Caluquembe, Província de Huila residente habitualmente em Luanda, Maianga, Bairro Militar, Avenida Comandante Gika, Casa n.º 56;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 14 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTOS DA SOCIEDADE
CRISMARTA — COMÉRCIO GERAL E PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS, LIMITADA**

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «CRISMARTA — Comércio Geral e Prestação de Serviços, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro do Dangereux, Rua do Parte Braço Loja, n.º 39, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social creche, colégio, prestação de serviços, educação e cultura, escola de condução, ensino, comércio geral a grosso e a retalho, hotelaria e

turismo e similares, indústria, agro-pecuária, pesca, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, padaria, geladaria, pastelaria, boutique, representações, impressões, salão de cabeleireiro, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, cyber-café, electricidade, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 105.000,00 (cento e cinco mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas iguais no valor nominal de Kz: 35.000,00 (trinta e cinco mil kwanzas) cada uma, pertencentes às sócias Maria Inês Chivinga Lopes, Teresa Cristina Chivinga e Marta Josefa Chivinga, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido às sócias se a sociedade dela não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dela, activa e passivamente, incumbem a todas as sócias, que ficam desde já nomeadas gerentes, bastando a assinatura de 2 (duas) gerentes, para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado às gerentes obrigarem a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas às sócias com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer das sócias estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididas pelas sócias na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer das sócias, continuando a sua existência com a sobrevivente e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estas nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias e nos demais casos legais, todas as sócias serão liquidatárias e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se alguma delas o pretender será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado à sócia que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócia, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre as sócias, seus herdeiros ou representantes, quer entre elas e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-16917-L03)

Imocontinente, S. A.

Certifico que, por escritura de 14 lavrada, com início a folhas 17 do livro de notas para escrituras diversas n.º 13-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, cujo texto integral fica depositado nesta Conservatória nos termos dos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 169.º da Lei n.º 1/97, foi constituída uma sociedade anónima denominada, «Imocontinente, S. A.», com sede em Luanda, no Município de Belas, Bairro Talatona, no Condomínio Alpha, Edifício 1, Piso 1, que tem por objecto e capital social o estipulado nos artigos 2.º e 3.º do seu estatuto, que esta sociedade se vai reger pelo docu-

mento complementar elaborado nos termos do artigo 8.º do Código do Notariado, que fica a fazer parte integrante desta escritura e cujo conteúdo é perfeitamente conhecido de todos os outorgantes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 14 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE IMOCONTINENTE, S. A.

CAPÍTULO I

Forma, Denominação, Sede, Objecto e Duração

ARTIGO 1.º

(Forma e denominação)

A sociedade adopta o tipo de sociedade anónima e a denominação social «Imocontinente, S. A.», doravante abreviadamente designada por «Sociedade».

ARTIGO 2.º

(Sede)

1. A sede da Sociedade é em Luanda, Município de Belas Bairro Talatona, no Condomínio Alpha, Edifício 1, Piso 1, Talatona.

2. A Sociedade pode mudar a sua sede social para outro local dentro do território nacional e abrir ou encerrar filiais, sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação, em Angola ou no estrangeiro, mediante deliberação do Conselho de Administração.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

1. A Sociedade tem por objecto a construção civil e gestão de património imobiliário.

2. A Sociedade pode adquirir ou subscrever participações sociais em sociedades com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por lei especial, bem como participar em agrupamentos de empresas.

ARTIGO 4.º

(Duração)

A Sociedade durará por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital Social, Acções e Obrigações

ARTIGO 5.º

(Capital social)

O capital social da Sociedade é de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas); equivalente a USD 20.000,00 (vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), integralmente realizado, dividido e representado por 4.000 (quatro mil) acções, com o valor nominal de Kz: 500 (quinhentos kwanzas), equivalente a USD 5 (cinco dólares dos Estados Unidos da América) cada.

ARTIGO 6.º

(Representação do capital social)

1. O capital social da Sociedade é representado por acções ao portador convertíveis em acções nominativas nos termos da lei e deste contrato de sociedade, devidamente registadas no livro de registo de acções da Sociedade.

2. As acções poderão ser representadas por títulos de 1 (uma), 5 (cinco), 10 (dez) ou mais acções em número múltiplo de 10 (dez), substituíveis ou agrupáveis a todo o tempo, à escolha e a expensas do seu titular.

3. Os títulos de acções serão assinados por um vogal do Conselho de Administração.

ARTIGO 7.º

(Prestações acessórias)

1. A Assembleia Geral poderá exigir dos accionistas prestações acessórias gratuitas, incluindo prestações pecuniárias, até ao montante em kwanzas equivalente a USD 50.000.000 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) por forma a satisfazer as necessidades financeiras da Sociedade.

2. As prestações acessórias pecuniárias serão devididas pelos accionistas nos termos e na proporção deliberados pela Assembleia Geral.

ARTIGO 8.º

(Aumento do capital social)

1. Nos aumentos de capital social, por entradas em dinheiro, os accionistas terão direito de preferência na subscrição das novas acções, excepto se este direito for limitado ou suprimido pela deliberação que o aprove.

2. Os accionistas serão notificados pelo Conselho de Administração, por carta registada, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da deliberação de aumento de capital social, por entradas em dinheiro, para exercerem o seu direito de preferência na subscrição de novas acções, dispondo de igual prazo de 30 (trinta) dias para o efeito.

3. O accionista que não exercer o direito de preferência nos termos do disposto no número anterior, perde a possibilidade de subscrição de novas acções resultantes do aumento, cabendo aos demais accionistas o direito de subscrever a diferença, se, aquando do exercício do seu direito de preferência, houverem manifestado interesse em fazê-lo.

4. O Conselho de Administração pode aumentar o capital social da Sociedade até ao limite máximo de kwanzas equivalente a USD 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos).

ARTIGO 9.º

(Transmissão de acções)

1. A transmissão de acções, de qualquer tipo e por qualquer forma, pode ser feita livremente entre accionistas.

2. A transmissão, onerosa ou gratuita, de acções nominativas a terceiros, depende do consentimento prévio da Sociedade e da renúncia ao exercício do direito de preferência e ao direito de aquisição dos restantes accionistas, consoante se trate de transmissão onerosa ou gratuita, a exer-

cer nos prazos e com as formalidades previstas na Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro («Lei das Sociedades Comerciais»).

3. O accionista que pretenda transmitir as suas acções a terceiros («Transmitente»), deverá notificar, por meio de carta, a sua intenção ao Presidente do Conselho de Administração, a qual deverá conter:

- a) O pedido de consentimento para a transmissão das acções, nominativas dirigido à Assembleia Geral, o qual produzirá os seus efeitos a partir do termo do prazo para os accionistas exercerem o seu direito de preferência referido no artigo 9.º/4; e
- b) A proposta de transmissão das acções, da qual deverá constar, obrigatoriamente e de forma discriminada:
 - i) a identificação completa do(s) interessado(s) na aquisição das acções («Transmissário(s)»);
 - ii) o número de acções a transmitir;
 - iii) o preço por acção, a forma e prazos para pagamento do preço (se a transmissão for onerosa) e
 - iv) as demais condições acordadas para a transmissão («Comunicação do Projecto de Transmissão»).

4. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de recepção da Comunicação do Projecto de Transmissão, o Presidente do Conselho de Administração deverá remeter cópia da mesma a todos os restantes accionistas, os quais poderão exercer os seus direitos de preferência ou o de aquisição, consoante o caso, por meio de notificação dirigida ao Transmitente, com conhecimento ao Presidente do Conselho de Administração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da recepção da cópia da Comunicação do Projecto de Transmissão.

5. Se vários accionistas exercerem o seu direito de preferência ou o seu direito de aquisição, consoante o caso, as acções objecto da Comunicação do Projecto de Transmissão serão rateadas entre eles na proporção da sua participação social na data da recepção da Comunicação do Projecto de Transmissão.

6. No prazo de 5 (cinco) dias após o termo do prazo estabelecido no artigo 9.º/4 para os accionistas exercerem os seus direitos de preferência ou de aquisição, o Presidente do Conselho de Administração notificará todos os accionistas da decisão de um ou vários accionistas exercerem o seu direito de preferência ou de aquisição sobre as acções a transmitir.

7. Caso nenhum accionista exerça o seu direito de preferência ou de aquisição no prazo e condições referidas nos números precedentes, ou caso o exercício dos mesmos não abranja a totalidade das acções pretendidas transmitir, o Transmitente poderá transmitir as acções ao(s) Transmissário(s) indicado(s) na Comunicação do Projecto de Transmissão, nas condições dela constantes.

8. Caso recuse o consentimento para a transmissão das acções nominativas, a Sociedade fica obrigada a, num prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data da recusa, fazê-las adquirir por terceiro ou, em alternativa, a proceder à sua amortização, nos termos e condições previstos na Comunicação de Transmissão.

9. Caso a transmissão das acções objecto da Comunicação do Projecto de Transmissão seja efectuada a uma afiliada do Transmitente, não é aplicável o disposto nos anteriores n.os 1 a 6, podendo a transmissão ser efectuada livremente. Neste caso, o Transmitente fica apenas obrigado a comunicar, por escrito, a realização de tal transmissão ao Presidente do Conselho de Administração, no prazo de 8 (oito) dias a contar da data da sua celebração. Para efeitos do presente contrato de sociedade, «Afiliada» significa uma sociedade ou qualquer outra entidade:

- a) Na qual qualquer dos accionistas: i) detenha, directa ou indirectamente, a maioria absoluta dos votos em assembleia geral de accionistas, ii) seja detentor de mais de 50% (cinquenta por cento) dos direitos que conferem o controlo da gestão dessa sociedade ou entidade ou iii) tenha os direitos de gestão e controlo dessa sociedade ou entidade;
- b) Que detenha, directa ou indirectamente, a maioria absoluta na Assembleia Geral de accionistas ou órgão equivalente de qualquer dos accionistas ou que tenha os direitos de gestão e controlo de qualquer delas; ou
- c) Na qual uma maioria absoluta de votos na respectiva Assembleia Geral de accionistas, ou os direitos que conferem o controlo de gestão dessa sociedade ou entidade, sejam detidos directa ou indirectamente por uma sociedade ou qualquer outra entidade que detenha, directa ou indirectamente, uma maioria absoluta de votos na assembleia geral de accionistas ou órgão equivalente de qualquer dos accionistas, ou que tenha os direitos de gestão ou controlo de qualquer delas.

10. Os limites à transmissão de acções estabelecidos neste artigo serão averbados nos títulos das acções nominativas.

ARTIGO 10.º

(Ónus e encargos sobre acções)

1. Os accionistas não podem constituir quaisquer ónus ou encargos sobre as suas acções sem o consentimento prévio da Sociedade.

2. Para obter o consentimento da Sociedade, o accionista que pretenda constituir quaisquer ónus ou encargos sobre as suas acções, notificará ao Presidente do Conselho de Administração sobre os termos de tais ónus ou encargos.

3. O Presidente do Conselho de Administração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação prevista no número

anterior, notificará ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral do conteúdo do pedido de oneração que lhe for notificado por um accionista para que convoque uma reunião da Assembleia Geral para deliberar sobre o assunto.

4. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral convocará a reunião mencionada no número anterior para data não posterior a 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data de recepção da notificação do Presidente do Conselho de Administração.

5. É dispensado o consentimento da Sociedade previsto nos números precedentes, caso o ónus ou encargo a constituir sobre as acções seja necessário para a obtenção de financiamento para a Sociedade, mas apenas se o accionista em questão reservar o exercício dos direitos de voto inerentes, durante o período da oneração.

ARTIGO 11.º (Emissão de obrigações)

1. Por deliberação da Assembleia Geral, a Sociedade poderá emitir, nos termos previstos na lei, obrigações ou qualquer outro tipo de título de dívida legalmente permitido, em diferentes séries e classes, incluindo obrigações convertíveis em acções e obrigações com direito de subscrição de acções.

2. Os accionistas terão direito de preferência, na proporção das acções que possuírem, relativamente à aquisição de quaisquer obrigações convertíveis em acções e de quaisquer obrigações com direito de subscrição de acções.

ARTIGO 12.º (Amortização de Acções)

1. A Sociedade poderá amortizar, total ou parcialmente, as acções de um accionista, sem necessidade do consentimento do seu titular, quando:

- a) O accionista transmitir ou onerar as suas acções, em violação do disposto nos artigos 9.º e 10.º; ou
- b) as acções forem apreendidas, arroladas, arrestadas, penhoradas ou objecto de qualquer outro processo judicial, incluindo de natureza cautelar, ou por qualquer outra forma retirada a disponibilidade das acções ao seu titular, na medida em que a amortização forçada neste caso se considere necessária à tutela do interesse social.

2. Nas hipóteses previstas na alínea a) do número anterior, a contrapartida da amortização das acções será igual ao menor dos seguintes valores: valor nominal ou valor contabilístico. Por sua vez, nas hipóteses previstas na alínea b) do número anterior, a contrapartida da amortização das acções será igual ao maior dos seguintes valores: valor contabilístico ou valor de mercado, conforme determinado por uma empresa de auditoria independente de reputação internacional, a qual será designada pelo Conselho Fiscal.

3. Compete à Assembleia Geral deliberar a amortização e fixar as condições necessárias para que a amortização seja executada.

CAPÍTULO III Órgãos Sociais

SECÇÃO I Disposições Gerais

ARTIGO 13.º (Órgãos sociais)

A Sociedade tem os seguintes órgãos sociais:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho de Administração que, quando composto por um único membro, será o Administrador Único; e
- c) Conselho Fiscal.

SECÇÃO II Assembleia Geral de Accionistas

ARTIGO 14.º (Composição e Convocatória)

1. A Assembleia Geral é constituída pelos accionistas, ou agrupamento de accionistas, com direito de voto, cujas acções se encontrem devidamente registadas no livro de registo de acções da Sociedade na data da realização de cada uma das suas reuniões.

2. A cada acção corresponde um voto, só sendo consideradas, para efeitos de voto, as acções já detidas pelo respectivo accionista à data referida no n.º 1 deste artigo.

3. A pedido do Conselho de Administração, a Assembleia Geral reúne-se anualmente, de forma ordinária, até 31 de Março de cada ano, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 396.º da Lei das Sociedades Comerciais. A Assembleia Geral reúne-se, extraordinariamente, sempre que necessário, por decisão do Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou a pedido do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou de um ou mais accionistas que detenham, pelo menos, 5% (cinco por cento) do capital social da Sociedade.

4. A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, é convocada por carta registada dirigida aos accionistas, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, indicando, pelo menos, os elementos previstos no artigo 397.º/4, da Lei das Sociedades Comerciais.

5. A Assembleia Geral é dirigida por uma Mesa composta por um presidente e um secretário, que podem ser accionistas ou não, e terá lugar na sede da Sociedade ou em qualquer outro lugar indicado no aviso convocatório da reunião, caso aquela não reúna condições para a sua realização. Os Presidente e Secretário da Mesa da Assembleia Geral serão designados para exercerem as suas funções por períodos renováveis de 3 (três) anos. Na falta ou impedimento do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, desempenhará a sua função o Presidente do Conselho Fiscal (ou o Fiscal Único) ou, na sua ausência, o accionista presente ou representado com maior número de acções ou, se todos tiverem igual número de acções, escolhido por sorteio efectuado no acto. O Secretário será escolhido por quem assumir a presidência.

6. Sem prejuízo do anteriormente disposto neste artigo, a Assembleia Geral poderá reunir-se sem necessidade de convocatória ou quaisquer outras formalidades prévias, desde que estejam presentes ou representados todos os accionistas e os mesmos acordem em reunir-se sem aquelas formalidades e sobre os assuntos a discutir.

7. Os accionistas podem também deliberar unanimemente por escrito, independentemente de ter tido ou não lugar uma reunião da Assembleia Geral, nos termos permitidos na Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 15.º
(Funcionamento e quórum)

1. Os accionistas que sejam pessoas colectivas serão representados por um titular do seu órgão de representação ou por quem indicarem através de carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em que se identifique o seu representante.

2. Os accionistas que sejam pessoas singulares poderão ser representados na Assembleia Geral por outro accionista, um administrador da Sociedade, o seu cônjuge, ascendente e descendente, ou outro mandatário bastante, mediante carta dirigida, nos mesmos termos, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

3. A Assembleia Geral apenas poderá deliberar validamente, em primeira convocação, se estiverem presentes ou representados accionistas detentores de acções representativas de dois terços do capital social da Sociedade.

ARTIGO 16.º
(Deliberações)

As deliberações da Assembleia Geral serão válidas e eficazmente tomadas por maioria de 2/3 (dois terços) do capital social da Sociedade, excepto nos casos em que a lei ou este contrato de sociedade dispuserem diversamente.

ARTIGO 17.º
(Competência)

A Assembleia Geral tem competência para deliberar sobre as matérias que lhe sejam exclusivamente atribuídas por lei ou pelo presente contrato de sociedade.

SECÇÃO III
Conselho de Administração

ARTIGO 18.º
(Natureza e composição do Conselho de Administração)

1. A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração, composto por um número máximo de 9 (nove) membros, sendo um o Presidente do Conselho de Administração, ou por um Administrador Único, designados neste contrato de sociedade ou eleitos pela Assembleia Geral para mandatos renováveis de 3 (três) anos.

2. O Presidente do Conselho de Administração não terá voto de qualidade e será designado em Assembleia Geral.

3. Os membros do Conselho de Administração podem ser remunerados, conforme seja deliberado pela Assembleia Geral, e estão dispensados de prestar caução.

ARTIGO 19.º
(Poderes do Conselho de Administração)

1. Ao Conselho de Administração compete administrar a Sociedade, praticando todos os actos de gestão que, por lei ou por este contrato de sociedade, não sejam da competência de outro órgão. Ao Conselho de Administração cabe, nomeadamente:

- a) Definir a estratégia e plano de actividades da Sociedade e submetê-los à aprovação da Assembleia Geral;
- b) Aprovar o orçamento anual;
- c) Adquirir, transmitir e/ou onerar, seja por que forma for, participações sociais em outras sociedades e/ou bens imóveis da Sociedade;
- d) Contrair empréstimos e prestar quaisquer garantias em nome da Sociedade, nomeadamente caução, hipoteca, penhor ou outras garantias reais ou pessoais, ónus e encargos;
- e) Aprovar os documentos previstos no artigo 396.º/1 da Lei das Sociedades Comerciais e submetê-los à apreciação do Conselho Fiscal e à aprovação da Assembleia Geral; e
- f) Nomear procuradores para a Sociedade.

2. O Conselho de Administração pode delegar a gestão corrente da Sociedade num administrador delegado («Administrador Delegado»). Por «gestão corrente» entende-se a prática de todos e quaisquer actos de administração, com excepção daqueles previstos nas alíneas do Artigo 19.71 deste contrato de sociedade.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Conselho de Administração poderá também conferir poderes de gestão corrente, nos termos do mandato que lhe venha a ser conferido, a um director geral («Director Geral»), que obrigará a Sociedade nos termos da alínea d) do artigo 22.º

ARTIGO 20.º
(Competências do Presidente do Conselho de Administração)

Além dos poderes que lhe são concedidos ao abrigo da lei e do presente contrato de sociedade, o Presidente do Conselho de Administração terá as seguintes responsabilidades:

- a) Convocar as reuniões do Conselho de Administração e definir a ordem de trabalhos;
- b) Presidir às reuniões, conduzir os trabalhos e assegurar a discussão ordeira e a votação dos pontos da ordem de trabalhos;
- c) Assegurar que toda a informação estatutariamente requerida seja prontamente fornecida a todos os membros do Conselho de Administração;
- d) Em geral, coordenar as actividades do Conselho de Administração e assegurar o respectivo funcionamento; e
- e) Assegurar que sejam lavradas actas das reuniões do Conselho de Administração e que as mesmas sejam transcritas no respectivo livro.

ARTIGO 21.º

(Reuniões e quórum do Conselho de Administração)

1. O Conselho de Administração reunirá-se-à, ordinariamente, com periodicidade trimestral e em data a fixar por aquele órgão, e extraordinariamente, sempre que for solicitado por qualquer dos Administradores ou pelo Conselho Fiscal.

2. O Presidente do Conselho de administração deverá convocar as reuniões por escrito, indicando a data, a hora e o local e a ordem de trabalhos. A convocatória deverá ser enviada com uma antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis.

3. A ordem de trabalhos incluirá, além dos assuntos decididos pelo Presidente do Conselho de Administração, quaisquer outros cuja inclusão tenha sido solicitada por algum administrador anteriormente à notificação da ordem de trabalhos.

4. O Conselho de Administração poderá reunir-se a qualquer momento, sem convocatória por escrito, desde que todos os administradores estejam presentes ou representados e acordem unanimemente na realização da reunião e na respectiva ordem de trabalhos.

5. O Conselho de Administração pode deliberar validamente quando a maioria dos seus membros estejam presentes ou representados. As deliberações do Conselho de Administração serão aprovadas por maioria.

6. Qualquer administrador que esteja impedido de comparecer a uma reunião do Conselho de Administração pode delegar os seus poderes noutro administrador, mediante carta de representação dirigida ao Presidente do Conselho de Administração.

7. Podem comparecer às reuniões pessoas qualificadas que o Presidente do Conselho de Administração ou este órgão decidam convidar, ou cuja presença seja solicitada por um administrador, mas tais pessoas apenas podem participar nos trabalhos na medida em que sejam convidadas a fazê-lo e sem direito de voto.

8. Será lavrada acta de cada reunião, incluindo a ordem de trabalhos e uma descrição sumária das discussões, as deliberações adoptadas, os resultados da votação e outros factos relevantes que mereçam ser registados. A acta deverá ser elaborada nos 10 (dez) dias seguintes ao da reunião e deverá ser aprovada na reunião subsequente, sem prejuízo da implementação imediata das deliberações tomadas. A acta será assinada pelos membros do Conselho de Administração que tenham estado presentes.

9. O Conselho poderá ainda tomar deliberações unânimes por escrito, assinadas por todos os administradores.

ARTIGO 22.º

(Forma de obrigar)

A Sociedade obriga-se perante terceiros pela assinatura:

- a) Do Administrador-Único;
- b) Do Presidente do Conselho de Administração;

- c) De 2 (dois) membros do Conselho de Administração ou, nas matérias delegadas no Administrador Delegado, pela assinatura daquele; ou
- d) De um procurador ou do Director Geral, no âmbito dos poderes que lhe sejam conferidos.

SECÇÃO IV

Fiscalização da Sociedade

ARTIGO 23.º

(Composição)

1. As actividades da Sociedade serão fiscalizadas por um Conselho Fiscal, composto por 3 (três) membros efectivos e 2 (dois) suplentes, nomeados pela Assembleia Geral por períodos de 3 (três) anos renováveis. O Presidente do Conselho Fiscal será eleito pelos seus pares.

2. Pelo menos 1 (um) dos membros efectivos e 1 (um) dos membros suplentes devem ter a qualidade de perito contabilista ou contabilista com inscrição em vigor no Ministério das Finanças ou ainda de sociedade de contabilistas ou de peritos contabilistas, não podendo ser accionistas da Sociedade.

3. A qualidade dos membros, os poderes do Conselho Fiscal e a forma como este desempenha as suas funções serão regulados pelas disposições legais relativas à fiscalização das sociedades anónimas.

4. Por deliberação da Assembleia Geral, o exercício da actividade de fiscalização da Sociedade poderá, ainda, ser confiada a um Fiscal-Único, o qual poderá ser uma sociedade de contabilistas ou de peritos contabilistas.

CAPÍTULO IV

Exercício Social e Lucros

ARTIGO 24.º

(Exercício anual)

O ano social da Sociedade coincide com o ano civil.

ARTIGO 25.º

(Distribuição de dividendos)

1. A Sociedade distribuirá dividendos, nos termos que venham a ser deliberados pela Assembleia Geral.

2. O Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento de dividendos antecipados, nos termos e nos limites definidos na lei.

CAPÍTULO V

Dissolução e Liquidação

ARTIGO 26.º

(Dissolução e liquidação da Sociedade)

1. A Sociedade dissolve-se por acordo entre os accionistas e nos demais casos previstos na lei, servindo de liquidatários os administradores em exercício à data em que ocorrer a dissolução, salvo se a Assembleia Geral deliberar de outra forma.

2. A Assembleia Geral que deliberar a dissolução da Sociedade aprovará o procedimento a seguir na liquidação.

CAPÍTULO VI
Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 27.º
(Lei aplicável)

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-16918-L03)

Massilva Business, Limitada

Certifico que, com início de folha 39 a 40 do livro de notas para escrituras diversas n.º 4-B, 2.ª Série, deste Cartório Notarial, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição da sociedade por quotas, «Massilva Business, Limitada».

No dia 29 de Julho de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Alfredo Hecama Estêvão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Mateus Joaquim da Silva, solteiro, maior, natural do Uíge, Província do Uíge, onde habitualmente reside, no Bairro Popular, n.º 1, Rua T, Casa n.º 10, Município do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 002219242UE033, emitido pelo Departamento de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 17 de Janeiro de 2014;

Segundo: — Cardoso Francisco Manuel João, solteiro, maior, natural do Uíge, Província do Uíge, onde habitualmente reside no Bairro Centro da Cidade, Rua do Comércio, Casa n.º 2-A, Município do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 003449477UE034, emitido pelo Departamento de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 27 de Outubro de 2008;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos respectivos bilhetes de identidade.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura, constituem entre si e o seu representado uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada por «Massilva Business, Limitada», tem a sede social no Bairro Centro da Cidade, Rua do Comércio, Prédio Alentejo n.º 7-A, 2.º andar, Município e Província do Uíge, com o capital social de Kz. 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz. 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencentes aos sócios Mateus Joaquim da Silva e Cardoso Francisco Manuel João, respectivamente;

Que a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e rege-se-á pelas cláusulas constantes no documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e

que os outorgantes declaram terem lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensado a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, aos 24 de Julho de 2014;
- c) Comprovativo do depósito da realização do capital social.

Fiz aos outorgantes em voz alta, e na presença de todos, a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinaturas de: Mateus Joaquim da Silva e Cardoso Francisco Manuel João.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, no Uíge, aos 29 de Julho de 2014. — O Notário-Adjunto, *Alfredo Hecama Estêvão*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
MASSILVA BUSINESS, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Massilva Business, Limitada», tem a sede social na Rua do Comércio, Prédio Alentejo, n.º 7-A, 2.º andar, Município e Província do Uíge, podendo ser transferida para outro local, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou estrangeiro.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado; contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir da data da celebração da escritura pública.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

O objecto social é o exercício de comércio geral a (grosso e retalho), prestação de serviços, hotelaria e turismo, assistência técnica, consultoria, máquinas, equipamentos e motores, contabilidade e auditoria e outras áreas afins, venda de mobiliários e imobiliários, análise de projectos de investimento, cedência de mão-de-obra em todas as áreas, construção civil e obras públicas, comercialização de materiais de construção, instalações eléctricas e comunicações, instalações de sistemas de segurança de incêndio, vídeo-vigilância, projectos arquitectónico e de fiscalização de obras, transportes (marítimos, públicos, privados e urbanos, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*,

venda e aluguer de viaturas e seus acessórios, mecânica auto, estação de serviços, escola de condução e ensino, agência de viagens, pesca, agro-pecuária, agricultura, indústria, informática e telecomunicações, publicidade e *marketing*, venda de combustíveis, lubrificantes e outros derivados do petróleo, venda de material gastável e hospitalar, produtos químicos, equipamento de escritório e escolar, centro médico e farmácia, clínica geral, salão de beleza, boutique, perfumaria, estética, pastelaria, geladaria, panificação, venda de gás butano, representações comerciais, gestão de participações, *fitness club* e educação física, desporto e recreação, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes e jardinagem, exploração mineira e florestal, segurança de bens patrimoniais, creche, saneamento básico, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio industrial em que os sócios acordarem ou seja permitido por lei.

§Único: — Mediante prévia autorização dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamento complementares de empresas, bem como em sociedade com mesmos objectos sociais ou diferentes, ou exclusivamente como sociedade de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º (Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencentes aos sócios Mateus Joaquim da Silva e Cardoso Francisco Manuel João, respectivamente.

A sociedade poderá também, mediante deliberação da Assembleia Geral de sócios participar no capital de outras sociedades e promover a constituição de novas empresas.

ARTIGO 5.º (Aumento de capital social)

O capital social poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócio ou na forma como acordarem.

ARTIGO 6.º (cessação)

A cessação de quotas, no todo ou em parte, entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos fica dependente de consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 7.º (Prestação suplementares)

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante juros e nas condições que estipularem.

ARTIGO 8.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, bem como a sua representação, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dela, activa e passivamente, será exercida por ambos os sócios, que, dispensados de caução, ficam desde já nomeados gerentes, bastando as suas assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

ARTIGO 9.º (Fiscalização e Assembleias Gerais)

A sociedade pode deliberar a eleição de um Fiscal-Único ou de um outro suplente, por período de dois anos.

As Assembleias Gerais serão convocadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência.

Se qualquer um dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para ele poder comparecer ou fazer-se representar.

O sócio-gerente poderá delegar a um dos sócios ou pessoa estranha à sociedade, mediante procuração, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

ARTIGO 10.º (Lucros líquidos)

Os lucros líquidos apurado, depois de deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva e quaisquer outras percentagens para os fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral serão devolvidos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 11.º (Mortes ou interdição de sócios)

A Assembleia não se dissolverá por morte ou interdição de quaisquer dos sócios, continuando com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos os represente, enquanto a quota se permanecer em indivisa.

ARTIGO 12.º (Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos serão liquidatários, à liquidação e partilha procederão como então acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com a obrigação pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 13.º (Ano social)

Os anos sociais são os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março do ano seguinte.

ARTIGO 14.º (Diferendos)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes; quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca do Uíge, com a expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 15.º
(Casos omissos)

No omissos regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislação aplicável.

(14-16933-L12)

Ismamy Comercial, Limitada

Certifico que, com início a folha 37 a 38 do livro de notas para escrituras diversas n.º 4B-2.ª Série, deste Cartório Notarial, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição da sociedade por quotas, «Ismamy Comercial, Limitada».

No dia 29 de Julho de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Alfredo Hecama Estêvão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Ismael Fernando Gonçalves, solteiro, maior, natural da Samba, Província de Luanda, residente habitualmente no Bairro Quixicongo, rua sem número, Casa n.º 27, Município e Província do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 000673747LA039, emitido pelo Departamento de Identificação Civil e Criminal de Luanda, aos 27 de Setembro de 2012;

Segundo: — Duarte Inocêncio Vieira Sebastião, solteiro, maior, natural do Songo, Província do Uíge, onde habitualmente reside no Bairro Papelão, rua sem número, Casa n.º 10007, Município do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 004757171UE041, emitido pelo Departamento de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 3 de Maio de 20013;

Terceiro: — Guilherme Fernando Gonçalves, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, residente habitualmente no Uíge, Bairro Quixicongo, rua sem número, casa sem número, Zona 1, Município e Província do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 001156727LA034, emitido pelo Departamento de Identificação Civil e Criminal de Luanda, aos 20 de Agosto de 2013;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos respectivos bilhetes de identidade.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada por, «Ismamy Comercial, Limitada», tem a sede social no Bairro Quixicongo, rua sem número, casa sem número, Município e Província do Uíge, com o capital social de Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencentes aos sócios; Ismael Fernando Gonçalves, Duarte Inocêncio Vieira Sebastião e Guilherme Fernando Gonçalves, respectivamente;

Que a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelas cláusulas constantes no documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram terem lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensado a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, aos 17 de Julho de 2014;
- c) Comprovativo do depósito da realização do capital social.

Fiz aos outorgantes em voz alta, e na presença de todos, a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinaturas de: Ismael Fernando Gonçalves, Duarte Inocêncio Vieira Sebastião e Guilherme Fernando Gonçalves.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, no Uíge, aos 29 de Julho de 2014. — O Notário-Adjunto, *Alfredo Hecama Estêvão*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
ISMAMY COMERCIAL, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Ismamy Comercial, Limitada», tem a sede social no Bairro Quixicongo, Município e Província do Uíge, podendo ser transferida para outro local, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou estrangeiro.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir da data da celebração da escritura pública.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

O objecto social é o exercício de comércio geral a grosso e retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo, assistência técnica, consultoria, máquinas, equipamentos e motores, contabilidade e auditoria e outras áreas afins, venda de mobiliários e imobiliários, análise de projectos de investimento,

cedência de mão-de-obra em todas as áreas, construção civil e obras públicas, comercialização de matérias de construção, instalações eléctricas e comunicações, instalações de sistemas de segurança de incêndio, video-vigilância, projectos arquitectónicos e de fiscalização de obras, transportes marítimos, públicos, privados e urbanos, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, venda e aluguer de viaturas e seus acessórios, mecânica auto, estação de serviços, escola de condução e ensino, agência de viagens, pesca, agro-pecuária, agricultura, indústria, informática e telecomunicações, publicidade e *marketing*, venda de combustíveis, lubrificantes e outros derivados do petróleo, Venda de material gastável, e hospitalar, produtos químicos, equipamento de escritório e escolar, centro médico e farmácia, clínica geral, salão de beleza, boutique, perfumaria, estética, pastelaria, geladaria, panificação, venda de gás butano, representações comerciais, gestão de participações, *fitness club* e educação física, desporto e recreação, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verde e jardinagem, exploração mineira e florestal, segurança de bens patrimoniais, creche, saneamento básico, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio industrial em que os sócios acordarem ou seja permitido por lei.

§ Único: — Mediante prévia autorização dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamento complementares de empresas, bem como em sociedade como mesmos objectos sociais ou diferentes, ou exclusivamente como sociedade de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º
(Capital social)

O capital social é de Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas iguais, no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente aos sócios Ismael Fernando Gonçalves, Duarte Inocêncio Vieira Sebastião e Guilherme Fernando Gonçalves respectivamente.

A sociedade poderá também, mediante deliberação da Assembleia Geral de Sócios, participar no capital de outras sociedades e promover a constituição de novas empresas.

ARTIGO 5.º
(Aumento de capital social)

O capital social poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócio ou na forma como acordarem.

ARTIGO 6.º
(Cessação)

A cessação de quotas, no todo ou em parte, entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos fica dependente de consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 7.º
(Prestação suplementares)

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante juros e nas condições que estipularem.

ARTIGO 8.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, bem como a sua representação, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dela, activa e passivamente, serão exercidas pelos sócios, Duarte Inocêncio Vieira Sebastião e Guilherme Fernando Gonçalves, que dispensados de caução, ficam desde já nomeados gerentes, bastando a assinatura de um deles para obrigar validamente a sociedade.

ARTIGO 9.º
(Fiscalização e Assembleias Gerais)

A sociedade pode deliberar a eleição de um Fiscal-Único ou de um outro suplente, por período de dois anos.

As Assembleias Gerais serão convocadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência.

Se qualquer um dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para ele poder comparecer ou fazer-se representar.

O sócio-gerente poderá delegar a um dos sócios ou pessoa estranha à sociedade mediante procuração, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

ARTIGO 10.º
(Lucros líquidos)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva e quaisquer outras percentagens para os fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral serão devolvidos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 11.º
(Mortes ou interdição de sócios)

A Assembleia não se dissolverá por morte ou interdição de quaisquer dos sócios, continuando com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos os represente, enquanto a quota se permanecer em indivisa.

ARTIGO 12.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos serão liquidatários, à liquidação e partilha procederão como então acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 13.º
(Ano social)

Os anos sociais são os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março do ano seguinte.

ARTIGO 14.º
(Diferendos)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca do Uíge, com a expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 15.º
(Casos omissos)

No omissos regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislação aplicável.

(14-16934-L12)

Organizações Ajussange & Filhos, Limitada

Certifico que, com início de folha 41 a 42 do livro de notas para escrituras diversas n.º 4B-2.ª Série, deste Cartório Notarial, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição da sociedade por quotas, «Organizações Ajussange & Filhos, Limitada».

No dia 29 de Julho de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Alfredo Hecama Estêvão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Agostinho Inok de Oliveira Cassange, solteiro, maior, natural de Malanje, Província de Malanje, onde habitualmente reside, no Bairro Centro da Cidade, Rua Afonso de Albuquerque, Casa n.º 2, Município de Malanje, titular do Bilhete de Identidade n.º 004663746ME041, emitido pelo Departamento de Identificação Civil e Criminal de Malanje, aos 3 de Fevereiro de 2010;

Segundo: — Juliana Manuela Tomás António, solteira, maior, natural do Uíge, Província do Uíge, residente habitualmente, no Uíge, Bairro Centro da Cidade, Rua do Comércio, Casa B, Município do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 003002286UE037, emitido pelo Departamento de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 22 de Abril de 2013;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos respectivos bilhetes de identidade.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada por «Organizações Ajussange & Filhos, Limitada», tem a sede social no Bairro Centro da Cidade, Rua Carmo Ferreira, Município e Província do Uíge, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencentes aos sócios; Agostinho Inok de Oliveira Cassange e Juliana Manuela Tomás António, respectivamente;

Que a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelas cláusulas

constantes no documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram terem lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensado a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- Certificado de Admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, aos 25 de Julho de 2014;
- Comprovativo do depósito da realização do capital social.

Fiz aos outorgantes em voz alta, e na presença de todos, a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinaturas de: Agostinho Inok de Oliveira Cassange e Juliana Manuela Tomás António.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, no Uíge, aos 29 de Julho de 2014. — O Notário-Adjunto, *Alfredo Hecama Estêvão*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
ORGANIZAÇÕES AJUSSANGE & FILHOS, LIMITADAARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Organizações Ajussange & Filhos, Limitada», tem a sede social na Rua Carmo Ferreira, Centro da Cidade, Município e Província do Uíge, podendo ser transferida para outro local, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou estrangeiro.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir da data da celebração da escritura pública.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

O objecto social é o exercício de comércio geral a grosso e retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo, assistência técnica, consultoria, máquinas, equipamentos e motores, contabilidade e auditoria e outras áreas afins, venda de mobiliários e imobiliários, análise de projectos de investimento, cedência de mão-de-obra em todas as áreas, construção civil e obras públicas, comercialização de materiais de construção, instalações eléctricas e comunicações, instalações de

sistemas de segurança de incêndio, video-vigilância, projectos arquitectónicos e de fiscalização de obras, transportes marítimos, públicos, privados e urbanos, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, venda e aluguer de viaturas e seus acessórios, mecânica auto, estação de serviços, escola de condução e ensino, agência de viagens, pesca, agro-pecuária, agricultura, indústria, informática e telecomunicações, publicidade e *marketing*, venda de combustíveis, lubrificantes e outros derivados do petróleo, venda de material gastável, e hospitalar, produtos químicos, equipamento de escritório e escolar, centro médico e farmácia, clínica geral, salão de beleza, boutique, perfumaria, estética pastelaria, geladaria, panificação, venda de gás butano, representações comerciais, gestão de participações, *fitness club* e educação física, desporto e recreação, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verde e jardinagem, exploração mineira e florestal, segurança de bens patrimoniais, creche, saneamento básico, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio industrial em que os sócios acordarem ou seja permitido por lei.

§ Único: — Mediante prévia autorização dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamento complementares de empresas, bem como em sociedade com os mesmos objectos sociais ou diferentes, ou exclusivamente como sociedade de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º
(Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencentes aos sócios Agostinho Inok de Oliveira Cassange e Juliana Manuela Tomás António, respectivamente.

A sociedade poderá também, mediante deliberação da Assembleia Geral de Sócios participar no capital de outras sociedades e promover a constituição de novas empresas.

ARTIGO 5.º
(Aumento de capital social)

O capital social poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócio ou na forma como acordarem.

ARTIGO 6.º
(cessação)

A cessação de quotas, no todo ou em parte, entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos fica dependente de consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 7.º
(Prestação suplementares)

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante juros e nas condições que estipularem.

ARTIGO 8.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, bem como a sua representação, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dela, activa e passivamente, será exercida pelo sócio, Agostinho Inok de Oliveira Cassange, que, dispensado de caução, fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

ARTIGO 9.º
(Fiscalização e Assembleias Gerais)

A sociedade pode deliberar a eleição de um Fiscal-Único ou de um outro suplente, por período de 2 (dois) anos.

As Assembleias Gerais serão convocadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência.

Se qualquer um dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para ele poder comparecer ou fazer-se representar.

O sócio-gerente poderá delegar a um dos sócios ou pessoa estranha a sociedade, mediante procuração, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

ARTIGO 10.º
(Lucros líquidos)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva e quaisquer outras percentagens para os fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral serão devolvidos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 11.º
(Mortes ou interdição de sócios)

A Assembleia não se dissolverá por morte ou interdição de quaisquer dos sócios, continuando com os sobrevivente ou capazes e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos os representantes, enquanto a quota se permanecer em indivisa.

ARTIGO 12.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos serão liquidatários, à liquidação e partilha procederão como então acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com a obrigação pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 13.º
(Ano social)

Os anos sociais são os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março do ano seguinte.

ARTIGO 14.º
(Diferendos)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca do Uíge, com a expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 15.º
(Casos omissos)

No omissis regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislação aplicável.

(14-16935-L12)

Toleni & Filhos, Limitada

Certifico que, com início a folha 71 a 72, do livro de notas para escrituras diversas n.º 4-B, 2.ª série, deste Cartório Notarial, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição da sociedade por quotas «Toleni & Filhos, Limitada».

No dia 11 de Agosto de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Alfredo Hecâma Estêvão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — António Sebastião, casado com a segunda outorgante sob o regime de bens adquiridos, natural de Maquela do Zombo, Província do Uíge, onde habitualmente reside, no Bairro Mbemba Ngango, Rua D, Casa n.º 30, Município do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 001973292UE034, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 15 de Janeiro de 2014, com o Número de Identificação Fiscal 101973292UE0341, que outorga este acto por si e em representação de seu filho menor, Cristiano Nguindo Afonso Sebastião, natural do Uíge, nascido aos 26 de Maio de 2013, consigo convivente;

Segundo: — Lombo Helena Alberto Afonso Sebastião, natural do Uíge, Província do Uíge, onde habitualmente reside, no Bairro Papelão, rua s/n.º, casa s/n.º, Município do Uíge, Zona 3, titular do Bilhete de Identidade n.º 004752260UE041, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 15 de Janeiro de 2014;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos respectivos bilhetes de identidade.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura constituem entre si e o seu representado, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada por «Toleni & Filhos, Limitada», tem a sede social na Rua do Paco & Benz, casa s/n.º, Bairro Paco & Benz (Papelão) Zona 3, Município e Província do Uíge, com o capital sócio de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três (3) quotas assim sendo: uma quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio António Sebastião, outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia Lombo Helena Alberto Afonso Sebastião e uma quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Cristiano Nguindo Afonso Sebastião, respectivamente.

Que, a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e rege-se-á pelas cláusulas constantes no documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram terem lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensado a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais no SIAC — Uíge, aos 4 de Agosto de 2014;
- c) Comprovativo do depósito da realização do capital social;
- d) Assento de Casamento n.º 51 lavrado na Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge, aos 14 de Janeiro de 2014.

Fiz aos outorgantes em voz alta, e na presença de todos, a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinaturas de: António Sebastião e Lombo Helena Alberto Afonso Sebastião.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, no Uíge, aos 11 de Agosto de 2014. — O Notário-Adjunto, *Alfredo Estêvão*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
TOLENI & FILHOS, LIMITADAARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

1. A sociedade adopta a denominação de «Toleni & Filhos, Limitada» e rege-se pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

2. Tem a sede social na Rua do Paco & Benz, casa s/n.º, Bairro Paco & Benz (Papelão) Zona 3, Município e Província do Uíge, podendo a sociedade, por simples deliberação da Gerência, transferir ou deslocar a sede social dentro da mesma província ou província limítrofe, bem como criar, delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação no País ou no estrangeiro, nos termos em que tal lhe for permitido por lei.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando o início da sua actividade para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo, assistência técnica, consultoria, contabilidade e auditoria e outras áreas afins, venda de bens móveis e imóveis, construção civil e obras públicas, instalações eléctricas e comunicações, instalações de sistemas de seguranças de incêndio, videovigilância e instrução, fiscalização de obras, camionagem, transportes públicos e urbanos, instrução, análise de projectos de investimentos, cedências de mão-de-obra e outras áreas afins, aluguer de viaturas com ou sem condutor, escola de condução, agência de viagens, agência funeral, pesca artesanal, agro-pecuária, agricultura e avicultura, cafetaria, gráfica e impressão, publicidade, projectos arquitectónicos, música e artes, exploração fabricação de alumínio, bem como a sua comercialização, indústria transformadora, centro de formação profissional, telecomunicações, publicidade, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviços, venda de produtos farmacêuticos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos, centro médico, clínica geral, perfumaria, venda de material de escritório e escolar, decorações, salão de beleza e cabeleireiro, boutique, pastelaria, geladaria, panificação, venda de gás butano, realizações de actividades culturais e desportivas, saneamento básico, segurança de bens patrimoniais, creche, educação e ensino, exploração mineira e florestal, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

§Único: — Mediante a prévia deliberação dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamentos complementares de empresas bem como sociedades com objectivos diferentes ou exclusivamente como sócia de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três (3) quotas assim sendo: uma quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio António Sebastião, outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia Lombo Helena Alberto Afonso Sebastião e uma quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Cristiano Nguindo Afonso Sebastião, respectivamente.

1. A sociedade poderá também, mediante deliberação da Assembleia Geral de Sócios participar no capital de outras sociedades e promover constituição de novas empresas.

2. O capital poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócio ou na forma como acordarem.

ARTIGO 5.º
(Prestações suplementares)

Os sócios poderão prestar à sociedade os suprimentos de que a mesma venha a carecer, devendo as respectivas condições ser aprovadas em Assembleia Geral.

ARTIGO 6.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando é feita a terceiros depende do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer o uso.

ARTIGO 7.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio António Sebastião, que dispensado de caução fica desde já nomeado gerente, sendo necessária a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar noutro sócio ou mesmo em pessoas estranhas a sociedade, mediante a procuração para prática dos determinados actos ou encargos de actos, conferindo os respectivos mandatos.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º
(Fiscalização)

A sociedade pode deliberar a eleição de um Fiscal-Único ou de um outro suplente, por períodos de dois anos.

ARTIGO 9.º
(Assembleias Gerais)

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 dias de antecedência. Se qualquer um dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para poder comparecer ou fazer-se representar.

Os sócios podem fazer-se representar em Assembleia Geral pelo cônjuge, ascendente, descendente, outra sócia ou advogado, bastando para tal uma simples carta mandatada.

ARTIGO 10.º
(Ano social)

Os anos sociais coincidem com os anos civis, reportando-se os balanços anual a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar-se à 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Distribuição dos resultados)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens para os fundos ou reservas especiais, criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 12.º
(Morte ou interdição de sócios)

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os sobreviventes e capazes e os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito, devendo os herdeiros do sócio falecido escolher entre si, um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 13.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios ou nos demais casos legais, todos serão liquidatários e à partilha procederão como para ela acordarem; na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com a obrigação de pagamento do passivo.

ARTIGO 14.º
(Diferendos)

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre sócios e seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca onde estiver situada a sede com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 15.º
(Casos omissos)

No omissos regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04 de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-16964-L15)

Fomel & Filhos, Limitada

Certifico que, com início a folhas 83 a 84 do livro de notas para escrituras diversas n.º 4-B, 2.ª Série, deste Cartório Notarial da Comarca do Uíge, se encontra exarada a escritura com o seguinte teor:

Constituição da sociedade por quotas denominada Fomel & Filhos, Limitada.

No dia 20 de Agosto de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, sita na Rua Dr. António Agostinho Neto, perante mim, Alfredo Hecama Estevão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceu como outorgante:

Fonseca Afonso Adão, Contribuinte Fiscal n.º 103065440UE0316, solteiro, maior, natural do Negage, Província do Uíge, residente habitualmente na Rua D, Casa n.º 11, Bairro Popular n.º 1, Município do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 003065440UE031, emitido pelo Departamento de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 7 de Maio de 2014, que outorga este acto por si e em representação das suas filhas, Elisabeth Alberto Manuel, menor de 6 anos de idade, natural do Uíge e Marinela Alberto Manuel, menor de 2 meses de idade, natural do Uíge, ambas consigo conviventes.

Verifiquei a identidade do outorgante pela exibição do Bilhete de Identidade acima referido.

E por ele foi dito:

Que, pela presente escritura constitui entre si e as menores que representa, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada por «Fomel & Filhos, Limitada», com a sede social na Rua D, casa s/n.º, Bairro Popular, Município e Província do Uíge, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representando por três quotas assim distribuídas: uma quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio, Fonseca Afonso Adão, uma quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente à sócia, Elisabeth Alberto Manuel, e por último uma quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), subscrita à sócia, Marinela Alberto Manuel, respectivamente.

Que, a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelas cláusulas constantes no documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que o outorgante declara ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensado a sua leitura.

Assim o disse e outorgou.

Instruem este acto:

- Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, aos 19 de Agosto de 2014;
- Comprovativo do depósito da realização do capital social.

Fiz ao outorgante em voz alta, a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinatura: Fonseca Afonso Adão.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original de que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, aos 21 de Agosto de 2014. — O Notário-Adjunto, *Alfredo Hecama Estevão*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
POR QUOTAS DENOMINADA FOMEL
& FILHOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Fomel & Filhos, Limitada», tem a sua sede social na Rua D, casa s/n.º, Bairro Popular, Município e Província do Uíge, podendo por simples deliberação de sócios transferir ou deslocar a sede social dentro da mesma província, bem como criar delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro do país ou no estrangeiro, nos termos em que tal lhe for permitido por lei.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando o início da sua actividade para os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objectivo social, o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo, assistência técnica, consultoria, contabilidade e auditoria e outras áreas afins, venda de bens móveis e imóveis, construção civil e obras públicas, instalações eléctricas e comunicações, instalações de sistemas de seguranças de incêndio, videovigilância e instrução, fiscalização de obras, camionagem, transportes públicas e urbanos, instrução, análise de projectos de investimentos, cedências de mão de obras e outras áreas afins, agente despachante e transitários, aluguer de viaturas com ou sem condutor, escola de condução, agência de viagens, agência funerária, pesca artesanal, agro-pecuária, avicultura, cafetaria, gráfica e impressão, publicidade e *marketing*, projectos arquitectónicos, música e artes, exploração e fabricação de alumínio bem como a sua comercialização, indústria transformadora, centro de informática, casa de informática, telecomunicações, publicidade, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviços, venda de produtos farmacêuticos, material cirúrgico, gasível e hospitalar, produtos químicos, centro médico, clínica geral, perfumaria, venda de material de escritório e escolar, decorações, salão de beleza e cabeloiro, boutique, pastelaria, geladaria, panificação, venda de gás butano, realizações de actividades culturais e desportivas, saneamento básico, segurança privada, creche, educação, ensino e cultura, exploração mineira e florestal, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

§Único: — Mediante a prévia deliberação dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamentos complementares de empresas bem como sociedades com objectivos diferentes ou exclusivamente como sócia de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representando por três quotas assim distribuídas: uma quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Fonseca Afonso Adão, uma quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente à sócia Elisabeth Alberto Manuel, e por último uma quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), subscrita a sócia Marinela Alberto Manuel, respectivamente.

1. A sociedade poderá também, mediante deliberação da Assembleia Geral de sócios participar no capital de outras sociedades e promover constituição de novas empresas.

ARTIGO 5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante juro e nas condições que estipularem.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre mas quando é feita a terceiros, fica dependendo do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer o uso.

ARTIGO 7.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio Fonseca Afonso Adão, que com dispensa de caução, fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar outro sócio ou mesmo em pessoas estranhas à sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito e respectivo mandato em nome da sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças ou outros documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º

A sociedade pode deliberar a eleição de um Fiscal-Único ou de um outro suplente, por períodos de dois anos.

ARTIGO 9.º

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência. Se qualquer um dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para poder comparecer ou fazer-se representar.

Os sócios podem fazer-se representar em Assembleia Gerais pelo cônjuge, ascendente, descendente, outro sócio ou advogado, bastando para tal uma simples carta mandatada.

ARTIGO 10.º

Os anos sociais coincidem com os anos civis, reportando-se os balanços anual a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar-se a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal, e quaisquer outros fundos criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 12.º

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os sobreviventes e capazes e os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito, devendo os herdeiros do sócio falecido

escolher, entre si, um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 13.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios ou nos demais casos legais, todos serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão como eles acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com a obrigação de pagamento do passivo.

ARTIGO 14.º

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre sócios e seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca onde estiver situada a sede com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 15.º

No omissis, regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-16978-L15)

J. G. Pro (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto, da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que, João António Francisco, solteiro, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, Bairro Hoji-ya-Henda, Casa n.º 28, Zona 17, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada, «J. G. Pro (SU), Limitada», registada sob o n.º 3.730/14, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 10 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE J. G. PRO, (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «J. G. Pro, (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Padre da Cruz, Casa n.º 28, Bairro Hoji-ya-Henda, Município do Cazenga, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social, a produção, edição e distribuição musical, áudio visual, comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, consultoria, indústria, auditoria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, serralharia, carpintaria, produção e venda de caixilharia de alumínio, promoção e mediação imobiliária, informática, telecomunicações, electricidade, agro-pecuária, pescas, hotelaria, turismo, agência de viagens, transportes aéreo, marítimo e terrestre, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, modas e confecções, botequim, centro médico, farmácia, material e equipamentos hospitalar, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, prestações de serviços, ensino geral, infantil, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio acorde e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único João António Francisco.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha a sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual as deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(14-16762-L02)

**IBERÁFRICA (ANGOLA) — Empreendimentos
Comerciais e Industriais, Limitada**

Certifico que, de folhas 3 a 6, do livro de notas para escrituras diversas com o n.º 479-A, do 4.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, encontra-se lavrada e registada a escritura de teor seguinte:

Cessão de quotas, admissão de novo sócio e mudança de sede na sociedade «IBERÁFRICA (ANGOLA) — Empreendimentos Comerciais e Industriais, Limitada»

Aos 2 de Outubro de 2014, em Luanda e no 4.º Cartório Notarial da Comarca desta cidade, sito na Rua do Lobito, n.º 34, a cargo do Notário, Pedro Manuel Dala, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Cristóvão Vieira Gonçalves Lopes, de nacionalidade portuguesa residente habitualmente em Luanda, Rua Oliveira Martins, n.º 13, Bairro Alvalade, titular do Passaporte n.º N058173, emitido pelo Consulado de Portugal em Angola, aos 28 de Março de 2014, que outorga como mandatário de, António Leite Dantas, de nacionalidade portuguesa, residente habitualmente em Luanda, na Rua Oliveira Martins, n.º 13, Bairro Alvalade, Distrito Urbano da Maianga, titular do Passaporte n.º N092975, emitido pelo Serviços Estrangeiros e Fronteiras, aos 23 de Abril de 2014 e da Autorização de Residência n.º 0003841B07,

emitido pelo Serviços de Migração e Estrangeiras aos 27 de Fevereiro de 2014;

Segundo: — Dionísio Alberto Mendonça, casado com Maria Alexandra Louro Ribeiro de Carvalho Mendonça, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Baía Farta, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda na Rua Oliveira Martins, n.º 31, Bairro Maianga, distrito com o mesmo nome, titular do Bilhete de Identidade n.º 000066171BA022, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil, aos 15 de Abril de 1998, válido vitaliciamente;

Terceiro: — Paula Alexandra Ribeiro Sales Dantas, de nacionalidade portuguesa, residente habitualmente em Luanda, na Rua Oliveira Martins, n.º 13, Distrito Urbano da Maianga, titular do Passaporte n.º M367761, emitido pelo Serviço Estrangeiro e Fronteiras, aos 22 de Fevereiro de 20013 e da Autorização de Residência n.º 0003584A03, emitido pelo Serviços de Migração e Estrangeiros, aos 29 de Abril de 214;

Verifiquei a identidade dos outorgantes mediante a exibição dos documentos de identificação, bem como a qualidade e suficiência dos poderes em que intervêm para o acto, do primeiro outorgante em face da procuração outorgada no dia 25 de Setembro de 2014, lavrada no 4.º Cartório.

Disseram o primeiro e segundo outorgantes:

Que, são os actuais e únicos sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «IBERÁFRICA (ANGOLA) — Empreendimentos Comerciais e Industriais, Limitada», com sede em Luanda, no Largo Dom Afonso Henriques, n.os 1 a 4, constituída por escritura de 23 de Janeiro de 1991, lavrada com início as folhas 71, verso, a folhas 78, do livro de notas para escrituras diversas n.º 99-B, do 2.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 1991. 61608, com o NIF 5401126581, com o capital social de Kz: 400.000,00 (quatrocentos mil kwanzas), integralmente realizada em dinheiro.

Que, dando cumprimento ao deliberado nas actas da Assembleia Geral de 23 e 24 de Setembro de 2014, respectivamente, decidem deliberar sobre consentimento da cessão de quotas que se vai efectuar adiante e mudar a sede social do Largo Gom Afonso Henriques, n.os 1 a 4 para Rua Che Guevara, n.º 143, 1.º andar, Gabinete 1, Bairro Maculusso, Distrito Urbano da Maianga.

Disse o segundo outorgante:

Que, cede a totalidade da sua quota no valor de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas) pelo mesmo valor nominal à terceira outorgante.

Mais declara que já recebeu da terceira outorgante o referido valor nada mais tendo a reclamar.

Que, esta cessão é feita com todas os correspondentes direitos e obrigações a ela inerentes, deixando de nela ter qualquer interferência ou responsabilidade.

Disse a terceira outorgante:

Que aceita a cessão nos termos exarados.

Que é em consequência deste acto a terceira outorgante é admitida como nova sócia da sociedade e concomitantemente, alteram a segunda parte do n.º 1 do artigo 1.º e artigo 4.º do pacto social que passam a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 1.º

1. A sociedade adopta a denominação de «IBERÁFRICA (ANGOLA) — Empreendimentos Comerciais e Industriais, Limitada», com sede em Luanda, Rua Che Guevara, n.º 143, 1.º andar, Gabinete 1, Bairro Maculusso, Distrito Urbano da Ingombota.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 400.000,00, (quatrocentos mil kwanzas), integralmente realizada em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas de iguais, valor nominal de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), cada uma, pertencentes, aos sócios António Leite Dantas e Paula Alexandra Ribeiro Sales Dantas, respectivamente.

Que não foi alterado permanece firme e válida.

Assim disseram e outorgaram. Instruem este acto:

- a) Documentos legais da sociedade em apreço;
- b) Actas da Assembleia Geral da sociedade n.º 2 e n.º 4 datadas de 23 e 24 de Setembro de 2014;
- c) Procuração outorgada neste Cartório, aos 25 de Setembro de 2014.

Aos outorgantes e na presença simultânea de todos, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e advertência da obrigatoriedade de requerer o registo do acto no prazo de 90 dias a contar desta data.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

4.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, 2 de Outubro de 2014. — O Ajudante do Notário, *Vuvu J. Miguel*. (14-16833-L01)

Carlito da Costa & Filhos, Limitada

Certifico que, com início a folhas 69 a 70 do livro de notas para escrituras diversas n.º 4B-2.ª Série, deste Cartório Notarial, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição da Sociedade por quotas «Carlito da Costa & Filhos, Limitada».

No 11.º dia do mês de Agosto do ano de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Alfredo Hecama Estêvão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceu como outorgante, Carlito da Costa, solteiro, maior, natural do Uíge, Província do Uíge, onde habitualmente reside, no Bairro Popular, casa s/n.º, Município do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 003121075UE030, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 23 de Maio de 2013, com o Número

de Identificação Fiscal 103121075UE0307, que outorga este acto por si e em representação de seus filhos menores; Leonel Carlitos Alfredo da Costa, natural do Uíge, nascido aos 24 de Março de 2008 e Vieira Alfredo da Costa, natural do Uíge, nascido aos 15 de Julho de 2011.

Verifiquei a identidade do outorgante pela exibição do bilhete de identidade acima referido.

E por ele foi dito:

Que, pela presente escritura constitui entre si e os seus representados uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada por «Carlito da Costa & Filhos, Limitada», tem a sede social na Rua do Café, casa s/n.º, Bairro Kakiuia (junto à paragem do Songo), Município e Província do Uíge, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três (3) quotas, assim sendo; uma quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Carlito da Costa, outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente ao sócio Leonel Carlitos Alfredo da Costa e uma quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Vieira Alfredo da Costa, respectivamente.

Que, a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelas cláusulas constantes no documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que o outorgante declara ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensado a sua leitura.

Assim o disse e outorgou.

Instruem este acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- b) Certificado de admissibilidade emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais no SIAC — Uíge, aos 4 de Agosto de 2014;
- c) Comprovativo do depósito da realização do capital social. Fiz ao outorgante em voz alta, e na sua presença a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinatura de Carlito da Costa.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, no Uíge, aos 11 de Agosto de 2014. — O Notário-Adjunto, *Alfredo Hecama Estêvão*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
CARLITO DA COSTA & FILHOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

1. A sociedade adopta a denominação de «Carlito da Costa & Filhos, Limitada», e rege-se pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

2. Tem a sede social na Rua do Café, casa s/n.º, Bairro Kakiuia (junto à paragem do Songo), Município e Província do Uije, podendo a sociedade, por simples deliberação da gerência, transferir ou deslocar a sede social dentro da mesma província ou província limítrofe, bem como criar delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação no País ou no estrangeiro, nos termos em que tal lhe for permitido por lei.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando o início da sua actividade para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

A sociedade tem como objecto social, o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo, assistência técnica, consultoria, contabilidade e auditoria e outras áreas afins, venda de bens móveis e imóveis, construção civil e obras públicas, instalações eléctricas e comunicações, instalações de sistemas de seguranças de incêndio, videovigilância e instrução, fiscalização de obras, camionagem, transportes públicos e urbanos, instrução, análise de projectos de investimentos, cedências de mão-de-obra e outras áreas afins, aluguer de viaturas com ou sem condutor, escola de condução, agência de viagens, agência funeral, pesca artesanal, agro-pecuária, agricultura e avicultura, cafetaria, gráfica e impressão, publicidade, projectos arquitectónicos, música e artes, exploração, fabricação de alumínio, bem como a sua comercialização, indústria transformadora, centro de formação profissional, telecomunicações, publicidade, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviços, venda de produtos farmacêuticos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos, centro médico, clínica geral, perfumaria, venda de material de escritório e escolar, decorações, salão de beleza e cabeleiro, boutique, pastelaria, geladaria, panificação, venda de gás butano, realizações de actividades culturais e desportivas, saneamento básico, segurança de bens patrimoniais, creche, educação e ensino, exploração mineira e florestal, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

§Único: — Mediante a prévia deliberação dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamento complementar de empresas bem como sociedades com objectivos diferentes ou exclusivamente como sócia de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três (3) quotas assim sendo; uma quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Carlito da Costa, outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente ao sócio Leonel Carlitos Alfredo da Costa e uma quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Vieira Alfredo da Costa, respectivamente.

1. A sociedade poderá, também, mediante deliberação da Assembleia Geral das sócias, participar no capital de outras sociedades e promover constituição de novas empresas.

2. O capital poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócio ou na forma como acordarem.

ARTIGO 5.º
(Prestações suplementares)

Os sócios poderão prestar à sociedade os suprimentos de que a mesma venha a carecer, devendo as respectivas condições ser aprovadas em Assembleia Geral.

ARTIGO 6.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando é feita a terceiros depende do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer o uso.

ARTIGO 7.º
(Gerência)

1. A Gerência e Administração da Sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas pelo sócio Carlito da Costa, que dispensado de caução fica desde já nomeado gerente, sendo necessária a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar noutro sócio ou mesmo em pessoas estranhas à sociedade, mediante a procuração para prática dos determinados actos ou encargos de actos, conferindo os respectivos mandatos.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º
(Fiscalização)

A sociedade pode deliberar a eleição de um fiscal único ou de um outro suplente, por períodos de dois anos.

ARTIGO 9.º
(Assembleias Gerais)

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 dias de antecedência. Se qualquer um dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para poder comparecer ou fazer-se representar.

Os sócios podem fazer-se representar em Assembleia Geral pelo cônjuge, ascendente, descendente, outro sócio ou advogado, bastando para tal uma simples carta mandatada.

ARTIGO 10.º
(Ano social)

Os anos sociais coincidem com os anos civis, reportando-se os balanços anuais a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar-se a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Distribuição dos resultados)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidas a percentagem para o fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens para o fundo ou reservas especiais, criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 12.º
(Morte ou interdição de sócios)

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os sobreviventes e capazes e os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito, devendo os herdeiros do sócio falecido escolher, entre si, um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 13.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios ou nos demais casos legais, todos serão liquidatários e à partilha procederão como para ela acordarem; na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com a obrigação de pagamento do passivo.

ARTIGO 14.º
(Diferendos)

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre sócios e seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca onde estiver situada a sede com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 15.º
(Casos omissos)

No omissos, regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-16965-L12)

Tawala (SU), Limitada

Leandra Augusto Sumbo de Almeida Gomes, Licenciada em Direito, Conservatória de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Anifil.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 9 do livro-diário de 8 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Zeferino Teka, solteiro, maior, residente em Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro dos Coqueiros, Rua Francisco das Necessidades Castelo Branco, n.º 29, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada, «Tawala (SU), Limitada» registada sob o n.º 534/14, que se vai reger nos termos constantes dos artigos seguinte.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — Anifil, em Luanda, aos 8 de Setembro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE
TAWALA (SU), LIMITADA**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o acima qualificado, resolve de iniciativa própria, constituir uma sociedade unipessoal por quotas que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

ARTIGO 1.º
(Denominação social e sede)

A sociedade adota a denominação «Tawala (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Francisco das Necessidades Castelo Branco, Prédio n.º 29, Apartamento D, Município da Ingombota-Luanda, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Início e duração de actividades)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo; restauração, comércio a retalho, pescas, pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestres de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação,

podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital social)

O capital social da sociedade é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), totalmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) pertencente ao sócio-único Zeferino Teka.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade parte assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinada e mantida em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio-único falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

Aires Redes (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que Aires Nuno Ramos do Amaral, solteiro, maior, natural de Malanje, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Samba, Casa n.º 43, Zona 3, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Aires Redes (SU), Limitada», registada sob o n.º 3.814/14, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE AIRES REDES (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Aires Redes (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Quarteirão Rio Cunene, Prédio-V2, 1.º andar, Apartamento n.º 11, Centralidade do Kilamba, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, assistência técnica, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, serralharia, carpintaria, produção e venda de caixilharia de alumínio, promoção e mediação imobiliária, informática, telecomunicações, electricidade, agro-pecuária, pescas, hotelaria, turismo, restauração, transportes aéreo, marítimo e terrestre, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, modas e confecções, boutique, centro médico, farmácia, material e equipamentos hospitalares, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais,

ensino geral, infantil, decoração de interior e exterior, catering, take away, manutenção de equipamentos, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que o sócio acorde e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Aires Nuno Ramos do Amaral.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio-cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor; fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha a sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual as deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais (LSC).

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro:

Yumajor Comercial (SU), Limitada

Certifico que, com início a folhas 72, verso, a 73, verso, do livro de notas para a escrituras diversas n.º 9-X, do Cartório Notarial da Comarca do Kwanza-Sul, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da sociedade «Yumajor Comercial (SU), Limitada».

No dia 16 de Setembro de 2014, nesta Cidade do Sumbe e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Orlando António, Licenciado em Direito, Notário do referido Cartório, compareceu como outorgante:

Yuri Manuel Major Fernandes, solteiro, natural do Cazenga, Província de Luanda, titular do Bilhete de Identidade n.º 002129336LA037, emitido pelo Arquivo de Identificação de Luanda, aos 18 de Maio de 2011, residente habitualmente na casa s/n.º, Bairro Zona C, Porto Amboim.

Verifiquei a identidade do outorgante pela exibição do seu respectivo documento de identificação.

E por ele foi dito:

Que pela presente escritura constitui uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Yumajor Comercial (SU), Limitada», com sede na Zona C, Bairro Gilco, Município de Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul, cujo objecto social é o consta do artigo 2.º dos respectivos estatutos.

Que o capital social integralmente realizado em dinheiro é do montante de Kz: 100.000, 00 (cem mil kwanzas), e está representado em uma quota única de igual valor nominal, pertencente ao sócio-único Yuri Manuel Major Fernandes.

Fica Autorizado a celebração de negócios jurídicos entre o sócio-único e a sociedade, desde que sirvam a prossecução do objecto desta.

A referida sociedade reger-se-á pelos artigos constantes do respectivo estatuto, o qual foi elaborado em separado como documento complementar, nos termos do n.º 2 do artigo 55 da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que o outorgante declara ter lido, assinado e conhecer o seu conteúdo, sendo que o mesmo exprime a sua vontade, pelo que é dispensa da aqui a sua leitura.

Assim o disse e outorgou.

Arquivo os seguintes documentos:

- a) certificado de admissibilidade, passado pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, em Luanda, que comprova ser novidade a denominação social adaptada, aos 4 de Agosto de 2014;
- b) Documento complementar mencionado no teor da escritura;
- c) Talão de depósito que prova a realização do capital efectuado no Banco BPC de 9 de Setembro de 2014.

Ao outorgante fiz em voz alta e na presença a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência de que deverá proceder ao registo obrigatório deste acto no prazo de 90 dias.

Assinaturas: Yuri Manuel Major. — O Notário, Orlando António.

Conta registada sob o n.º 16. — Orlando António.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original que reporto..

Cartório Notarial da Comarca do Kwanza-Sul, no Sumbe, aos 22 de Setembro de 2014. — O Notário, Orlando António.

ESTATUTO SOCIEDADE YUMAJOR COMERCIAL (SU), LIMITADA

1.º (Denominação)

1. A sociedade adopta a denominação de «Yumajor Comercial (SU), Limitada», tem a sua sede na Zona C, Bairro Gilco, Município de Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul; podendo abrir e encerrar filiais, sucursais, agências, ou qualquer outra forma de representação dentro do território nacional ou no estrangeiro, onde e quando as condições sociais o aconselharem.

2.º (Objecto social)

1. Tem como objecto social, comércio geral, a grosso e a retalho, construção civil, obras pública e arquitectura, hotelaria e restaurantes, transporte rodoviários de passageiros e de carga, exploração de recurso minerais, tais como pedra preciosas, e sua comercialização, indústria, exploração florestal, agro-pecuária, prestação de serviço, educação, compra e venda de medicamentos, petróleo e seus derivados, gás, butano, pesca artesanal ou industrial, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a outro ramo de comércio ou indústria em que o sócio esteja de acordo com as limitações legais.

2. A sociedade poderá livremente adquirir, ou alienar participações, associar-se com qualquer entidade, outras sociedades, empresas, empreendimentos ou consórcios existentes ou a constituir, seja qual for o seu objecto social, incluindo parcerias com sociedades estrangeiras, o que será feito através do correspondente processo de investimento estrangeiro.

3.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos efeitos a partir da data da presente escritura.

4.º (Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanza), integralmente realizado em dinheiro e acha-se representado por uma quota, no valor nominal de Kz:100.000,00, (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio Yuri Manuel Major Fernandes.

5.º (Prestações suplementares)

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas o sócio poderão fazer a sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante o juro e nas condições que ele estipular.

6.º (Cessão de quota)

A cessão de quota é livre e fica dependente do consentimento do sócio.

7.º (Administração e gerência)

1. A gerência e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos em juízo e fora dele activa e passivamente serão exercida pelo sócio, Yuri Manuel Major Fernandes, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedades.

2. O gerente, ora nomeado, poderá delegar a pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

8.º (Dissolução)

A sociedade poderá ser dissolvida por vontade do sócio, salvo pelo falecimento ou interdição do sócio, continuando com os sobreviventes os seus herdeiros, ou representante do sócio falecido ou interdito, devendo este nomear um representante enquanto a quota se mantiver indivisa.

9.º (Questões emergentes)

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre o sócio seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca do Kwanza-Sul.

10.º (Disposições finais)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, das Sociedades Unipessoais e demais legislação aplicável as sociedades por quotas vigentes na República de Angola.

(14-16834-L01)

Geongol (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que Giba José António Loló, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Avenida Comandante

Valódia, Casa n.º 12-B, 5.º-B, constituiu uma sociedade uni-pessoal por quotas denominada «Geongol (SU), Limitada», registada sob o n.º 3.801/14, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 17 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE GEONGOL (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Geongol (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua 50, Urbanização Nova Vida, Lote 92, n.º 4, r/c, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, recolha de resíduos sólidos, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Giba José António Loló.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade:

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º (Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual as deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais (LSC).

ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º (Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(14-17138-L02)

Mádia Kanga & Filhos, Limitada

Certifico que, com início a folha 47 a 48 do livro de notas, para escrituras diversas n.º 4B-2.ª série, deste Cartório Notarial, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição da sociedade por quotas «Mádia Kanga & Filhos, Limitada».

No dia 31 de Julho de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Alfredo Hecama Estevão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceu como outorgante:

Miguel Casimiro Madia Kanga, solteiro, maior, natural de Buco Zau, Província de Cabinda, residente habitualmente em Luanda, no Bairro Marçal, casa s/n.º, Município de Rangel, Zona 14, titular do Bilhete de Identidade n.º 002355089CA032, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal de Cabinda, aos 18 de Abril de 2012, com o Número de Identificação Fiscal 102355089CA0328, que outorga este acto por si e em representação de sua filha menor, Edna dos Santos Kanga, natural de Luanda, nascida aos 24 de Fevereiro de 2004 e consigo convivente.

Verifiquei a identidade do outorgante pela exibição do bilhete de identidade acima referido.

E por ele foi dito:

Que, pela presente escritura constitui entre si e a sua representada uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada por, «Mádia Kanga & Filhos, Limitada», tem a sede social no Centro da Cidade, Rua do Comércio, Município e Província do Uíge, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas (2) quotas assim sendo: uma quota no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio Miguel Casimiro Madia Kanga, e outra quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente à sócia; Edna dos Santos Kanga, respectivamente.

Que a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e rege-se-á pelas cláusulas constantes no documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que o outorgante declara ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensado a sua leitura.

Assim o disse e outorgou.

Instruem este acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais no SIAC — Uíge, aos 29 de Julho de 2014;
- c) Comprovativo do depósito da realização do capital social.

Fiz ao outorgante em voz alta, e na sua presença a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinatura de Miguel Casimiro Madia Kanga.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, no Uíge, aos 31 de Julho de 2014. — O Notário-Adjunto, *Alfredo Hecama Estevão*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE MÁDIA KANGA & FILHOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

1. A sociedade adopta a denominação de «Mádia Kanga & Filhos, Limitada», e rege-se pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

2. Tem a sede social no centro da cidade, Rua do Comércio, Município e Província do Uíge, podendo a sociedade, por simples deliberação da gerência, transferir ou deslocar a sede social dentro da mesma província ou província limítrofe, bem como criar, delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação no País ou no estrangeiro, nos termos em que tal lhe for permitido por lei.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando o início da sua actividade para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º (Objecto social)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo, assistência técnica, consultoria, contabilidade e auditoria e outras áreas afins, venda de bens móveis e imóveis, construção civil e obras públicas, instalações eléctricas e comunicações, instalações de sistemas de seguranças de incêndio, vídeo vigilância e instrução, fiscalização de obras, camionagem, transportes públicos e urbanos, *rent-a-car*, venda de viaturas novas e de ocasião e seus acessórios, aluguer de viaturas com ou sem condutor, escola de condução, agência de viagens, pesca artesanal, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviços, venda de produtos farmacêuticos, gastável e hospitalar, centro médico, clínica geral, venda de material de escritório e escolar, decorações, salão de beleza e cabeleireiro, boutique, pastelaria, geladaria, panificação, venda de gás butano, realizações de actividades culturais e desportivas, casa de música, saneamento básico, segurança de bens patrimoniais, creche, educação, ensino e cultura, exploração mineira e florestal, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

§Único: — Mediante a prévia deliberação dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamento complementar de empresas bem como sociedades com objectivos diferentes ou exclusivamente como sócia de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e represen-

tado por duas (2) quotas assim sendo: uma quota no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio, Miguel Casimiro Madia Kanga, e outra quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente à sócia Edna dos Santos Kanga, respectivamente.

1. A sociedade poderá também, mediante deliberação da Assembleia Geral dos sócios participar no capital de outras sociedades e promover constituição de novas empresas.

2. O capital poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócio ou na forma como acordarem.

ARTIGO 5.º
(Prestações suplementares)

Os sócios poderão prestar à sociedade os suprimentos de que a mesma venha a carecer, devendo as respectivas condições ser aprovadas em Assembleia Geral.

ARTIGO 6.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas entre os sócios é livre mas quando é feita a terceiros depende do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer o uso.

ARTIGO 7.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio, Miguel Casimiro Madia Kanga, que dispensado de caução fica desde já nomeado gerente, sendo necessária a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar noutro sócio ou mesmo em pessoas estranhas a sociedade, mediante a procuração para prática dos determinados actos ou encargos de actos, conferindo os respectivos mandatos.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º
(Fiscalização)

A sociedade pode deliberar a eleição de um fiscal-único ou de um outro suplente, por períodos de dois anos.

ARTIGO 9.º
(Assembleias Gerais)

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 dias de antecedência. Se qualquer um dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para poder comparecer ou fazer-se representar.

Os sócios podem fazer-se representar em Assembleia Geral pelo cônjuge, ascendente, descendente, outro sócio ou advogado, bastando para tal uma simples carta mandatada.

ARTIGO 10.º
(Ano social)

Os anos sociais coincidem com os anos civis, reportando-se os balanços anual a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar-se a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Distribuição dos resultados)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidas a percentagem para o fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens para o fundo ou reservas especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 12.º
(Morte ou interdição de sócios)

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, prosseguindo com o sobrevivente e capazes e os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito, devendo os herdeiros do sócio falecido escolher, entre si, um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 13.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios ou nos demais casos legais, todos serão liquidatários e à partilha procederão como para ela acordarem; na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com a obrigação de pagamento do passivo.

ARTIGO 14.º
(Diferendos)

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre sócios e seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca, onde estiver situada a sede com expressa renúncia, à qualquer outro.

ARTIGO 15.º
(Casos omissos)

No omissos, regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-16922-L03)

Global Teca Investimentos, Limitada

Certifico que, com início à folha 13 a 14 do livro de notas para escrituras diversas n.º 4-B, 2.ª Série, deste Cartório Notarial, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição da sociedade por quotas, «Global Teca Investimentos, Limitada».

No dia 24 de Julho de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Alfredo Hecama Estêvão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Dikundia Ndongala Bernardo, solteiro, maior, natural de Maquela do Zombo, Província do Uíge, onde habitualmente reside, no Bairro Popular n.º 2, casa sem número, Município do Uíge, Titular do Bilhete de Identidade n.º 003002487UE034, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 8 de Janeiro de 2013, com o Número de Identificação Fiscal 103002487UE0348, que outorga este acto por si e em representação do menor, Abraão Meczedeqe da Silva Teca, natural do Uíge, Província do Uíge, nascido aos 12 de Março de 2012, filho menor de Octávio Nelson Jacinto Teca, e com ele convivente.

Segundo: — Domingos Joel Jacinto Teca, solteiro, maior, natural do Uíge, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Bairro Golf-2, Casa n.º 7, Município de Kilamba Kiaxi, Zona 20, titular do Bilhete de Identidade n.º 002727843UE039, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 7 de Janeiro de 2013, com o Número de Identificação Fiscal 102727843UE0397, que outorga este acto por si e em representação do menor.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos respectivos bilhetes de identidade.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura constituem entre si e o seu representado uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada por, «Global Teca Investimentos, Limitada», tem a sede social na Estrada Nacional n.º 120, Município e Província do Uíge, com o capital social de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, assim sendo; uma quota no valor nominal de Kz: 300.000,00 (trezentos mil kwanzas), pertencente ao sócio, Dikundia Ndongala Bernardo, e duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) cada, pertencentes aos sócios, Domingos Joel Jacinto Teca e Abraão Meczedeqe da Silva Teca, respectivamente.

Que, a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelas cláusulas constantes no documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais no SIAC — UÍGE, aos 17 de Julho de 2014;
- c) Comprovativo do depósito da realização do capital social;
- d) Procuração outorgada por Octávio Nelson Jacinto Teca, lavrada neste Cartório Notarial, aos 5 de Agosto de 2014.

Fiz aos outorgantes em voz alta, e na presença simultânea de ambos, a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinaturas de: Dikundia Ndongala Bernardo e Domingos Joel Jacinto Teca.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, no Uíge, aos 24 de Julho de 2014. — O notário-adjunto, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE GLOBAL TECA INVESTIMENTOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

1. A sociedade é por quotas de responsabilidade limitada e adopta a denominação de «Global Teca Investimentos, Limitada», e rege-se pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

2. Tem a sede social na Estrada Nacional n.º 120, Município e Província do Uíge, podendo a sociedade, por simples deliberação da gerência, transferir a sede social dentro da mesma província ou província limítrofe, bem como criar delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação no País ou no estrangeiro, nos termos em que tal lhe for permitido por lei.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando o início da sua actividade para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º (Objecto social)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, bebida, venda de imobiliário e mobiliário, assistência técnica e prestação de serviços, construção civil e obras públicas, comercialização, reparação e manutenção de materiais de construção, eléctricos e electrotécnicos, farmácia, depósito de medicamento, laboratório clínico, representações comerciais, protecção civil e de bens, consultoria e auditoria de empresas em matérias jurídica, fiscal, protecção e segurança privada, contabilidade, económica e outras áreas, comércio de automóveis, acessórios e sobressalentes, peças-auto, indústria, venda de combustíveis e lubrificantes, agricultura e agro-pecuária, saneamento básico, indústria panificadora, têxtil e pescas, exploração florestal e mineira, transporte de passageiros e carga, transporte urbano e escolar, educação e ensino, livraria e tabacaria, formação técnico-profissional, hotelaria e similares, agências de viagens e turismo, *rent-a-car*, fitness clube e educação física, cabeleireiro e tratamento de beleza, decoração, estética, marketing e comunicação, importação e exportação.

Podendo ainda dedicar-se a qualquer outra actividade do ramo comercial ou industrial que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

§Único: — Mediante a prévia deliberação dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamentos complementares de empresas bem como sociedades com objectivos diferentes ou exclusivamente como sócia de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas); integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três (3) quotas, assim sendo; uma quota no valor nominal de Kz: 300.000,00 (trezentos mil kwanzas), pertencente ao sócio, Dikundia Ndongala Bernardo, e duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) cada, pertencentes aos sócios, Domingos Joel Jacinto Teca e Abraão Meczedeque da Silva Teca, respectivamente.

1. A sociedade poderá também, mediante deliberação da Assembleia Geral de sócios participar no capital de outras sociedades e promover constituição de novas empresas.

2. O capital poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócio ou na forma como acordarem.

ARTIGO 5.º
(Prestações suplementares)

Os sócios poderão prestar à sociedade os suprimentos de que a mesma venha a carecer, devendo as respectivas condições ser aprovadas em Assembleia Geral.

ARTIGO 6.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas entre os sócios é livre mas quando é feita a terceiros depende do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer o uso.

ARTIGO 7.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio, Dikundia Ndongala Bernardo, que dispensado de caução fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar noutro sócio ou mesmo em pessoa estranha a sociedade, mediante a procuração para prática dos determinados actos ou encargos de actos, conferindo os respectivos mandatos.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º
(Fiscalização)

A sociedade pode deliberar a eleição de um Fiscal-Único ou de um outro suplente, por períodos de dois anos.

ARTIGO 9.º
(Assembleias Gerais)

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas dirigidas aos sócios com pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência. Se qualquer um dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilatação suficiente para poder comparecer ou fazer-se representar.

Os sócios podem fazer-se representar em Assembleia Geral pelo cônjuge, ascendente, descendente, outro sócio ou advogado, bastando para tal uma simples carta mandatada.

ARTIGO 10.º
(Ano social)

Os anos sociais coincidem com os anos civis, reportando-se os balanços anual a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar-se a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Distribuição dos resultados)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidas a percentagem para o fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens para o fundo ou reservas especiais, criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 12.º
(Morte ou interdição de sócios)

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os sobreviventes e capazes e os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito, devendo os herdeiros do sócio falecido escolher, entre si, um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 13.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios ou nos demais casos legais, todos serão liquidatários e à partilha procederão como para ela acordarem; na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com a obrigação do pagamento do passivo.

ARTIGO 14.º
(Diferendos)

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre sócios e seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca onde estiver situada a sede com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 15.º
(Casos omissos)

No omissos regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-16941-L12)

E. A. M. E., Limitada

Certifico que, com início a folhas 73 a 74 do livro de notas para escrituras diversas n.º 4B-2.ª Série, deste Cartório Notarial, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição da sociedade por quotas, «E. A. M. E., Limitada».

No dia 11 de Agosto de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Alfredo Hecama Estevão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Mputo Maiomona Pedro, solteiro, maior, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, residente habitualmente no Uíge, Bairro Papelão, rua s/n.º, casa s/n.º, Município do Uíge, Zona 3, titular do Bilhete de Identidade n.º 000188999LA012, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal de Luanda, aos 6 de Junho de 2014, com o Número de Identificação Fiscal 2301025853;

Segundo: — Octávio Ismael Tulo Pedro, solteiro, maior, natural do Uíge, Província do Uíge, onde habitualmente reside, no Bairro Vila da Mata, casa s/n.º, Município do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 003449909UE037, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 22 de Maio de 2014, com o Número de Identificação Fiscal 2301035611;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos respectivos bilhetes de identidade acima referidos.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura constituem entre si, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada por «E. A. M. E., Limitada», tem a sede social no Centro da Cidade, Rua da Agricultura, casa s/n.º, Município e Província do Uíge, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas assim sendo; uma quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Mputo Maiomona Pedro e outra quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Octávio Ismael Tulo Pedro, respectivamente.

Que, a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e rege-se-á pelas cláusulas constantes no documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;

- b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais no SIAC — UÍGE, aos 11 de Agosto de 2014;

- c) Comprovativo do depósito da realização do capital social.

Fiz aos outorgantes em voz alta, na presença simultânea de ambos a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinaturas: Mputo Maiomona Pedro e Octávio Ismael Tulo Pedro.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, no Uíge, aos 11 de Agosto de 2014. — O Notário, *Alfredo Hecama Estevão*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE**E. A. M. E., LIMITADA****ARTIGO 1.º**

(Denominação e sede)

1. A sociedade é por quotas de responsabilidade limitada e adopta a denominação de «E. A. M. E., Limitada» e rege-se pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

2. Tem a sede social no Centro da Cidade, da Agricultura, Município e Província do Uíge, podendo a sociedade, por simples deliberação da gerência, transferir ou deslocar a sede social dentro da mesma província ou província limítrofe, bem como criar delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação no País ou no estrangeiro, nos termos em que tal lhe for permitido por lei.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando o início da sua actividade para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

(Objecto social)

A sociedade tem como objecto social, o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo, assistência técnica, contabilidade e auditoria e outras áreas afins, venda de bens móveis e imóveis, construção civil e obras públicas, instalações eléctricas, instalações de sistemas de seguranças de incêndio, videovigilância e instrução, fiscalização de obras, assistência e manutenção de electrodomésticos, camionagem, transportes públicos e urbanos, análise de projectos de investimentos, agente despachante e transitários, *rent-a-car*, venda de viaturas novas e de ocasião e seus acessórios, aluguer de viaturas com ou sem condutor, escola de condução, agência de viagens, agro-pecuária, agricultura e avicultura, cafetaria, gráfica e impressão, música e artes, venda de alumínio, informática, telecomunicações, publicidade, comercialização de combustíveis e lubrifican-

tes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviços, venda de produtos farmacêuticos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, centro médico, clínica geral, perfumaria, venda de material de escritório e escolar, decorações, salão de beleza e cabeleireiro, boutique, pastelaria, geladaria, panificação, venda de gás butano, saneamento básico, segurança de bens patrimoniais, creche, educação, ensino e cultura, exploração mineira e florestal, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

§Único: — Mediante a prévia deliberação dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamentos complementares de empresas bem como sociedades com objectivos diferentes ou exclusivamente como sócia de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas assim sendo; uma quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio, Mputo Maiomona Pedro, e outra quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Octávio Ismael Tulo Pedro, respectivamente.

1. A sociedade poderá também, mediante deliberação da Assembleia Geral de sócios participar no capital de outras sociedades e promover constituição de novas empresas.

2. O capital poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócio ou na forma como acordarem.

ARTIGO 5.º (Prestações suplementares)

Os sócios poderão prestar à sociedade os suprimentos de que a mesma venha a carecer, devendo as respectivas condições ser aprovadas em Assembleia Geral.

ARTIGO 6.º (Cessão de quotas)

A cessão de quotas entre os sócios é livre mas quando é feita a terceiros depende do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer o uso.

ARTIGO 7.º (Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio, Mputo Maiomona Pedro, que dispensado de caução fica desde já nomeado gerente, bastando uma assinatura para obrigar validamente a Sociedade.

2. O gerente poderá delegar noutro sócio ou mesmo em pessoas estranhas a sociedade, mediante a procuração para prática dos determinados actos ou encargos de actos, conferindo os respectivos mandatos.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º (Fiscalização)

A sociedade pode deliberar a eleição de um fiscal-único ou de um outro suplente, por períodos de dois anos.

ARTIGO 9.º (Assembleias Gerais)

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas dirigidas aos sócios com, pelo menos 30 dias de antecedência. Se qualquer um dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para poder comparecer ou fazer-se representar.

Os sócios podem fazer-se representar em Assembleia Geral pelo cônjuge, ascendente, descendente, outro sócio ou advogado, bastando para tal uma simples carta mandatada.

ARTIGO 10.º (Ano social)

Os anos sociais coincidem com os anos civis, reportando-se os balanços anual a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar-se a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º (Distribuição dos resultados)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidas a percentagem para o fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens para o fundo ou reservas especiais, criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 12.º (Morte ou interdição de sócios)

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os sobreviventes e capazes e os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito, devendo os herdeiros do sócio falecido escolher, entre si, um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 13.º (Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios ou nos demais casos legais, todos serão liquidatários e à partilha procederão como para ela acordarem, na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com a obrigação do pagamento do passivo.

ARTIGO 14.º (Diferendos)

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre sócios e seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca onde estiver situada a sede com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 15.º
(Casos omissos)

No omissos regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-16949-L12)

Calidi, Limitada

Certifico que, com início a folhas 61 a 62 do livro de notas para escrituras diversas n.º 4B-2.ª Série, deste Cartório Notarial, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição da sociedade por quotas, «Calidi, Limitada».

No dia 8 de Agosto de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Alfredo Hecama Estevão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Alberto Rodrigues Lopes Carreira, solteiro, maior, natural do Lubango, Província da Huila, residente habitualmente no Uíge, Bairro Popular, n.º 1, casa s/n.º, Rua A, Município do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 002227690HA030, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal da Huila, aos 13 de Julho de 2011, com o Número de Identificação Fiscal 100227690HA0308;

Segundo: — Isabel Lídia Manuel Garcia, solteira, maior, natural do Uíge, Província do Uíge, onde habitualmente reside, no Bairro Mbemba Ngango, Rua E, Casa n.º 26, Município do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 00339881UE037, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 7 de Outubro de 2013, com o Número de Identificação Fiscal 103398881UE0370;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos respectivos bilhetes de identidade acima referidos.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura constituem entre si, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada por «Calidi, Limitada», tem a sede social no Bairro Mbemba Ngango, Rua A, Município e Província do Uíge, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas assim sendo: uma quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio, Alberto Rodrigues Lopes Carreira e outra quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente à sócia Isabel Lídia Manuel Garcia, respectivamente.

Que, a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e rege-se-á pelas cláusulas constantes no documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e

que os outorgantes declaram ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais no SIAC — Uíge, aos 6 de Agosto de 2014;
- c) Comprovativo do depósito da realização do capital social.

Fiz aos outorgantes em voz alta, na presença simultânea de ambos a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinaturas: Alberto Rodrigues Lopes Carreira e Isabel Lídia Manuel Garcia.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, aos 8 de Agosto de 2014. — O Notário-Adjunto, *Alfredo Hecama Estevão*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
CALIDI, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

1. A sociedade é por quotas de responsabilidade limitada e adopta a denominação de «Calidi, Limitada», e rege-se pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

2. Tem a sede social no Bairro Mbemba Ngango, Rua A, Município e Província do Uíge, podendo a sociedade, por simples deliberação da gerência, transferir ou deslocar a sede social dentro da mesma província ou província limítrofe, bem como criar delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação no País ou no estrangeiro, nos termos em que tal lhe for permitido por lei.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando o início da sua actividade para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

A sociedade tem como objecto social, o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo, assistência técnica, contabilidade e auditoria e outras áreas afins, venda de bens móveis e imóveis, construção civil e obras públicas, instalações eléctricas, instalações de sistemas de segurança de incêndio, videovigilância e instrução, fiscalização de obras, camionagem, transportes públicos e urbanos, análise de projectos de investimentos, agente despachante e transitários, *rent-a-car*, venda de viaturas novas

e de ocasião e seus acessórios, aluguer de viaturas com ou sem condutor, escola de condução, agência de viagens, agro-pecuária, agricultura e avicultura, cafetaria, gráfica e impressão, música e artes, venda de alumínio, informática, telecomunicações, publicidade, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviços, venda de produtos farmacêuticos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, centro médico, clínica geral, perfumaria, venda de material de escritório e escolar, decorações, salão de beleza e cabeleireiro, boutique, pastelaria, geladaria, panificação, venda de gás butano, saneamento básico, segurança de bens patrimoniais, creche, educação, ensino e cultura, exploração mineira e florestal, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

§Único: — Mediante a prévia deliberação dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamentos complementares de empresas bem como sociedades com objectivos diferentes ou exclusivamente como sócia de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas assim sendo uma quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio, Alberto Rodrigues Lopes Carreira e outra quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente à sócia Isabel Lídia Manuel Garcia, respectivamente.

1. A sociedade poderá também, mediante deliberação da Assembleia Geral de sócios participar no capital de outras sociedades e promover constituição de novas empresas.

2. O capital poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócio ou na forma como acordarem.

ARTIGO 5.º (Prestações suplementares)

Os sócios poderão prestar à sociedade os suprimentos de que a mesma venha a carecer, devendo as respectivas condições ser aprovadas em Assembleia Geral.

ARTIGO 6.º (Cessão de quotas)

A cessão de quotas entre os sócios é livre mas quando é feita a terceiros depende do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer o uso.

ARTIGO 7.º (Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pela sócia, Isabel Lídia Manuel Garcia, que dispensada de caução fica desde já nomeada gerente,

bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. A gerente poderá delegar noutro sócio ou mesmo em pessoa estranha a Sociedade, mediante a procuração para prática dos determinados actos ou encargos de actos, conferindo os respectivos mandatos.

3. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º (Fiscalização)

A sociedade pode deliberar a eleição de um fiscal-único ou de um outro suplente, por períodos de dois anos.

ARTIGO 9.º (Assembleias Gerais)

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas dirigidas aos sócios com, pelo menos 30 dias de antecedência. Se qualquer um dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para poder comparecer ou fazer-se representar.

Os sócios podem fazer-se representar em Assembleia Geral pelo cônjuge, ascendente, descendente, outro sócio ou advogado, bastando para tal uma simples carta mandatada.

ARTIGO 10.º (Ano social)

Os anos sociais coincidem com os anos civis, reportando-se os balanços anual a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar-se a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º (Distribuição dos resultados)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidas a percentagem para o fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens para o fundo ou reservas especiais, criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 12.º (Morte ou interdição de sócios)

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os sobreviventes e capazes e os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito, devendo os herdeiros do sócio falecido escolher, entre si, um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 13.º (Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios ou nos demais casos legais, todos serão liquidatários e à partilha procederão como para ela acordarem; na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com a obrigação do pagamento do passivo.

ARTIGO 14.º
(Diferendos)

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre sócios e seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca onde estiver situada a sede com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 15.º
(Casos omissos)

No omissso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-16952-L12)

Macunji & Irmãos, Limitada

Certifico que, com início de folhas 79 a 80 do livro de notas para escrituras diversas n.º 4-B, 2.ª série, deste Cartório Notarial da Comarca do Uíge, se encontra exarada a escritura com o seguinte teor:

Constituição da Sociedade por quotas denominada Macunji & Irmãos, Limitada.

No dia 18 de Agosto de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, sita na Rua Dr. António Agostinho Neto, perante mim, Alfredo Hecama Estêvão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Felisberto Lucano Isidro Dombaxi, solteiro, maior, natural do Uíge, Município e Província do Uíge, onde habitualmente reside, Casa n.º 30, Rua M, Bairro Mbemba Ngango, titular do Bilhete de Identidade n.º 001631971UE034, emitido pelo Departamento de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 11 de Outubro de 2013;

Segunda: — Rosária Ana Isidro Dombaxi, solteira, maior, natural de Maquela do Zombo, Província do Uíge, residente habitualmente no Uíge, Rua G, casa s/n.º, Bairro Mbemba Ngango, Município do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 000785282UE036, emitido pelo Departamento de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 9 de Outubro de 2013;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos bilhetes de identidade acima referidos.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura constituem entre si, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada por «Macunji & Irmãos, Limitada», com a sede social na Rua do Comércio, Bairro Centro da Cidade do Uíge, Município e Província do Uíge, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas (2) quotas iguais, cada no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), subscritas uma para cada sócio, Felisberto Lucano Isidro Dombaxi e Rosária Ana Isidro Dombaxi, respectivamente.

Que, a referida sociedade tem como objecto social, o previsto no artigo 3.º do seu estatuto, e reger-se-á pelas cláusulas constantes no documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram terem lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- Certificado de admissibilidade emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais; no SIAC — UÍGE, aos 14 de Agosto de 2014;
- Comprovativo do depósito da realização do capital social.

Fiz aos outorgantes em voz alta, na presença simultânea de ambos a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinaturas de Felisberto Lucano Isidro Dombaxi e Rosária Ana Isidro Dombaxi.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto:

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, aos 19 de Agosto de 2014. — O Notário-Ajuto, *Raúl Alfredo*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
MACUNJI & IRMÃOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Macunji & Irmãos, Limitada», tem a sede social na Rua do Comércio, Bairro Centro da Cidade do Uíge, Município e Província do Uíge, podendo ser transferida para outro local, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representações em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir da data da celebração da escritura pública.

ARTIGO 3.º

O objecto social é o exercício de comércio geral, a grosso e retalho, prestação de serviços, construção civil e obras públicas, agro-pecuária, indústria, hotelaria e turismo, assistência técnica, consultoria jurídica e económica, contabilidade e auditoria, venda de mobiliários e imobiliários diversos, análise de projectos de investimento, comercialização de matérias de construção, instalações eléctricas e comunicações, instalações de sistemas de segurança de incêndio, videovigilância, projectos arquitectónicos e de fis-

calização de obras, transportes públicos e privados, agente despachante e transitários, rent-a-car, venda e aluguer de viaturas e seus acessórios, mecânica auto, estação de serviços, agência de viagens, venda de materiais informáticos e de telecomunicações, publicidade e marketing, venda de combustíveis, lubrificantes e outros derivados do petróleo, venda de gás butano, farmácia, centro médico e clínicas hospitalares, salão de beleza, boutique, perfumaria, estética, pastelaria, geladaria, panificação, representações comerciais, gestão de participações, filmes club e educação física, desporto e recreação, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verde e jardinagem, exploração mineira e florestal, segurança privada, creche, saneamento básico, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou industrial em que os sócios acordarem ou seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas (2) quotas iguais nos valores nominais de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencentes uma para cada sócio, Felisberto Lucano Isidro Dombaxi e Rosária Ana Isidro Dombaxi, respectivamente.

ARTIGO 5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante juros e nas condições que estipularem.

ARTIGO 6.º

A cessação de quotas, no todo ou em parte, entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos, fica dependente de consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 7.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dela, activa e passivamente, incumbe ao sócio Felisberto Lucano Isidro Dombaxi, que com dispensa de caução, fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio-gerente poderá delegar noutro ou em pessoas estranhas à sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos ou negócios estranhos à sociedade, tais como letras de favor, abonações, fianças e outros semelhantes.

ARTIGO 8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas, quando não existam outras formalidades legalmente prescritas, por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios por, pelo menos, 15 dias de antecedência. Se qualquer um dos sócios esti-

ver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para ele poder comparecer ou fazer-se representar.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurado, depois de deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva e quaisquer outras percentagens para os fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e na mesma proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º

A sociedade não se dissolve por morte ou interdição, de quaisquer dos sócios, continuando com o sobrevivente ou capaz e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se permanecer indivisa.

ARTIGO 11.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos serão liquidatários, à liquidação e partilha procederão como acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em globo com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 12.º

Os anos sociais são os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março do ano seguinte.

ARTIGO 13.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca do Uíge, com a expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 14.º

No omissio regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro e as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislação aplicável.

(14-16973-L12)

Jakilunas, Limitada

Certifico que do livro de notas para escrituras diversas n.º 34, lavrada de folhas 19 e seguintes, do Cartório Notarial da Lunda-Sul, em Saurimo, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação de «Jakilunas, Limitada» com sede em Saurimo.

No dia 18 de Agosto de 2014, nesta Cidade de Saurimo e no Cartório Notarial perante mim, Pedro Magalhães Neto, Notário do referido Cartório, compareceu como outorgante:

António Marcelo Domingos, casado com Maria Isabel Beca José Domingos no regime de comunhão de bens adquiridos, natural de Golungo Alto, Província de Kwanza-Norte, residente em Luanda, no Bairro Morro Bento, casa sem número, portador do Bilhete de Identidade n.º 000632528KN036, emitido aos 12 de Junho de 2007, pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal de Luanda, que outorga por si individualmente e ainda, como representante legal de seus filhos menores Jane Wami Domingos de 9 (nove) anos de idade; Marcelo Dalton Francisco Domingos, de 7 (sete) anos de idade, Luziane José Domingos de 4 (quatro) anos de idade e Narciso Marcelo José Domingos de 2 (dois) anos de idade todos naturais de Luanda e com ele conviventes.

Verifiquei a identidade do outorgante em face do seu documento já referido.

E por ele foi dito:

Que, pela presente escritura constitui entre ele e seus representados, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada sob a denominação de «Jakilunas, Limitada» e tem a sua sede social nesta Cidade de Saurimo no Bairro Vila Sagrada Esperança Muono-Waha, casa sem número, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 5 (cinco) quotas, sendo uma do valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio António Marcelo Domingos e 4 (quatro) quotas de igual valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencentes aos sócios Jane Wami Domingos, Marcelo Dalton Francisco Domingos, Luziane José Domingos, e Narciso Marcelo José Domingos.

Que a sociedade tem o seu objecto social é o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e rege-se-á pelos artigos constantes do documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei n.º 1/97, da Simplificação e Modernização dos Actos Notariais que faz parte integrante desta escritura, cujo conteúdo é perfeitamente conhecido pelo outorgante.

Assim o disse e outorgou.

Instrui o acto os seguintes documentos:

- a) Documento complementar que atrás se faz referência devidamente rubricado e assinados pelos outorgantes e por mim notário;
- b) Certificado de admissibilidade passado pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais do Ministério da Justiça em Luanda.

Fiz ao outorgante em voz alta e na sua presença a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinados: António Marcelo Domingos. — O Notário, Pedro Magalhães Neto.

Imposto de selo Kz: 200,00. — O Notário, Pedro Magalhães Neto.

Conta registada sob o n.º 2. — O Notário, Pedro Magalhães Neto.

É certidão que fiz extrair e vai conforme ao original a que me reporto.

Cartório Notarial da Lunda-Sul, em Saurimo, aos 22 de Agosto de 2014. — O Notário, *Pedro Magalhães Neto*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE JAKILUNAS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adoptada denomina-se «Jakilunas, Limitada» e tem a sua sede na Cidade de Saurimo, no Bairro Vila Sagrada Esperança - Muono-Waha, Província da Lunda-Sul, podendo estabelecer por deliberação da Assembleia Geral agências, sucursais, delegações ou qualquer outra forma de representação onde for mais conveniente aos interesses sociais.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início da sua actividade para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

O seu objecto social consiste no exercício da actividade de comércio geral por grosso e a retalho, prestação de serviços, indústria petrolífera, serralharia, agro - pecuária, lavandaria, indústria, hotelaria e turismo, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, consultoria, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte, rent-a-car, compra e venda de viaturas, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviços, material cirúrgico, gastável e hospitalar, clínica, perfumaria, venda de material de escritório e escolar, decorações, impressões, salão de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, gestão, imobiliária, padaria, geladaria, desporto e recreação, realizações de actividades culturais e desportivas, colégio, creche, escola de condução, saneamento básico, jardinagem, limpeza, cyber- café, electricidade, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 5 (cinco) quotas, sendo uma do valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio António Marcelo Domingos e 4 (quatro) quotas de igual valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Jane Wami Domingos, Marcelo Dalton Francisco Domingos, Luziane José Domingos e Narciso Marcelo José Domingos.

§Único: — No exercício da sua actividade, poderá associar-se a quaisquer pessoas singulares ou colectivas ou ainda a qualquer agrupamento de empresas.

ARTIGO 5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante os juros e nas condições que estipularem.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas é livre entre os sócios, porém, quando feita a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios, se aquela dele não quiser usar.

ARTIGO 7.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercido pelo sócio, António Marcelo Domingos que desde já fica assim nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar a outros sócio ou em pessoa estranha à sociedade mediante procuração todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º

As Assembleias Gerais, quando a lei não indique outra forma, serão convocadas por carta, com pelo menos quinze dias de antecedência.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem de 5% (cinco por cento) para o fundo de reserva legal quando devida e quaisquer outras percentagens para os fundos ou destinos criado em Assembleia Geral, serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportados os prejuízos se os houver.

ARTIGO 10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sobreviventes ou capazes e com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos o represente, enquanto a quota estiver indivisa.

ARTIGO 11.º

Dissolvendo-se a sociedade por acordo dos sócios ou nos demais casos legais, todos eles serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão como acordarem. Na falta de acordo e se algum dos sócios o pretender, será o activo social lícitado em globo, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 12.º

No omissis, regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais.

(14-17019-L16)

Kerissa, Limitada

Certifico que, por escritura de 15 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 7, do livro de notas para escrituras diversas n.º 375, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Paulo José da Silva Feijó, solteiro, maior, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Avenida Hoji-ya-Henda, n.º 19, r/c;

Segundo: — Félix Adão, solteiro, maior, natural de Bula-Atumba, Província do Bengo, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro do Rangel, Avenida Hoji-ya-Henda, n.º 91;

Terceiro: — Augusto Paxe dos Santos Fernandes, solteiro, maior, natural do Uíge, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Samba, Bairro Futungo, casa sem número;

Quarto: — Joaquim Carlos Correia, solteiro, maior, natural do Assango, Amboim, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaksi, Bairro Camama, Zona 20, Rua do Jardim do Éden, n.º 171;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE KERISSA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Kerissa, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Futungo, Rua Direita do Kawelele, casa sem número, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas e privadas, manutenção de espaços verdes e jardinagem, planeamento, estudos e projectos,

aluguer de espaços e equipamentos, compra e venda de equipamentos, máquinas e veículo, prospecção, exploração e comercialização mineira (*on-shore of-shore*) cabotagem, despachante, participações financeiras, indústria aeronáutica, prestação de serviços médicos e de enfermagem, hospitalares, laboratoriais, e fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 4 (quatro) quotas, sendo uma (1) no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Paulo José da Silva Feijó, uma no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente ao sócio Félix Adão, e duas outras quotas iguais no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Augusto Paxé dos Santos Fernandes e Joaquim Carlos Correia, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Paulo José da Silva Feijó, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando uma assinatura da gerência para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. O sócio-gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobreviventes e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios, e, nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17139-L02)

**C. A. M. — Companhia de Alimento
de Malanje, Limitada**

Aumento do capital social e alteração parcial do pacto social da sociedade «C. A. M. — Companhia de Alimento de Malanje, Limitada».

Certifico que, por escritura de 6 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 88, do livro de notas para escrituras diversas n.º 226-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Fernando Alberto Machado Correia, casado com Isabel Maria Lopes Guerra Alves Ferreira Correia, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural de Maquela do Zombo, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Rainha Ginga, n.º 12, 6.º andar, Apartamento C;

Segunda: — Vanessa Alexandra Alves Ferreira Machado Correia, solteira, maior, natural do Cazengo, Província do Kwanza-Norte, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Rainha Ginga, n.º 12, 6.º andar, Apartamento C;

Declararam os mesmos que, os outorgantes, são os únicos e actuais sócios da sociedade por quotas denominada «C. A. M. — Companhia de Alimento de Malanje, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Doutor Américo Boavida, Prédio n.º 118, 5.º andar, Apartamento B, constituída por escritura datada de 17 de Março de 2008, com início a folha 57 verso a folha 58 do livro de notas para escrituras diversas n.º 49, deste Cartório Notarial, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª secção Guiché Único sob o n.º 405-08, titular do Número de Identificação Fiscal 5417020257, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio, Fernando Alberto Machado Correia e outra quota no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), pertencente à sócia, Vanessa Alexandra Alves Ferreira Machado Correia.

Que, havendo necessidade de dar um maior desenvolvimento aos negócios sociais, de comum acordo os sócios aumentam o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), para Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), sendo o valor do aumento de Kz: 900.000,00 (novecentos mil kwanzas), valor este que já deu entrada na caixa social, subscrito pelos sócios da seguinte forma;

A sócia Vanessa Alexandra Alves Ferreira Machado Correia une a quota que já detinha na sociedade no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), com a quota decorrente do aumento, no valor nominal de

Kz: 875.000,00 (oitocentos e setenta e cinco mil kwanzas), passando a deter uma quota única no valor nominal de Kz: 900.000,00 (novecentos mil kwanzas).

Por sua vez o sócio Fernando Alberto Machado Correia une a quota que já detinha na sociedade no valor nominal de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas), com a quota decorrente do aumento, no valor nominal Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), passando a deter uma quota única no valor nominal Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas).

Ainda nos termos do previsto em Assembleia Geral e plasmado em acta, os sócios, decidem mudar a sede social, do actual endereço para outro endereço sita na Província de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Rua Rainha Ginga, n.º 37, 2.º andar, Direito, Sala 3.

Deste modo altera-se a redacção dos artigos 1.º e 4.º do pacto social que passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação «C. A. M. — Companhia de Alimento de Malanje, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Rua Rainha Ginga, n.º 37, 2.º andar, Direito, Sala 3.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), integralmente subscrito e realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 900.000,00 (novecentos mil kwanzas), pertencente à sócia Vanessa Alexandra Alves Ferreira Machado Correia e outra quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio Fernando Alberto Machado Correia.

Assim o disseram e outorgaram.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 13 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

(14-17093-L02)

Dgenuíno, Limitada

Certifico que, por escritura de 8 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 93 do livro de notas para escrituras diversas n.º 12-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — Anifil, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito e Eduardo Sapalo, Notário-Adjunto do referido Cartório, foi constituída entre:

Primeiro: — Diogo Miranda Penovani, casado com Joceline Alberto Viegas Inácio Penovani, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Huambo, província com o mesmo nome, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiayi, Centralidade do Kilamba, Edifício W4, 4.º andar, Apartamento n.º 4;

Segundo: — Joceline Alberto Viegas Inácio Penovani, casada com o primeiro outorgante e consigo convivente, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural do Rangel, Província de Luanda, onde residente habitualmente;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa-Anifil, em Luanda, aos 9 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE DGENUÍNO, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Dgenuíno, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Centralidade do Kilamba, Edifício W4, 4.º andar, Apartamento n.º 43, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo e similares, indústria, agro-pecuária, pesca, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, padaria, geladaria, pastelaria, boutique, representações, impressões, salão de cabeleireiro, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, saneamento básico, jardinagem, lim-

peza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, cyber café, electricidade, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou Indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz. 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Diogo Miranda Penovani e Joceline Alberto Viegas Inácio Penovani, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem a ambos os sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, sendo necessária a assinatura dos 2 (dois) gerentes, para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado aos gerentes obrigarem a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícito em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-16890-L15)

Sadrak & Filhos, Limitada

Certifico que, com início a folhas 85 a 86 do livro de notas para escrituras diversas n.º 4-B, 2.ª Série, deste Cartório Notarial da Comarca do Uíge, se encontra exarada a escritura com o seguinte teor:

Constituição da sociedade por quotas denominada «Sadrak & Filhos, Limitada».

No dia 19 de Agosto de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, sita na Rua Dr. António Agostinho Neto, perante mim, Alfredo Hecama Estevão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceu como outorgante:

Kiaku Sadrak, Contribuinte Fiscal n.º 100051276UE0150, casado no regime de separação de bens com Mvibudulu Dimbenzi, natural da Damba, Província do Uíge, residente habitualmente na Rua do Café, Casa n.º 49, Bairro Papelão, Município do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 000051276UE015, emitido pelo Departamento de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 26 de Outubro de 2009, que outorga este acto por si e em representação de seus filhos, Nsombokela Dimbenzi Ernesto, menor de 14 anos de idade, natural do Uíge e Nsenga Maria Dimbenzi Sadrak, menor de 12 anos de idade, natural do Uíge, ambos consigo conviventes.

Verifiquei a identidade do outorgante pela exibição do bilhete de identidade acima referido.

E por ele foi dito:

Que, pela presente escritura constitui entre si e os menores que representa, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada por «Sadrak & Filhos, Limitada», com a sede social no Bairro Papelão, Zona n.º 2, Casa n.º 49, Rua do Café, Município e Província do Uíge, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, distribuídas da seguinte forma: uma quota no

valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), percentente ao sócio, Kiaku Sadrak, e duas quotas iguais, cada no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), subscrita uma para cada sócio Nsombokela Dimbenzi Ernesto e Nsenga Maria Dimbenzi, respectivamente.

Que, a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelas cláusulas constantes no documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que o outorgante declara terem lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensado a sua leitura.

Assim o disse e outorgou.

Instruem este acto:

- Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, aos 31 de Julho de 2014;
- Comprovativo do depósito da realização do capital social.

Fiz ao outorgante em voz alta, a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinatura: Kiaku Sadrak.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original de que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, aos 21 de Agosto de 2014. — O Notário-Adjunto, *Alfredo Hecama Estevão*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE SADRAK & FILHOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Sadrak & Filhos, Limitada», tem a sua sede social no Bairro Papelão, Zona n.º 2, Casa n.º 49, Rua do Café, Município e Província do Uíge, podendo por simples deliberação da sociedade transferir a sede social dentro da mesma província, bem como criar delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro, nos termos em que tal lhe for permitido por lei.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando o início da sua actividade para todos efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objectivo social o comércio geral a grosso e a retalho, venda de imobiliário e mobiliário, assistência técnica e prestação de serviços, produção de eventos e espectáculos culturais, construção civil e obras públicas, comercialização, reparação e manutenção de materiais de construção, eléctricos e electrotécnicos, farmácia, depó-

sito de medicamento, comércio de automóveis, acessórios e sobressalentes, peças auto, indústria, venda de combustíveis e lubrificantes, venda de bebidas, cimento de construção, tinta e cal, agro-pecuária, saneamento básico, indústria panificadora, têxtil, pescas, exploração florestal e mineira, transporte de passageiros e carga, transporte urbano e escolar, educação e ensino, livraria e tabacaria, formação técnico-profissional, hotelaria e turismo, agências de viagens e navegação, *rent-a-car*, fitness clube e educação física, cablaria e tratamento de beleza, decoração, estética, marketing e comunicação, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outra actividade do ramo comercial ou industrial que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

§Único: — Mediante a Prévia deliberação dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamentos complementares de empresas bem como sociedades com objectos diferentes ou exclusivamente como sócia de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas assim distribuídas uma quota no valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Kiaku Sadrak, duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente uma para cada sócio, Nsenga Maria Dimbenzi Sadrak, e Nsombokela Dimbenzi Ernesto, respectivamente.

1. A sociedade poderá também, mediante deliberação da Assembleia Geral de sócios participar no capital de outras sociedades e promover constituição de novas empresas.

ARTIGO 5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante juro e nas condições que estipularem.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre mas quando é feita a terceiros, fica dependendo do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer o uso.

ARTIGO 7.º

1. A gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Kiaku Sadrak, que dispensado de caução fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar noutro sócio ou em pessoas estranhas à sociedade, todos ou parte dos seus poderes, mediante competente procuração em nome da sociedade

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças ou outros documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º

A sociedade pode deliberar a eleição de um Fiscal-Único ou de um outro suplente, por períodos de dois anos.

ARTIGO 9.º

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência. Se qualquer um dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para poder comparecer ou fazer-se representar.

Os sócios podem fazer-se representar em Assembleia Geral pelo cônjuge, ascendente, descendente, outro sócio ou advogado, bastando para tal uma simples carta mandatada.

ARTIGO 10.º

Os anos sociais coincidem com os anos civis, reportando-se os balanços anual a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar-se a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal, e quaisquer outros criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 12.º

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os sobreviventes e capazes e os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito, devendo os herdeiros do sócio falecido escolher, entre si, um que a todos representa na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 13.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios ou nos demais casos legais, todos serão liquidatários, a liquidação e partilha procederão como eles acordarem na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com a obrigação de pagamento do passivo.

ARTIGO 14.º

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre sócios e seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca onde estiver situada a sede com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 15.º

No omissio, regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-16979-L15)

Organizações Inocêncio de Almeida (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que Inocêncio Manuel de Almeida, casado com Maria Rosa Cardoso de Almeida, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente habitualmente em Luanda,

Município de Belas, Bairro Benfica, Pj. Zona Verde, Rua 26, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Organizações Inocência de Almeida (SU), Limitada», registada sob o n.º 3.771/14, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 14 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE ORGANIZAÇÕES INOCÊNCIA DE ALMEIDA (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Organizações Inocência de Almeida (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua 26, casa s/n.º, no Projecto Zona Verde 3, Bairro do Benfica, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, contabilidade, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, serralharia, carpintaria, produção e venda de caixilharia de alumínio, promoção e mediação imobiliária, informática, telecomunicações, electricidade, agro-pecuária, pescas, hotelaria, turismo, agência de viagens, transportes aéreo, marítimo e terrestre, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, rent-a-car, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, modas e confecções, boutique, centro médico, farmácia, material e equipamentos hospitalares, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, ensino geral, infantil, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio acorde e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Inocência Manuel de Almeida.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º (Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC — Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º (Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(14-17108-L02)

Ango Jep Drilling & Logistics, Limitada

Certifico que, por escritura de 13 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 12, do livro de notas para escrituras diversas n.º 228-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — José Trindade dos Santos, casado com Elsa Pachi José Vicente dos Santos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano e Bairro da Maianga, Rua Kwamme Nkrumah, Casa n.º 3;

Segundo: — Rui Jorge Van-Dúnem Alves de Ceita, casado com Leonor Cristina Mota Correia de Azevedo de Ceita, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua da Missão, n.º 93, 3.º andar C;

Terceiro: — Eduardo Manuel Aguiar dos Santos, casado com Graciana Lúcia de Manuel Luciano dos Santos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Hoji-ya-Henda, n.os 24/19;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 14 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE
ANGO JEP DRILLING & LOGISTICS, LIMITADA**

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Ango Jep Drilling & Logistics, Limitada», tem a sua sede social na Província de Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Comandante Valódia, Avenida Comandante Valódia, n.º 78, Prédio n.º 41, 2.º andar, Apartamento 23, podendo abrir filiais, sucursais, delegações ou qualquer outra forma de representação comercial, onde for conveniente aos interessados sociais por simples deliberação da gerência tanto em Angola como no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado e o seu início contar-se-á, para todos os efeitos legais, a partir da data da presente escritura.

ARTIGO 3.º

O seu objecto social é prestação de serviços, tratamento de resíduos petrolíferos sólidos e líquidos, barcos de apoio à actividade petrolífera, gás industrial para a actividade petrolífera, fábrica de acetileno, oxigénio, nitrogénio, sondas de perfuração, mão-de-obra para o sector petrolífero, técnicos de perfuração, mecânicos, soldadores, linha de enchimento de Gás (LNG), abastecimento de combustível offshore

(bunkering), manutenção de plataformas petrolíferas, construção civil e obras públicas, hotelaria e turismo, clínica de assistência médica e medicamentosa, exploração de cobre e ouro, fornecimento, comercialização de material hospitalar gastável, utensílios médicos e a sua assistência, manutenção de equipamentos médicos, gestão de stocks de material hospitalar, gestão hospitalar, análise e elaboração de projectos médicos e ambientais, segurança hospitalar, limpeza, saneamento de hospitais, formação, reciclagem de quadros ligados à rede de saúde privada e pública, cedência temporária de mão-de-obra qualificada e não qualificada, gestão e participações sociais em sociedades comerciais de âmbito nacional e internacional, administração e gestão de projectos de investimentos virados à saúde, clínica, gestão hoteleira e hospitalar, podendo ainda exercer qualquer outro ramo de comércio ou indústria com respectivas limitações legais.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três (3) quotas, sendo duas iguais no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios José Trindade dos Santos e Rui Jorge Van-Dúnem Alves Ceita, e outra no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente ao sócio Eduardo Manuel Aguiar dos Santos, respectivamente.

ARTIGO 5.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando as suas assinaturas de um deles para obrigar validamente a sociedade.

1.1. Incumbe aos gerentes obrigar e validar os actos da sociedade.

2. Os gerentes poderão delegar noutros sócios ou em pessoas estranhas à sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato, em nome da sociedade, desde que concedam anuência.

3. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos ou operações de interesse alheio, nomeadamente em avals, fianças, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feitas a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservada o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser usar.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas e dirigidos aos sócios com, pelo menos, 15 dias de antecedência.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem de 20% para o fundo de reserva legal, quando

devida e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão como então acordarem. Na falta de acordo, e se algum dos sócios o pretender, será o activo social lícitado em globo, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

No omissa regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais, as deliberações sociais tomadas em forma legal, e demais legislação aplicável.

(14-17109-L02)

**Escritura Pública de Justificação Notarial
referente ao Prédio Urbano, sito em Luanda no Bairro
Rangel, Avenida Brasil, sob o n.º 8-RA-275 adquirido por Sucessão Mortis Causa de Belmira Miguel
Timor Pimenta**

Certifico que, com início a folhas 14 do livro de notas para escrituras diversas n.º 986-A do 1.º Cartório Notarial de Luanda, encontra-se lavrada a escritura de teor seguinte:

No dia 7 de Outubro de 2014, em Luanda e no 1.º Cartório Notarial de Luanda, perante mim, Amorbelo Vinevala Paulino Sitongua, seu respectivo Notário, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Ercílio Manuel de Castro Paiva, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside na Rua Cónego Manuel das Neves, n.º 168, 3.º 7, Bairro Patrice Lumumba, Distrito Urbano da Ingombota, portador do Bilhete de Identidade n.º 000117056LA035, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 18 de Janeiro de 2011, que outorga este acto por si, individualmente, e como procurador de Maria Irene Pimenta da Costa, casada, natural de Angola, mas de nacionalidade portuguesa, e lá residente, titular do Passaporte Português n.º H176420, emitido pelo Governo Civil de Braga, Portugal, aos 24 de Janeiro de 2005, Rosa Maria Pimenta, solteira, maior, natural de Angola, mas de nacionalidade portuguesa, e lá residente, titular do Passaporte Português n.º G941356, emitido pelo Governo Civil de Braga, Portugal, aos 20 de Maio de 2004, e Belmiro António Pimenta, solteiro, maior, natural de Angola, mas de nacionalidade portuguesa, e lá residente, titular do Passaporte Português n.º J327274, emitido pelo

Governo Civil de Lisboa, Portugal, aos 13 de Agosto de 2007, respectivamente, na qualidade de Justificantes; e

Segundos: — Francisca António Teixeira, solteira, maior, natural do Dondo, Província do Kwanza-Norte, mas residente nesta Cidade de Luanda, no Bairro Nelito Soares, Rua de Lousa, n.º 6, Zona 11, Distrito Urbano do Rangel, titular do Bilhete de Identidade n.º 000016226KN015, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 21 de Fevereiro de 2013, Maria Elizabete Carlos Gameiro, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside, na Rua Cónego Manuel das Neves, Bairro Valódia, Distrito Urbano do Sambizanga, titular do Bilhete de Identidade n.º 003113582LA037, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 19 de Março de 2008, e Emílio da Conceição Víctor, casado, natural de Cazengo, Província do Kwanza-Norte, mas residente nesta Cidade de Luanda, na Rua Sebastião Desta Vez, n.º 86, Bairro Valódia, Distrito Urbano do Sambizanga, titular do Bilhete de Identidade n.º 000440947KN036, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 24 de Maio de 2013, na qualidade de declarantes, respectivamente.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos documentos de identificação acima mencionados, bem como a qualidade em que intervém o primeiro outorgante e a suficiência dos seus poderes para este acto, em face dos documentos no fim mencionados.

E disse o primeiro outorgante:

Que, ele e os seus representados, com exclusão de outrem, são donos e legítimos possuidores de um prédio urbano, sito nesta Cidade de Luanda, no Bairro Rangel, Avenida Brasil, sob o número de Polícia 8-RA-275, que é uma moradia para habitação, de construção definitiva, construído a tijolos, pavimentado a cimento e areia, coberto a chapas de zinco, composto de quarto, sala de jantar, casa de banho e cozinha, confrontando a Norte, com Prédio de D. Rosa Gonçalves, na extensão de cinco (5) metros, com Avenida Brasil, na extensão de quatro (4) metros, a Este, com estabelecimento comercial de Alexandre Lopes Barreto, na extensão de cinco (5) metros, e a Oeste, com a Rua Estrada da Brigada, na extensão de quatro (4) metros, com a área coberta de quarenta metros quadrados (40m2), e logradouro de cem metros quadrados (100m2), perfazendo um total de cento e quarenta metros quadrados (140 m2), conforme inscrição matricial sob o artigo n.º 10.504, da Repartição de Finanças do Segundo Bairro Fiscal, e omissa na Conservatória do Registo Predial de Luanda, 1.ª Secção.

Que, o prédio supra referido veio parar a sua esfera jurídica por sucessão mortis causa, herança deixada por sua mãe Belmira Miguel Timor Pimenta, que o adquiriu no longínquo ano de 1963, sem que possa precisar o dia nem o mês, e desde essa altura que fez seu o imóvel, sem que tenha sido feito o necessário registo. Para o efeito, os aqui Justificantes foram habilitados a herança, por escritura pública de Habilitação de Herdeiros, lavrada no 3.º Cartório Notarial de Luanda, 30 de Abril de 2012, a folhas 78, do livro de

notas para escrituras diversas n.º 26-A-2.ª Série, tendo pago o respectivo imposto de Sisa sobre Sucessões e Doações, através do Conhecimento n.º 12/2013, de 1 de Março de 2013, actuando como se de verdadeiros donos se tratasse, de forma pública e pacífica, suportando os encargos de obra de conservação, pagando as respectivas contribuições fiscais, o que invocam para efeitos de primeira inscrição.

E disseram os segundos outorgantes que, são verdadeiras as declarações prestadas, o que confirmam para os devidos efeitos.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem o presente Acto os seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa do Registo Predial, emitida pela 1.ª Secção da Conservatória do Registo Predial de Luanda, emitida aos 27 de Junho de 2013;
- b) Certidão de Habilitação de Herdeiros;
- c) Conhecimento de Sisa sobre Sucessões e Doações n.º 12/2013, do 2.ª Bairro Fiscal;
- d) Matriz Predial;
- e) Procurações emitidas a favor do aqui primeiro outorgante, para inteira validade deste acto.

Aos outorgantes, em voz alta, fiz a leitura e a explicação do conteúdo do presente instrumento, bem como adverti os outorgantes que incorrem no crime de falsas declarações se, dolosamente, as prestaram em prejuízo de outrem.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

1.º Cartório Notarial de Luanda, em Luanda, aos 14 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*. (14-17060-L01)

ELECTRO — Vendas, Equipamentos e Instalações Eléctricas, Limitada

Divisão, cessão de quotas, admissão de novos sócios e alteração parcial do pacto social na sociedade «ELECTRO VENDAS — Equipamentos e Instalações Eléctricas, Limitada».

No dia 28 de Agosto de 2014, nesta Cidade de Luanda e no 2.º Cartório Notarial desta Comarca, a cargo de Visitação de Fátima Simões Xavier Belo Andrade, perante mim, Maria de Lourdes Tomavinda Cristóvão, Licenciada em Direito, Ajudante Principal, Notária em Exercício do referido Cartório compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Jerónimo Luís Raposo Fernandes, casado com Maria José dos Santos Cordeiro Fernandes, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Lisboa-Portugal, residente em Luanda, Bairro Ingombota, Rua Fernando Brique, Casa n.º 41, titular da autorização de residência n.º R011883/00345708, emitido pelos SME em Luanda, aos 23 de Maio de 2011, de validade vitalícia, que outorga neste acto por si e ainda como procurador de Maria José dos Santos Fernandes, casada com o mandatário e sob o regime acima referido, natural de Torres Novas-Portugal, e residente habitualmente em Luanda com o referido cônjuge;

Segundo: — Maria Cecília da Cunha Elói, casada com João Rodrigo Lourenço Elói, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Torres Vedras-Portugal, titular do Passaporte n.º L016837, emitido em Luanda-Angola, aos 22 de Julho de 2009, titular da autorização de residência n.º R000425/00039408, emitido pelos Serviço de Migração e Estrangeiros em Luanda, aos 20 de Março de 1998, de validade vitalícia;

Terceiro: — João Rodrigo Lourenço Elói, casado com Maria Cecília da Cunha Elói, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Sobral Monte Agraço-Portugal, titular do Passaporte n.º R087258, emitido em Luanda-Angola aos 18 de Junho de 2002, titular da autorização de residência n.º R001793/00173208, emitido pelos Serviço de Migração e Estrangeiros em Luanda, aos 22 de Julho de 1998, de validade vitalícia;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos documentos de identificação já acima referidos, bem como certifico a qualidade em que intervém o primeiro outorgante e a suficiência de poderes para o acto, pelos documentos que mais adiante menciono e arquivo. E, pelo primeiro outorgante, foi dito:

Que, ele e a sua representada, são os únicos sócios da sociedade por quotas denominada «ELECTRO VENDAS — Equipamentos e Instalações Eléctricas, Limitada», com sede social em Luanda, Rua Fernando Brique, n.º 41, pessoa colectiva e registada como contribuinte sob o n.º 5401025513, matriculada na Conservatória do Registo Comercial desta Comarca, constituída por escritura de 29 de Setembro de 1995, exarada com início a folha 19 e ss do livro de notas para escritura diversas, n.º 449-A, do 4.º Cartório Notarial desta Comarca, alterada por escritura de 12 de Novembro de 1997, exarada com início a folhas 34 e ss do livro de notas para escritura diversas n.º 925-B, do 1.º Cartório Notarial desta Comarca, com o capital social de Kz: 120.000,00 (cento e vinte mil kwanzas), realizado em dinheiro e demais valor do activo social, dividido e representado por duas quotas iguais, no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente aos referidos sócios.

Que, em sessão de Assembleia Universal da Sociedade, realizada, aos 8 de Abril de 2013, deliberaram os sócios a divisão e cessão de quotas, admissão de novos sócios, bem como a alteração parcial do pacto social.

Nesta conformidade, pela presente escritura, o primeiro outorgante, em nome de sua representada Maria José dos Santos Fernandes, dividi a quota da qual a mesma é titular, no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), em duas novas quotas no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), cada e cede cada uma a favor de Maria Cecília da Cunha Elói e João Rodrigo Lourenço Elói, respectivamente, afastando-se a referida representada definitivamente da sociedade, nada mais tendo dela a reclamar.

Que, as cedências são feitas pelos mesmos valores das quotas cedidas e já pagas pelos cessionários, pelo que lhes dão a correspondente quitação, sendo deste modo o segundo e terceiro outorgantes, admitidos para sociedade como novos sócios. Pelo, segundo e terceiro outorgantes, foi dito que, para si aceitam as respectivas cessões de quotas nos termos exarados.

Finalmente por todos outorgantes, foi dito que, sendo agora, eles os actuais sócios da sobredita sociedade, em consequência dos actos ora operados, alteram parcialmente o pacto social, tão somente o artigos 1.º, 4.º e 6.º, que passam a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «ELECTRO — Vendas, Equipamentos e Instalações Eléctricas, Limitada», com sede social em Luanda, no Bairro Nelito Soares, Rua Bula Matadi, n.º 45- A.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 120.000,00 (cento e vinte mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Jerónimo Luís Raposo Fernandes, e duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), cada, pertencente aos sócios Maria Cecília da Cunha Elói e João Rodrigo Lourenço Elói, respectivamente.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida por um ou mais gerentes, eleitos em Assembleia Geral, que quando sócios serão dispensados de caução e que exercerão o cargo com ou sem remuneração, consoante o que for deliberado em Assembleia Geral, sendo que para obrigar a sociedade é necessário a intervenção de um gerente ou, tratando-se gerência plural, da maioria dos gerentes.

Que, as demais cláusulas não alteradas por esta escritura, continuam firmes e válidas.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo para instruir o acto os seguintes documentos:

- a) Acta avulsa mencionada no teor da escritura;
- b) Certidão comercial da sociedade;
- c) Procuração outorgada aos 3 de Fevereiro de 2014.

Aos outorgantes, em voz alta e na presença simultânea de todos, fez a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo, advertindo-os de que deverão proceder ao registo obrigatório deste acto no prazo de 90 dias.

A Notária em exercício, Maria de Lourdes Toma Vinda Cristóvão.

E certidão que fiz extrair, vai conforme o original a que me reporte.

2.ª Cartório Notarial da Comarca de Luanda, aos 26 de Agosto de 2014. — A 1.ª Ajudante de Notário, *Isabel Neto Lúcio*.
(14-17061-L01)

ERA — Energias Renováveis de Angola, S. A.

Aumento de capital e alteração parcial do pacto social na sociedade «ERA — Energias Renováveis de Angola, S. A.».

No dia 14 de Abril de 2014, nesta Cidade de Luanda e no 2.º Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Visitação de Fátima Simões Xavier Belo Andrade, Pós-Graduada em Registos e Notariado, Notária do referido Cartório, compareceu como outorgante:

Dejanine Bandeira de Sousa Santos, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente na Rua dos Miriantes, n.º 160, Bairro Prenda, Maianga, titular do Bilhete de Identidade n.º 000032371LA017, emitido em Luanda, aos 3 de Agosto de 2012, que outorga neste acto, na qualidade de mandatário, em nome e em representação de:

«ERA — Energias Renováveis de Angola, S.A.», com sede social em Luanda, na Rua de Portugal, n.º 71, registada como Contribuinte sob o n.º 5401138563, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 710/2005.

Verifiquei a identidade da outorgante pelo documento de identificação, já acima referido, bem como certifico a qualidade em que intervém e a suficiência de poderes para o acto pela acta que mais adiante menciono e arquivo.

E, pela outorgante foi dito:

Que, a sociedade que neste acto representa foi constituída por escritura de 9 de Outubro de 2004, exarada a folha 64-B, do livro de notas para escrituras diversas 10-B, 2.ª Série, e alterada diversas vezes sendo a última por escritura de 5 de Agosto de 2011, exarada a folhas 7 do livro de notas para escritura diversas n.º 972-C, ambas do 1.º Cartório Notarial desta Comarca, com o capital social de Kz: 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil kwanzas).

Que, dando cumprimento ao que se deliberou aos 6 de Março e 23 de Outubro de 2013, em Assembleia Geral de accionistas da sociedade, pela presente escrituras a outorgante eleva efectivamente o capital social, do seu actual valor de Kz: 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil kwanzas), para Kz: 50.000.000,00 (cinquenta milhões de kwanzas), sendo o aumento verificado de Kz: 42.500.000,00 (quarenta e dois milhões e quinhentos mil kwanzas), por entradas em dinheiro e pela emissão de novas acções.

Que, a mandatária afirma no uso dos poderes que tem e sob sua inteira responsabilidade que o valor do presente aumento já deu entrada na caixa social e não é exigível segundo a lei ou o contrato de sociedade a realização de novas entradas, que até a presente data não houve diminuição do capital social.

Que, em consequência dos actos supra descritos, altera parcialmente o pacto social, nomeadamente os artigos 3.º, 5.º e 6.º n.º 1, que passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 3.º

A sede social localiza-se em Luanda, na Avenida 4 de Fevereiro, n.º 79, 3.º andar.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 50.000.000,00 (cinquenta milhões de kwanzas), e encontra-se nesta data totalmente subscrito e realizado em numerário.

ARTIGO 6.º

1. O capital da sociedade é representado por 100.000,00 (cem mil acções), com o valor nominal de Kz: 500,00 (quinhentos kwanzas) cada uma.

Assim o disse e outorgou.

Arquivo para instruir o acto os seguintes documentos:

- a) Duas Actas avulsas já mencionadas no teor da escritura;
- b) Diário da República;
- c) Certidão Comercial da sociedade;
- d) Certidão de escritura;
- e) Comprovativo bancário do Finibanco.

A outorgante, em voz alta e na presença da mesma, fez a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo, advertindo-a de que deverá proceder ao registo obrigatório deste acto no prazo de 90 dias.

Assinaturas:

A Notária em Exercício, Visitação Belo Andrade

É certidão que fiz extrair, vai conforme a original a que me reporto.

2.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, aos 8 de Maio de 2014. — A 1.ª Ajudante de Notário, *Isabel Luís de Sousa Neto Lúcio*. (14-17062-L01)

Sociedade MB e I, Limitada

Certifico que, com início a folha 70 do livro de notas para escrituras diversas n.º 3B-2.ª Série, deste Cartório Notarial, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição da sociedade por quotas, «Sociedade MB e I, Limitada».

No dia 8 de Maio de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Alfredo Hecama Estêvão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceu como outorgante:

Garcia Matondo Vita Bige, solteiro, maior, natural do Songo, Província do Uíge, onde habitualmente reside, no Centro da Cidade, Rua António Agostinho Neto, casa s/n.º, Município do Uíge, Zona 1, titular do Bilhete de Identidade n.º 002536779UE037, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 7 de Novembro de 2012, com o Número de Identificação Fiscal 102536779UE0370, que outorga este acto por si e em

representação de sua filha menor Graciangela Isabel Luciana Bige, natural do Uíge, nascida aos 3 de Novembro de 2011; Verifiquei a identidade do outorgante pela exibição do bilhete de identidade acima referido.

E por ele foi dito:

Que, pela presente escritura constitui entre si e a sua representada uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada por sociedade «MB e I, Limitada», tem a sede social no Centro da Cidade, Rua António Agostinho Neto, casa s/n.º, Município e Província do Uíge, Zona 1, com o capital social de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas assim sendo, uma quota no valor nominal de Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Garcia Matondo Vita Bige, e outra quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia Graciangela Isabel Luciana Bige, respectivamente.

Que, a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelas cláusulas constantes no documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que o outorgante declara ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensado a sua leitura.

Assim o disse e outorgou.

Instruem este acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais no SIAC — Uíge, aos 7 de Maio de 2014;
- c) Comprovativo do depósito da realização do capital social.

Fiz ao outorgante em voz alta, e na sua presença a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinatura: Garcia Matondo Vita Bige.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, no Uíge, aos 8 de Maio de 2014. — O Notário-Adjunto, *Alfredo Hecama Estêvão*.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE
SOCIEDADE MB E I, LIMITADA**

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

1. A sociedade adopta a denominação de «Sociedade «MB e I, Limitada», e rege-se pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

2. Tem a sede social no Centro da Cidade, Rua António Agostinho Neto, casa s/n.º, Município e Província do Uíge, Zona 1, podendo a sociedade, por simples deliberação da

gerência, transferir ou deslocar a sede social dentro da mesma Província ou Província limítrofe, bem como criar, delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação no País ou no estrangeiro, nos termos em que tal lhe for permitido por lei.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando o início da sua actividade para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo, assistência técnica, consultoria, contabilidade e auditoria e outras áreas afins, venda de bens móveis e imóveis, construção civil e obras públicas, instalações eléctricas e comunicações, instalações de sistemas de seguranças de incêndio, videovigilância e instrução, fiscalização de obras, camionagem, transportes públicos e urbanos, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e de ocasião e seus acessórios, aluguer de viaturas com ou sem condutor, escola de condução, agência de viagens, pesca artesanal, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, publicidade, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviços, venda de produtos farmacêuticos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos, centro médico, clínica geral, venda de material de escritório e escolar, decorações, salão de beleza e cabeleireiro, boutique, pastelaria, geladaria, panificação, venda de gás butano, realizações de actividades culturais e desportivas, saneamento básico, segurança de bens patrimoniais, creche, educação, ensino e cultura, exploração mineira e florestal, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

§Único: — Mediante a prévia deliberação dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamentos complementares de empresas bem como sociedades com objectivos diferentes ou exclusivamente como sócia de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas assim sendo, uma quota no valor nominal de Kz. 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Garcia Matondo Vita Bige, e outra quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia Graciangela Isabel Luciana Bige.

1. A sociedade poderá também, mediante deliberação da Assembleia Geral das sócias participar no capital de outras sociedades e promover constituição de novas empresas.

2. O capital poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócio ou na forma como acordarem.

ARTIGO 5.º
(Prestações suplementares)

Os sócios poderão prestar à sociedade os suprimentos de que a mesma venha a carecer, devendo as respectivas condições ser aprovadas em Assembleia Geral.

ARTIGO 6.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas entre os sócios é livre mas quando é feita a terceiros depende do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer o uso.

ARTIGO 7.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio Garcia Matondo Vita Bige, que dispensado de caução fica desde já nomeado gerente, sendo necessária a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar noutro sócio ou mesmo em pessoas estranhas à Sociedade, mediante a procuração para prática dos determinados actos ou encargos de actos, conferindo os respectivos mandatos.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como, letras de favor, fianças ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º
(Fiscalização)

A sociedade pode deliberar a eleição de um Fiscal-Único ou de um outro suplente, por períodos de dois anos.

ARTIGO 9.º
(Assembleias Gerais)

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 dias de antecedência. Se qualquer um dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para poder comparecer ou fazer-se representar.

Os sócios podem fazer-se representar em Assembleia Geral pelo cônjuge, ascendente, descendente, outro sócio ou advogado, bastando para tal uma simples carta mandatada.

ARTIGO 10.º
(Ano social)

Os anos sociais coincidem com os anos civis, reportando-se os balanços anual a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar-se a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Distribuição dos resultados)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidas a percentagem para o fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens para o fundo ou reservas especiais, criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 12.º
(Morte ou interdição de sócios)

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, prosseguindo com o sobrevivente e capaz e os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito, devendo os herdeiros do sócio falecido escolher, entre si, um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 13.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios ou nos demais casos legais, todos serão liquidatários e à partilha procederão como para ela acordarem; na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com a obrigação de pagamento do passivo.

ARTIGO 14.º
(Diferendos)

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre sócios e seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca onde estiver situada a sede com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 15.º
(Casos omissos)

No omissos, regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-17969-L01)

M. G. A. F. OIL & Gás, Limitada

Certifico que, por escritura de 13 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 78, do livro de notas para escrituras diversas n.º 374, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — António Fernandes, casado com Domingas Fonseca Fernandes, sob regime de comunhão de adquiridos, natural de Calandula, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, Município e Bairro do Cazenga, Rua 174, Casa n.º 78, Zona 18;

Segundo: — Domingas Gongga, solteira, maior, natural de Micanda, Província de Malanje, onde reside habitualmente no Município de Malanje, Bairro Maxinde, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 13 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
M. G. A. F. OIL & GÁS, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «M. G. A. F. OIL & Gás, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Município de Luanda, Bairro Maianga, por detrás da Martal, Maianga, casa s/n.º podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral, a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), cada uma, per-

tencentos aos sócios Domingas Gongga e António Fernandes, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos dois sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, sendo necessárias as duas assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. Os sócios gerentes poderão delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social liquidado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17089-L02)

Soja Carvalho & Filhos, Limitada

Certifico que, por escritura de 13 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 85, do livro de notas para escrituras diversas n.º 374, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Sónia João Augusto, solteira, maior, natural de Caxito, Província do Bengo, residente em Luanda, no Município do Cacuaco, Bairro Nova Urbanização de Cacuaco, Casa n.º 88, que outorga neste acto por si individualmente e como representante legal de seus filhos menores, Engrácia Weza de Carvalho Bandeira, de 8 anos de idade, Edvaldo Lino de Carvalho Bandeira, de 7 anos de idade, Luísa da Graça de Carvalho Bandeira, de 4 anos de idade e Antonica Francelina de Carvalho Bandeira, de 2 anos de idade, todos naturais de Luanda e consigo conviventes.

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, Luanda, 13 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
SOJA CARVALHO & FILHOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Soja Carvalho & Filhos, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua 3, Casa n.º 88, Município do Cacuaco,

Bairro Nova Urbanização, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços, consultoria, formação profissional, comércio geral, a grosso e a retalho, serralharia, caixilharia de alumínio, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, aluguer de viaturas, com ou sem condutor, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, salão de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, perfumaria, relações públicas, pastelaria, padaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, video clube, discoteca, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, importação e exportação, saneamento básico, fabricação e venda de gelo, cyber café, electricidade, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 5 (cinco) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia Sónia João Augusto e outras 4 (quatro) quotas, iguais no valor nominal de Kz: 12.500,00 (doze mil e quinhentos kwanzas), cada uma, pertencentes aos sócios Edvaldo Lino de Carvalho Bandeira, Engrácia Weza de Carvalho Bandeira, Luísa da Graça de Carvalho Bandeira e Antonica de Carvalho Bandeira, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe à sócia Sónia João Augusto, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

2. A gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

3. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17090-L02)

Reston, Limitada

Certifico que, por escritura de 13 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 81, do livro de notas para escrituras diversas n.º 374, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — George Wesley Sherrell IV, solteiro, maior, natural da Indiana -U.S.A., de nacionalidade americana, residente em Luanda, no Distrito Urbano de Ingombota, Bairro Ingombota, Rua Dr. António Agostinho Neto;

Segundo: — Félix Vancol, casado com Lúcia Filomena dos Santos Gonçalves, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Port-Au-Prince-Haiti, de nacionalidade canadense, residente em Luanda, no Distrito Urbano de Ingombota, Bairro Ingombota, Rua Comandante Eurico n.º 27.

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 13 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE RESTON, LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Reston, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Município de Luanda, Bairro Patrice Lumumba, Rua Cirilo da Conceição e Silva, n.os 3/5, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social comércio geral, a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma (1) no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio George Wesley Sherrell IV, e outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente ao sócio Felix Vancol.

ARTIGO 5.º

(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Felix Vancol, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. Os sócios-gerentes poderão delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos Lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17091-L02)

Uber Brands, Limitada

Certifico que, por escritura de 13 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 79, do livro de notas para escrituras diversas n.º 374, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — George Wesley Sherrell IV, solteiro, maior, natural da Indiana U.S.A, de nacionalidade americana, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Rua Dr. António Agostinho Neto;

Segundo: — Félix Vancol, casado com Lúcia Filomena dos Santos Gonçalves, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Port-Au-Prince-Haiti, de nacionalidade canadense, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Rua Comandante Eurico n.º 27;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 13 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
UBER BRANDS, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Uber Brands, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Município de Luanda, Bairro Patrice Lumumba, Rua Cirilo da Conceição e Silva, n.ºs 3/5, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social comércio geral, a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transporte, marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico,

clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas sendo uma (1) no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio George Wesley Sherrell IV, e outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente ao sócio Félix Vancol.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio George Wesley Sherrell IV, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. Os sócios-gerentes poderão delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04 de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação.

(14-17092-L02)

Conservatória do Registo Comercial do Huambo

CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.130213;
- Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Maria de Fátima Branquinho de Almeida, com o NIF 2121057609, registada sob o n.º 2013.1516;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matricula — Averbamentos — Anotações

Maria de Fátima Branquinho de Almeida;

Identificação Fiscal: 2121057609;

AP. 1/2013-02-13 Matricula

Maria de Fátima Branquinho de Almeida, casada, de nacionalidade portuguesa, residente no Município do Huambo, Bairro São João, usa a firma o seu nome, exerce a actividade comercial de venda de vestuário e artesanato, tem o escritório e estabelecimento denominado «Inarte», situado no Bairro São João, Rua J, nesta Cidade do Huambo.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial do Huambo, no Huambo, aos 13 de Fevereiro de 2013. — O Conservador-Adjunto, *Marcial Miguel Samalinha*. (14-16628-L13)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 24 do livro-diário de 4 de Novembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4772/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Diogo Agostinho Sebastião Pinto, solteiro, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Tala Hady, Casa n.º 212, Zona 19, que usa a firma «D. A. S. P. — Prestação de Serviços», exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «D. A. S. P. — Prestação de Serviços», situado em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Tala Hady, Rua 9-A, Casa n.º 212, Zona 19.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, aos 4 de Novembro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*.

(14-18708-L02)

Conservatória dos Registos da Comarca do Bié

CERTIDÃO

Aníbal Baptista Cirilo Lumati, Conservador da Conservatória dos Registos da Comarca do Bié.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 1, do livro-diário de 22 de Outubro de 2013, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 706, folhas 194, do livro B-2, se acha matriculado o comerciante em nome Leopoldino Júlio

Bilonga da Cruz, solteiro, maior, residente no Bairro Piloto, Município do Kuito, casa s/n.º, Província do Bié, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de comércio geral, prestação de serviço, construção civil, oficina de serralharia, importação e exportação, tem escritório e estabelecimento denominado «LEO-WELDER — Comercial», sito no Bairro Piloto, Município do Kuito, Província do Bié.

Por ser verdade e me ter sido solicitado se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino e vai autenticada com o selo branco em uso nesta Conservatória.

Conservatória dos Registos da Comarca do Bié, no Kuito, aos 28 de Outubro de 2013. — O Conservador, *Aníbal Baptista Cirilo Lumati*. (14-16632-L13)

Conservatória do Registo Comercial do Huambo — SIAC

CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0003.140911 em 11 de Setembro de 2014;
- Que foi extraída dos registos respeitantes à sociedade comercial denominada «João Domingos Moreira», com a Identificação Fiscal 2121078487;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matricula — Inscrições — Averbamentos — Anotações
João Domingos Moreira;

Identificação Fiscal: 2121078487;

AP. 3/2014-09-11 Matricula

João Domingos Moreira, solteiro, maior, de nacionalidade angolana, residente no Huambo, Bairro Benfica, Rua da Filadelfia, exerce a actividade de construção civil, usa a sua firma com o seu próprio nome acima identificado, tem o seu escritório e estabelecimento comercial localizado no Bairro Benfica, Rua da Filadelfia, Município e Província do Huambo.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial do Huambo — SIAC, no Huambo, aos 12 de Setembro de 2014. — O Conservador, *Alfredo Felo Sachiliva*. (14-16640-L13)

Conservatória do Registo Comercial de Lobito

CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob apresentação n.º 0003.140325;

- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual J. J. A. S. A. de José Joaquim Adelino da Silveira Agriá, com o NIF 2112037412, registada sob o n.º 2014.69;

- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

J. J. A. S. A. de José Joaquim Adelino da Silveira Agriá

Identificação Fiscal: 2112037412;

AP.2/2014-03-25 Inscrição

José Joaquim Adelino da Silveira Agriá, solteiro, maior, residente no Lobito, Rua Vicente Ferreira, n.º 6, Bairro da Caponte, usa como firma «J. J. A. S. A.» de José Joaquim Adelino da Silveira Agriá», exerce o comércio a retalho, tem principal estabelecimento comercial e escritório no Lobito, Rua do Bailundo, Bairro da Bela Vista, tendo iniciado suas operações comerciais em 19 de Janeiro de 2012. — A Conservatória do Registo Comercial do Lobito, aos 31 de Março de 2014. — O Conservador-Adjunto, *Luís Venâncio Fernandes*. (14-16817-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

- b) Que foi requerida sob apresentação n.º 0007.131223;

- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Felismina Serafim Dias, com o NIF 2401388982, registada sob o n.º 2013.9797;

- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamento — Anotações

Felismina Serafim Dias

Identificação Fiscal: 2401388982;

AP.8/2013-12-23 Matrícula

Felismina Serafim Dias, solteira, maior, residente em Luanda, na Avenida Murtala Mohamed, casa s/n.º, Bairro Ilha do Cabo, Zona 1, de nacionalidade angolana, que usa a firma o seu nome, exerce as actividades de comércio por grosso, a retalho em estabelecimento não especificado, sem outras actividades de serviços prestados, tem escritório e estabelecimento denominado «F. S. D. — Comercial», situado no local do domicílio, em Luanda.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 23 de Dezembro de 2013. — A Conservadora-Adjunta, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (14-16818-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 13 do livro-diário de 29 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 17.642, folhas 133, do livro B-40, se acha matriculado o comerciante individual Lucas Simão, solteiro, maior, residente em Luanda, Bairro Cazenga, Zona 18, Casa n.º 26, Rua N.

Nacionalidade: angolana.

Data: 1 de Fevereiro de 2007.

Ramo de actividade: comércio a retalho n. e.

Estabelecimento: «Casa Avô Chaxa — Comercial», situado no Bairro Cazenga, Rua N, Zona 18, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 29 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-16957-L12)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0013.131204;

- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Neves Paulo Albano, com o NIF 2401388605, registada sob o n.º 2013.9742;

- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Neves Paulo Albano

Identificação Fiscal: 2401388605

AP.8/2013-12-04 Matrícula

Neves Paulo Albano, solteiro, maior, residente em Luanda, Distrito Urbano da Samba, Bairro da Samba, Casa n.º 41, de nacionalidade angolana, que usa a firma o seu nome completo, exerce as actividades de comércio a retalho de produtos alimentares não especificados e de tabaco, tem escritório e estabelecimento denominados «Organizações Neves & Filhos», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 16 de Dezembro de 2013. — A Ajudante Principal, *Joana Miguel*. (14-16842-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 16 do livro-diário de 27 de Setembro de 2010, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 18.839 a fls. 132, verso, do livro B-43, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Nganzi Mfumu, solteiro, maior, residente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro Kilamba Kiayi, casa s/n.º, Zona 20, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de serviço de saúde, tem o seu escritório e estabelecimento denominado «Clínica Arco Iris», situado no local do domicílio e «Laboratório de Análises Clínicas Biolab Arco Iris», situado no Distrito Urbano do Kilamba Kiayi, Bairro 4 de Abril, Travessa B, Casa n.º 2, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, 27 de Setembro de 2010. — O conservador, *ilegível*. (14-17191-L01)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro

CERTIDÃO

Natacha Garcia António dos Santos Garcia, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 4 do livro-diário de 2 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 478/14, se acha matriculada a comerciante em nome individual Elsa Odexe, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Rua 11, Casa n.º 41, Zona 6, que usa a firma «Elsa Odexe-Frio», exerce as actividades de outros serviços n. e., tem escritório e estabelecimento denominado «Odexe-Frio», situado em Luanda, Município de Viana, Bairro Zango 1, Rua 4JQJ, Casa n.º 2862-A.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, aos 2 de Outubro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*. (14-16866-L15)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro

CERTIDÃO

Natacha Garcia António dos Santos Garcia, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do livro-diário de 2 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 477/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Augusto António Tavares, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Calemba II, Rua 2, Casa n.º 60, que usa a firma «AUGUSTO ANTÓNIO TAVARES — Comércio a Retalho», exerce as actividades de comércio a retalho de produtos alimentares e de tabaco, tem escritório e estabelecimento denominado «SERAVAT — Comércio a Retalho», situado em Luanda, Município de Viana, Bairro Zango, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, aos 2 de Outubro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*. (14-16865-L15)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro

CERTIDÃO

Natacha Garcia António dos Santos Garcia, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 6 do livro-diário de 2 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 479/14, se acha matriculado a comerciante em nome individual Madalena Clara Emílio, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano Maianga, Bairro Cassenda, casa s/n.º, Zona 6, que usa a firma «MADALENA CLARA EMÍLIO — Prestação de Serviços», exerce as actividades de salões de cabeleireiro e institutos de beleza, tem escritório e estabelecimento denominado «CLARA — Prestação de Serviços», situado em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano Maianga, Bairro Cassenda, Rua 8, casa s/n.º, Zona 6.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, aos 2 de Outubro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*. (14-16867-L15)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge —
Posto do SIAC**

CERTIDÃO

Ricardo Tiago Malungulo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC do Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 18 de Julho de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 209, folhas 105, do livro C-1/2014, se acha matriculado o comerciante em nome individual Manuel Pascoal Nhanga João, solteiro de 26 anos de idade, residente no Bairro Sambizanga, Município do Sambizanga, Província de Luanda, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividades de comércio a retalho não especificados, com início em 31 de Julho de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «M. P. N. J. — Comercial de Manuel Pascoal Nhanga João», sito no Bairro Mbemba Ngango, Rua C, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge aos 18 de Julho de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-16930-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge —
Posto do SIAC**

CERTIDÃO

Ricardo Tiago Malungulo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC do Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 6 de Agosto de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 217, folhas 107, do livro C-1/2014, se acha matriculada a comerciante em nome individual Deodeth Suzana Figueiredo Gombo, solteira de 25 anos de idade, residente no Bairro Rocha Pinto, Município da Samba, Província de Luanda, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividades de comércio a retalho não especificados, com início em 5 de Agosto de 2014, tem escritório e estabelecimento denominados «DEOGOMBO — Comercial de Deodeth Suzana Figueiredo Gombo», sito no Kindenuco, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, aos 6 de Agosto de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-16931-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge —
Posto do SIAC**

CERTIDÃO

Ricardo Tiago Malungulo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC do Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 18 de Julho de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que sob o n.º 208, folhas 104 verso, do Livro C-1/2014, se acha matriculado o comerciante em nome individual Afonso Matumona Neves Zage, solteiro de 27 anos de idade, residente no Bairro Mbemba Ngango, Município e Província do Uíge que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade de comércio à retalho não especificado, com início em 30 de Julho de 2014, tem escritório e estabelecimento denominados, «A. M. N. Z. — Comercial» de Afonso Matumona Neves Zage, sito no Bairro Mbemba Ngango, Rua C, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial do Uíge — Posto SIAC, no Uíge, aos 18 de Julho de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-16940-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge —
Posto do SIAC**

CERTIDÃO

Ricardo Tiago Malungulo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial — Posto SIAC do Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 1 de Julho de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 201, folhas 101, do Livro C-1/2014, se acha matriculado o comerciante em nome individual de Edson Ambrósio Cupalala Lopes da Silva, solteiro, maior de 26 anos de idade, residente no Bairro Centro da Cidade, Rua do Comércio, Município e Província do Uíge, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade de construção geral de edifícios, comércio a retalho em estabelecimentos não especificados e outros serviços prestados, com o início das actividades de 17 de Julho de 2014, tem escritório e estabelecimento denominados «Edy Mark Service, de Edson Ambrósio Cupalala Lopes da Silva», sito na Rua 1.º de Agosto, Centro da Cidade, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial — Posto SIAC, no Uíge, 1 de Julho de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-16942-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge —
Posto do SIAC**

CERTIDÃO

Ricardo Tiago Malungulo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial do Uíge — Posto do SIAC.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 6 de Agosto de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 217, folhas 107, do Livro C-1/2014, se acha matriculado o comerciante em nome individual Rundi António Zaiacana, solteiro de 35 anos de idade, residente no Centro da Cidade, Município do Uíge, Província do Uíge, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade de comércio a retalho não especificado, com início em 14 de Junho de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «R. A. Z. — Comercial» de Rundi António Zaiacana, sito na Rua Pioneiro do Congo Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial — Posto SIAC, no Uíge, aos 6 de Agosto de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-16943-L12)

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge, Posto do SIAC

CERTIDÃO

Ricardo Tiago Malungulo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC do Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 6 de Agosto de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 218, folhas 107 verso, do Livro C-1/2014, se acha matriculado o comerciante em nome individual João Carlos Sango Quissoma, solteiro de 27 anos de idade, residente no centro da cidade, Município do Uíge, Província do Uíge, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade de comércio a retalho não especificado, com início em 5 de Agosto de 2014, têm escritório e estabelecimento denominados «LWI FINAS — Comercial» de João Carlos Sango Quissoma, sito no Centro da cidade, rua Comandante Bula Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, aos 6 de Agosto de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-16945-L12)

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge

CERTIDÃO

Alves Ernesto, Conservador de 2.ª Classe da Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 5 de Junho do ano em curso, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 37 a folhas 30, do livro C-1/2012, se acha matriculado o comerciante em nome individual de Miriam Lourenço Cabundi Paxé, solteira, maior, residente na Rua do Comércio, Apartamento D, Centro da Cidade, Município e Província do Uíge, que usa a firma o seu nome,

exerce as actividades de comércio geral a retalho não especificado e prestação de serviços, com o início de actividade em 5 de Junho de 2012, tem escritório e estabelecimento denominados «Casa de Hambúrguer de Miriam Lourenço Cabundi Paxé», situados no local de residência.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge, no Uíge, aos 6 de Junho de 2012. — O conservador de 2.ª classe, *ilegível*.
(14-16932-L12)

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge

CERTIDÃO

Raul Alfredo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC do Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 18 de Julho de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 209, folhas 105, do livro C-1/2014, se acha matriculado o comerciante em nome individual José Santos de Laura, solteiro de 35 anos de idade, residente no Bairro Cacucaco, Município de Cacucaco, Província de Luanda, que usa a firma o seu próprio nome, exerce as actividades de comércio a retalho não especificados, hotelaria e turismo com início em 8 de Agosto de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «J. S. L. — Comercial», de «José Santos de Laura», sito no Centro da Cidade, Rua Industrial, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, aos 14 de Agosto de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-16959-L12)

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge

CERTIDÃO

Raul Alfredo, Conservador de 3.ª Classe, da Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC do Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 18 de Julho de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 210, folhas 106, do livro C-1/2014, se acha matriculada a comerciante em nome individual Josina Engrácia de Lemos, solteira de 38 anos de idade, residente no Bairro Cacucaco, Município do Cacucaco, Província de Luanda, que usa a firma o seu próprio nome, exerce as actividades de comércio a retalho não especificados, hotelaria e turismo com início em 8 de Agosto de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «J. E. L. — Comercial», de Josina Engrácia de Lemos, sito no Centro da Cidade, Rua Industrial, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, aos 14 de Agosto de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-16960-L15)

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge

CERTIDÃO

Raul Alfredo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC do Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 18 de Julho de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 209, folhas 105, verso, do livro C-1/2014, se acha matriculada a comerciante em nome individual Domingas Avelino Cosmo Santana, solteira, de 39 anos de idade, residente no Bairro Cazenga, Município do Cazenga, Província de Luanda, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade de comércio a retalho não especificados, hotelaria e turismo com início em 8 de Agosto de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «D. A. C. S. — Comercial», de Domingas Avelino Cosme Santana, sito no Centro da Cidade, Rua Industrial, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge aos, 14 de Agosto de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-16958-L12)

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge

CERTIDÃO

Raul Alfredo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC do Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 28 de Agosto de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 232, folhas 114, do livro C-1/2014, se acha matriculado o comerciante em nome individual Aristides Panda Domingos Simão, solteiro de 29 anos de idade, Residente no Bairro Centro da Cidade, Município do Uíge, Província do Uíge, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade de comércio à grosso não especificados, com início em 11 de Agosto de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «AIRIS. — Comercial de Aristides Panda Domingos Simão», sito no Centro da Cidade, Rua do Comércio, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge aos, 28 de Julho de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-17000-L12)

Conservatória dos Registos do Uíge

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.140812;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Pedro Paxe Pembele, com o NIF 2301044009, registada sob o n.º 2014.184;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Pedro Paxe Pembele;

Identificação Fiscal: 2301044009;

AP.1/2014-08-12 Matrícula

Pedro Paxe Pembele, solteiro, maior de 27 anos de idade, natural do Uíge, Província do Uíge, residente no Bairro Popular n.º 1, Rua A, Casa n.º 18, Município e Província do Uíge, portadora do Bilhete de Identidade n.º 003065885UE036, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 21 de Junho de 2013, de nacionalidade angolana, usa a firma o seu nome, exerce as actividades de comércio a retalho em estabelecimento não especificado, com o início de actividades em 7 de Agosto de 2014, Contribuinte n.º 2301044009, tem escritório e estabelecimento denominado «Pedro Paxe Pembele», sito no Uíge, Bairro Popular n.º 1, Rua A, Casa n.º 18, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória dos Registos do Uíge, aos 13 de Agosto de 2014. — O Conservador de 3.ª Classe, *Raul Alfredo*.
(14-16951-L12)

Conservatória dos Registos do Uíge

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob apresentação n.º 0004.140814;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual H. L. P. — Comercial de Higino Laurindo Panzo, com o NIF 2301044173, registada sob o n.º 2014.190;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória;

Matrícula — Averbamentos — Anotações

H. L. P. — Comercial de Higinio Laurindo Panzo

Identificação Fiscal: 2301044173

AP.4/2014-08-14 Matrícula

Higinio Laurindo Panzo, solteiro, maior, de 30 anos de idade, natural do Uíge, Província do Uíge, residente no Bairro Kakiuia, Zona 2, Município e Província do Uíge, Portador do B.I. n.º 005180167UE043, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 6 de Julho de 2011, de nacionalidade angolana, usa a firma «H. L. P. — Comercial de Higinio Laurindo Panzo», exerce as actividades de comércio a retalho em estabelecimento não especificado e prestação de serviços, com o início de actividades em 13 de Agosto de 2014, Contribuinte n.º 2301044173, tem escritório e estabelecimento denominado «H. L. P. — Comercial de Higinio Laurindo Panzo», sito no Uíge, Bairro Kakiuia, Rua do Café, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos do Uíge, aos 15 de Agosto de 2014. — O conservador de 3.ª classe, *Raúl Alfredo*.

(14-16968-L12)

Conservatória dos Registos do Uíge

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob apresentação n.º 0003.140814;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Jorge Wilson Alexandre Pinto, com o NIF 2301044190, registada sob o n.º 2014.189;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória;

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Jorge Wilson Alexandre Pinto

Identificação Fiscal: 2301044190;

AP.3/2014-08-14 Matrícula

Jorge Wilson Alexandre Pinto, solteiro, maior, de 27 anos de idade, natural do Uíge, Província do Uíge, residente na Rua Comandante Bula, Centro da Cidade, Município e Província do Uíge, Portador do B.I. n.º 003139658UE034, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 20 de Dezembro de 2011, de nacionalidade angolana, usa a firma o seu nome, exerce as actividades de prestação de serviços, com o início de actividades em 14 de Agosto de 2014, Contribuinte n.º 2301044190, tem escritório e estabelecimento denominado «Jorge Wilson Alexandre Pinto», sito no Uíge, Rua Comandante Bula, Centro da Cidade, Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos do Uíge, aos 15 de Agosto de 2014. — O Conservador de 3.ª classe, *Raúl Alfredo*.

(14-16969-L12)

Conservatória dos Registos do Uíge

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.140821;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual «M. J. C. — Comercial & Serviços de Makuntuala de Jesus Canga», com o NIF 2301044238, registada sob o n.º 2014.200;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

«M. J. C. — Comercial & Serviços de Makuntuala de Jesus Canga»;

Identificação Fiscal: 2301044238;

AP.1/2014-08-23 Matrícula

Makuntuala de Jesus Canga, solteiro, maior de 26 anos de idade, natural do Buenga Sul, Província do Uíge, residente no Bairro Popular, n.º 1, Rua D, Casa n.º 1, Município e Província do Uíge, Portador do Bilhete de identidade n.º 004671520UE042, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 29 de Maio de 2013, de nacionalidade angolana, usa a firma «M. J. C. — Comercial & Serviços de Makuntuala de Jesus Canga», exerce as actividades de comércio a retalho em estabelecimento não especificado, prestação de serviços e transportes terrestres regulares de passageiros, com o início de actividades em 15 de Agosto de 2014, Contribuinte n.º 2301044238, tem escritório e estabelecimento denominado «M. J. C. — Comercial & Serviços de Makuntuala de Jesus Canga», sito em Negage, Bairro Tingueta, Município do Negage, Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos do Uíge, aos 25 de Agosto de 2014. — O Conservador de 3.ª Classe, *Raúl Alfredo*.

(14-16987-L15)

Conservatória dos Registos do Uíge

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0016.140806;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Aurora Samba José Pedro, com o NIF 2301043908, registada sob o n.º 2014.181;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Aurora Samba José Pedro;

Identificação Fiscal: 2301043908;

AP.16/2014-08-06 Matrícula

Aurora Samba José Pedro, solteira, maior, de 28 anos de idade, natural do Uíge, Província do Uíge, residente

em Luanda, Bairro Petrangol, Rua Ngola Kiluanje n.º 279, Município de Sambizanga, Província de Luanda, Portadora do Bilhete de Identidade n.º 003037425UE035, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 24 de Junho de 2013, de nacionalidade angolana, usa afirma o seu nome, exerce as actividades de comércio geral a grosso e a retalho não especificado e prestação de serviços, com o início de actividades em 4 de Agosto de 2014, Contribuinte n.º 2301043908, tem escritório e estabelecimento denominados «Aurora Samba José Pedro», sito no Uíge, Bairro Popular n.º 1, Rua D, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos do Uíge, no Uíge, aos 7 de Agosto 2014. — O Conservador de 3.ª Classe, *Raúl Alfredo*. (14-16937-L12)

Conservatória dos Registos do Uíge

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0015.140806;
- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Marta Narciso Alberto, com o NIF 2301043959, registada sob o n.º 2014.180;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Marta Narciso Alberto;

Identificação Fiscal: 2301043959;

AP.15/2014-08-06 Matrícula

Marta Narciso Alberto, casada, de 57 anos de idade, natural do Uíge, Província do Uíge, residente no Uíge, Rua Dr. António Agostinho Neto, Casa n.º 46, Centro da Cidade, Município e Provinciano Uíge, Portadora do Bilhete de Identidade n.º 005026446UE045, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 21 de Fevereiro de 2011, de nacionalidade angolana, usa a firma o seu nome, exerce as actividades de comércio por grosso não especificado e prestação de serviços, com o início de actividades em 6 de Agosto de 2014, Contribuinte n.º 2301043959, tem escritório e estabelecimento denominados «Marta Narciso Alberto», sito no Uíge, Centro da Cidade, Rua Dr. António Agostinho Neto, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos do Uíge, no Uíge, aos 7 de Agosto de 2014. — O Conservador de 3.ª Classe, *Raúl Alfredo*. (14-16938-L12)

Conservatória dos Registos do Uíge

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0014.140806;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Zito João Alberto Morais, com o NIF 2301043606, registada sob o n.º 2014.179;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Zito João Alberto Morais;

Identificação Fiscal: 2301043606;

AP.14/2014-08-06 Matrícula

Zito João Alberto Morais, solteiro, maior de 39 anos de idade, natural do Luquembo, Província de Malanje, residente em Luanda, Bairro Ngola Kiluanje, Município de Sambizanga, Província de Luanda, portador do Bilhete de Identidade n.º 001240112ME036, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal de Malanje, aos 11 de Julho de 2014, de nacionalidade angolana, usa a firma o seu nome, exerce as actividades de comércio a retalho em estabelecimento não especificado, com o início de actividades em 24 de Julho de 2014, Contribuinte n.º 2301043606, tem escritório e estabelecimento denominados «Zito João Alberto Morais», sito no Uíge, Bairro Kakiuia, Zona Industrial, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos do Uíge, no Uíge aos 7 de Agosto 2014. — O Conservador de 3.ª Classe, *Raúl Alfredo*. (14-16939-L12)

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo no Uíge

CERTIDÃO

José Tuti, Conservador de 1.ª classe dos Registos da Comarca do Congo no Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do diário, de 28 do corrente mês e ano, à qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 315, as folhas 157 do livro 1-C, se acha matriculado o comerciante em nome individual de Silvestre João Tuca, solteiro, residente em Negage, Bairro Popular n.º 1, usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade de comércio a retalho, não especificado, situação do escritório e estabelecimento denominado «Silvestre João Tuca» sito no Município do Negage, rua n.º

Por ser verdade, mandei passar a presente certidão, que depois de conferida e revista assino.

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge, aos 28 de Fevereiro de 2007. — O ajudante, *ilegível*. (14-16963-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Congo
no Uíge**

CERTIDÃO

José Tuti, Conservador de 1.^a Classe dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do diário de 2 do corrente mês e ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 364 às folhas 181 verso do Livro I-C/2008, se acha matriculado o comerciante em nome individual de Cagido Lopes, solteiro, maior, residente no Uíge, Bairro Quixicongo, Zona n.º 4, Província do Uíge, usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade de comércio geral a grosso, a retalho e actividades farmacêuticas, situação do escritório e estabelecimento denominados «Cagido Lopes» sito no Município do Uíge, Rotunda do Quitexe, Província do Uíge.

Por ser verdade, mandei passar a presente certidão que depois de conferida e revista, assino.

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo no Uíge, aos 2 de Abril de 2008. — O conservador de 1.^a classe, *ilegível*. (14-16944-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Congo no
Uíge**

CERTIDÃO

José Tuti, Conservador de 1.^a Classe dos Registos da Comarca do Congo no Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 1 e 2, do Diário de 28 do corrente mês e ano da qual fica arquivado nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 82, a folhas 41 verso do livro I-C, se acha matriculado o comerciante em nome individual de Massakala Emanuel, solteiro, residente no Uíge, Rua do Comércio, n.º 17, usa a firma o seu próprio nome, exercendo actividade de comércio geral a retalho, situação de escritório e estabelecimento denominado «Massakala Emanuel», situado no local do escritório, na Rua do Comércio, n.º 17, no Município do Uíge.

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge, aos 28 de Julho de 2003. — O conservador, *ilegível*. (14-16950-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Congo no
Uíge**

CERTIDÃO

Alves Ernesto, Conservador de 2.^a Classe dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do Diário de 27 do corrente mês e ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória. Certifico que, sob o n.º 495 a folhas 43 verso, do livro I-C/2009, se acha matriculada a comerciante em nome individual de Beatriz Odete

Ernesto Madigila, solteira, maior, residente no Uíge, Bairro Mbemba Ngango, Rua B, Casa n.º 14, usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade de comércio geral a grosso a retalho não especificado, situação do escritório e estabelecimento denominado «Bombas de Combustível de Beatriz Odete Ernesto Madigila», sito no Município do Negage, Rua da Missão, Província do Uíge.

Por ser verdade, mandei passar a presente certidão que depois de conferida e revista, assino.

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo no Uíge, aos 27 de Março de 2009. — O Conservador de 2.^a Classe, *Alves Ernesto*. (14-16954-L12)

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo

CERTIDÃO

Ricardo Tiago Malungulo, Conservador de 3.^a Classe da Conservatória do Registo Comercial, posto SIAC do Uíge

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 24 de Julho de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Madalena Juliana & Filhos, Limitada», com sede no Bairro Popular, Rua T, Município do Uíge, registada sob o n.º 118, folhas 92, verso, do livro C-1/2014, e com escrita a folhas 31 a 31 verso, do livro E-2, sob n.º 117/2014.

Certifico que a sobredita sociedade tem o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, com objecto social de comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestres de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireiro, boutique, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura, ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação. Podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e que seja permitido lei.

São seus sócios Madalena Juliana Cardoso, com uma quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), Alfredo Cardoso Miranda, com uma quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), prospectivamente.

A gerência e administração da sociedade, será exercida à sócia Madalena Juliana Cardoso, que dispensados de caução, fica desde já nomeada gerente, bastando a assinatura para obrigar validamente a sociedade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, aos 24 de Julho de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-16966-L12)

Conservatória do Registo Comercial do Kwanza-Sul

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob apresentação n.º 0001.140403;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual «RUF — Comercial», com o NIF 2601017775, registada sob o n.º 2014.74;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

«RUF — Comercial»;

Identificação Fiscal: 2601017775;

AP.2/2014-04-08 Matrícula

Nome: Ruivo Fortuna Luís Francisco, de 32 anos de idade, solteiro, maior, reside habitualmente em Casa n.º 301, Zona 2-Sumbe, que usa a firma «RUF — Comercial», exerce a actividade de comércio a retalho em estabelecimentos não especificados, com predominância de produtos alimentares, bebida ou tabaco, outras actividades de serviços prestados, principalmente as empresas diversas não especificadas, com início das operações em 2 de Abril de 2014, de nacionalidade angolana, tem o seu escritório e estabelecimento denominado «RUF — Comercial» de «Ruivo Fortuna Luís Francisco», no Bairro Popular, Zona 3, Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial do Kwanza-Sul, aos 8 de Abril de 2014. — A Conservadora-Adjunta, *Felizarda de Jesus Amáral*.
(14-17064-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Anifil.

CETIDÃO

Leandra Augusto Sumbo de Almeida Gomes, Licenciada em Direito, Conservadora de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Anifil.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 9 do livro-diário de 9 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 99/14, se acha matriculado a comerciante em nome individual, Lília Patrícia Pereira Baptista, solteira, maior, residente em Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Francisco P. Africano, s/n.º, que usa a firma, «L. P. P. B — Comércio Geral & Prestação de Serviços», exerce a actividade de comércio a retalho de produtos alimentares n.e. e de tabaco, tem escritório e estabelecimento denominado «L. P. P. B — Comércio Geral & Prestação de Serviços», situado em Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Eugénio de Castro, n.º 70.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção Guiché Único — Anifil, em Luanda, aos 10 de Outubro de 2014. — A conservadora de 3.ª Classe, *ilegível*.
(14-16895-L03)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Anifil

CERTIDÃO

Leandra Augusto Sumbo de Almeida Gomes, Licenciada em Direito, Conservadora de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Anifil.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 7 do livro-diário de 9 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 98/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Anacleto Justo Buta Dunda Abel, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Km 9-A, Q.º 1, Casa n.º 98, Zona H, Sector B, que usa a firma, «A. J. B. D. A. — Comércio Geral & Prestação de Serviços», exerce a actividade de comércio a retalho, serviços prestados principalmente as empresas n.e., tem escritório e estabelecimento denominado «A. J. B. D. A. — Comércio Geral & Prestação de Serviços», situado em Luanda, no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único-Anifil, em Luanda, aos 10 de Outubro de 2014. — A conservadora de 3.ª Classe, *ilegível*.
(14-16896-L03)

Loja de Registos do Namibe

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0009.140909;

- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual «H. S. A.», com o NIF 2161031724, registada sob o n.º 2011.839;
 d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matricula — Averbamentos — Anotações

«H. S. I.»

Identificação Fiscal: 2161031724;

Anotação 2014-07-31

Extractado do livro B-3, a folhas 20 sob o n.º 839, desta Conservatória.

AP.08/2014-09-09 Averbamento

AP.05/2014.09.09

Aumento de actividade da firma «H. S. I.».

Averbamento n.º 1 exerce actividade de comércio a grosso e a retalho de produtos não especificados, construção civil e obras públicas. — O Conservador, João Domingos Artur.

AP.2/2014-09-25 Averbamento

Ap.9/2014.09.09 Facto — Alteração da Actividade:

Novo ramo de actividade: prestação de serviços, construção civil e obras públicas.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Loja de Registos do Namibe, 1 Outubro de 2014. — O Conservador, João Domingos Artur. (14-16839-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — SIAC

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do livro-diário de 29 de Abril do corrente ano, à qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 2002, folhas 8 verso do livro B-6, se acha matriculado o comerciante em nome individual Vieira Gaspar Vieira, solteiro, maior, residente em Luanda, Bairro Km 14-A, Casa n.º 12, que usa a firma o seu nome completo, exerce a actividades e fornecimento de refeições

ao domicílio, comércio a retalho de máquinas de escritório e de outro material, tem o seu escritório, e estabelecimento denominado «Vieira Gaspar Vieira», situado no mesmo local do domicílio.

Por ser verdade, se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, 28 de Abril de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-16843-L01)

Conservatória dos Registos da Comarca do Bié

CERTIDÃO

Anibal Baptista Cirilo Lumati, Conservador da Conservatória dos Registos da Comarca do Bié.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o número um do livro-diário de 16 de Maio de 2014, à qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 818 folhas 49 versos do livro B-2, se acha matriculado o comerciante em nome individual Rudy Lourenço Tambu Sanga, solteiro, residente no Kuito, casa s/n.º, Município do Kuito, Província do Bié, que usa a firma o seu nome exerce a actividade de comércio geral, importação e exportação, prestação de serviço, representações, comércio internacional, hidráulica, venda de combustível e lubrificante, construção civil e obras públicas, carpintaria, estudo de projectos, fiscalização, gestão de sistemas de água, energia, transporte, tratamento de resíduos sólidos, farmácia, saneamento básico, exploração mineral e de madeira, indústria, pastelaria, modas, boutique, venda de cozinha. Tem escritório e estabelecimento denominado «K. L. T. S. — Comercial», sito no Kuito, Bairro Chissindo, Município do Kuito, Província do Bié.

Por ser verdade e me ter sido solicitado, se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino e vai autenticada com o selo branco em uso nesta Conservatória.

Conservatória dos Registos da Comarca do Bié, no Kuito, aos 19 de Maio de 2014. — O Conservador, *Anibal Baptista Cirilo Lumati*. (14-17069-L01)